A close-up, slightly blurred photograph of a woman's face. She has long, light-colored hair and is looking downwards with a tearful expression. Her right hand is visible near her eye, suggesting she is wiping away a tear. The background is dark and out of focus.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

*Violência sexual feminina e gênero: interfaces de
um contexto*

MESTRANDA: Neylen Bruggemann Bunn Junckes

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Ana Maria Borges de Sousa

Florianópolis, julho de 2009.

NEYLEN BRÜGGEMANN BUNN JUNCKES

*Violência sexual feminina e gênero: interfaces de
um contexto*

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à Linha Educação e Movimentos Sociais, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Borges de Sousa

Florianópolis, julho de 2009

O MEU MUITO OBRIGADO...

- A DEUS que me presenteou com a vida...
- Aos meus pais que me oportunizaram viver...
- Ao meu companheiro Valmir e aos meus filhos Ana e Alexandro, que compartilham as experiências do conviver...
- A querida e amiga orientadora Ana Baiana, que me presenteou e desafiou com sua sabedoria, com sua presença e seu amor...
- As mães participantes desta dissertação, que através de suas vidas, oportunizaram reflexões e inquietações...
- Aos profissionais do Programa Sentinela em que a pesquisa foi realizada pelo carinho recebido...
- Ao Núcleo Vida e Cuidado por ser o berço de toda esta trajetória...



UTOPIA

Zena Maciel

Quisera virar a vida pelo avesso
Criar um mundo só meu
Onde eu pudesse rasgar as máscaras
Quebrar as amarras do medo
Realizar sonhos adormecidos
Resgatar folhas do passado e
arquivá-las na alma
Encontrar as horas perdidas
Fechar os olhos para a realidade
Beijar a boca da alegria
Esvaziar a caixa de saudades
Afogar as tristezas reprimidas
Curar todas as feridas do coração
Tatuar nas retinas as melhores
lembranças
Apagar o tédio
Expulsar a solidão
Romper a monotonia
pálida do cotidiano
Seguir a velocidade do vento
Entrar em uma utopia
Dominar a ciência do tempo
Dar asas aos pensamentos e
brincar de ser feliz!!!!!!!

SUMÁRIO

PORQUE TODO TEM UM COMEÇO.....	08
---------------------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1. Partindo de algum ponto.....	18
1.1 Criança e infância, pluralidade controversa.....	20
1.2 Escola arquitetada para a infância.....	30
1.3 Cuidar da Infância, cuidar da criança, cuidar da vida.....	33
1.4 Vivências e experiências de um contexto.....	38
1.5 O cenário das políticas públicas.....	42

CAPÍTULO II

2. Violências em contexto.....	55
2.1 Lugares, experiências, outras violências.....	62
2.2 Nuances e (i)legalidades das violências intrafamiliares.....	68
2.3 Violências sexuais: algumas dobras do (in)explicável.....	72
2.4 Questões de gênero e outras questões.....	79

CAPÍTULO III

3. Histórias de vida escritas com vidas feitas de histórias.....	89
3.1 O encontro com o outro.....	93
3.2 Histórias, sujeitos, encontros e desencontros.....	96
3.2.1 Constelação.....	96
3.2.2 Narrativas de Constelação.....	103
3.3 Jóia.....	120
3.4 Margarida.....	127

TUDO PODE SER TERMINADO E INCONCLUSO.....	139
--	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
--	------------

RESUMO

Esta dissertação de mestrado foi gestada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e está vinculada à linha de Educação e Movimentos Sociais. O desafio proposto foi de perguntar qual o lugar das mães na experiência de proteção às suas filhas abusadas sexualmente e que foram atendidas em um Programa Sentinela da Grande Florianópolis. Essa pergunta está situada no contexto de minha experiência profissional no referido Programa, onde atuei como Assistente Social. O objetivo geral foi construir uma reflexão criticamente articulada com aspectos fundamentais que compõem a dinâmica intrafamiliar enredada pelas violências, tomando como referência questões de gênero e suas interfaces com a violência sexual feminina, buscando construir uma reflexão criticamente articulada com os aspectos fundamentais que compõem a dinâmica intrafamiliar das violências. Para tanto, através da pesquisa de campo, três mães atendidas pelo referido Programa, mulheres de uma cidadania forçada pelas lutas, violentadas, se deixaram conhecer através desta pesquisa, onde através de suas histórias de vidas oportunizaram reflexões em relação ao objetivo proposto.

Palavras chaves: violências, gênero, infância, políticas públicas.

ABSTRACT

This master's degree dissertation was born in the Program of Masters degree in Education of the Center of Sciences of the Education of the Federal University of Santa Catarina and it is linked to the line of Education and Social Movements. The proposed challenge was of to ask which the mothers' place in the protection experience to your daughters abused sexually and that were assisted in a *Programa Sentinela* of Great Florianópolis. That question is placed in the context of my professional experience in referred him Program, where I acted as social worker. The general objective went to build a reflection critically articulate with fundamental aspects that they compose the dynamics entangled domestic for the violence, taking as reference gender subjects and your interfaces with the feminine sexual violence, looking for to build a reflection critically articulate with the essential aspects that compose the dynamics domestic of the violence. For so much, through the field research, three mothers assisted by the referred Program, women of a forced citizenship for the fights, abused she let to know through this research, where through your histories of lives opportunity reflections in relation to the proposed objective.

Key- word: Violence, gender, childhood, public politics.

Porque tudo tem um começo...

À flor da pele e ao fundo da alma – assim é a violência no cotidiano, uma violência que corre e ricocheteia sobre todas as superfícies de nossa existência e que, uma palavra, um gesto, uma imagem, um grito, uma sombra que seja, capta, sustenta e relança indefinidamente, e que, no entanto, desta espuma dos dias, abre à alma vertiginosos abismos em mergulhos de angústia que nos fazem dizer: sou eu mesmo toda essa violência? Dadoun

Há um mundo que se move por sobre e entre nós, sujeitos sociais, onde ganham expressão os nossos afazeres. Ele revela a nossa presença como arquitetos de suas feições e conteúdos, os quais carregam consigo, entre outros aspectos, inumeráveis perguntas que mobilizam o viver em comunidade. Nesse movimento, toda vez que acreditamos já saber as respostas, esse mesmo mundo nos surpreende com outras questões. É essa intuição que orientou a trajetória deste mestrado em educação, onde o projeto de pesquisa remetia à seguinte pergunta: **Qual o lugar¹ das mães na experiência de proteção às suas filhas abusadas sexualmente e que foram atendidas em um Programa Sentinela da Grande Florianópolis?**

Essa pergunta está situada no contexto de minha experiência profissional no referido Programa, onde atuei como Assistente Social de setembro de 2003 a 2005 e como Coordenadora no período de 2006 a 2007. Foi nesse espaço que entrei em contato mais direto com o fenômeno da violência sexual, especialmente com os atendimentos de “casos”² onde meninas enfrentaram violências sexuais. Outro espaço fundamental que ancorou minhas reflexões em torno do tema foi a participação no Núcleo Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas Sobre Violências³, onde pude aprofundar alguns conceitos e aprender outros no seio da experiência de grupo. Nesse trânsito compreendi porque Dadoun (1998: 43) insiste na

¹ *Lugar*: aqui é entendido como uma relação de um corpo com os outros, conforme Abbagnano (2007).

² Casos aqui são entendidos como as denúncias de abusos sexuais que são acolhidas pelo Programa e passam a receber atendimento sistematizado.

³ NUVIC, vinculado ao Centro de Ciências da educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dele participam profissionais de outras universidades, das redes públicas de ensino de Santa Catarina, de Organizações Não-Governamentais, dos Programas Sentinelas, os quais atuam em campos de conhecimentos diferenciados e encontram na temática central a unidade para refletir sobre suas ações.

idéia de que há uma *violência que corre e ricocheteia sobre todas as superfícies de nossa existência e que, uma palavra, um gesto, uma imagem, um grito, uma sombra que seja, capta, sustenta e relança indefinidamente*, nos faz angustiados e por vezes com ousadia para mergulhar em seus abismos vertiginosos.

A participação nestes dois espaços fez emergir os vácuos existentes nas minhas intervenções e provocou o encontro necessário com outras maneiras de conhecer o que já se tinha como conhecido, para aceitar a convivência com as incertezas e a provisoriedade do que se apreende. Lima colabora com esta questão quando enfatiza que *na busca pela certeza, a ciência moderna tratou de separar experiência e conhecimento, tudo aquilo que não é passível de objetividade fica excluído da experiência autêntica através do experimento, mensurar o imensurável, capturar o que não se substancializa como fenômeno* (2006:49).

Desafiar-se a pesquisar o abuso sexual após lidar com esse fenômeno na sucessão dos dias do Programa Sentinela, significou entrar em contato com uma das formas mais complexas de violência, como também encontrar a condição pessoal e profissional para que as intervenções pudessem ter efetividade e eficácia para buscar a redução dos danos e a ampliação dos direitos de crianças e adolescentes. No âmbito teórico, outros aspectos foram integrados, já que as violências não se reduzem ao que delas e sobre elas podemos afirmar. Construir outro olhar sobre demandas já visitadas foi o ponto de partida inicial, mesmo sabendo de antemão que não encontraria um ponto de chegada que diminuísse minhas inquietudes. Este desafio se constituía também por entender que, *ao descentrar o lugar institucional da verdade, abre-se a possibilidade de identificar as saturações argumentativas que orientam a ordenação de políticas públicas de proteção à infância e adolescência em situações de vulnerabilidades sociais* (SOUSA, 2006:36).

Recordo-me do impacto causado por uma pesquisa, de caráter informal, realizada pelos/as profissionais do Programa Sentinela junto aos prontuários das famílias atendidas em 2004, ao constatar que na maioria dos casos o abusador era do sexo masculino e companheiro da mãe da menina abusada. Quando da intervenção profissional junto a essas mães, perceberam que elas, ao se depararem com a violência sexual perpetrada por seu companheiro à sua filha pareciam evidenciar certa inércia. Com um julgamento apressado os/as profissionais demonstravam que aquela postura era indicativa de que o abuso de sua filha, não se constituía num fato tão importante, capaz de demandar tantas intervenções. Não obstante, esta experiência despertou em mim a sensibilidade para mudar o foco do meu olhar, pois estava diante da dor e do sofrimento daquelas mães, da humilhação que sentiam frente

ao contexto destas violências. Estas mulheres, ao que me sugeria o contexto, queriam ser reconhecidas não como cúmplices, mas como participantes de um ciclo de violências que historicamente as sujeitava.

Posso afirmar então que a trajetória que configurou o processo de gestação desta dissertação iniciou-se antes do meu ingresso na pós-graduação em educação. Foi se desenhando nos encontros e trabalhos produzidos como integrante do Núcleo Vida e Cuidado e também na caminhada sinuosa que trilhei como Assistente Social no Programa Sentinela. Em cada aproximação podia reconhecer as histórias de vida daquelas mães e sentir na pele e na alma as insuficiências dos conhecimentos que possuía para estar no campo do enfrentamento das violências. Essa constatação aumentava meus desconfortos e gerava novas inquietudes que desaguavam em diferentes questionamentos, tais como: como o Programa concebe a infância? O que sabe sobre a história que a constituiu? Quais os ritos que evidenciam que as mães protegem, ou não, suas filhas das violências domésticas? Que estratégias são construídas por essas mães para proteger suas filhas do abuso sexual? Como a mãe é identificada dentro do Sistema de Garantia dos Direitos? A partir desta identificação como acontecem as intervenções destinadas à elas? E quando as instituições não conseguem criar as condições para romper o círculo das violências, que justificativas apresentam? E quando os/as profissionais não alcançam a efetividade de contra-estratégias que ampliem a rede de proteção, que argumentos utilizam? Existe correlação entre o abuso sexual sofrido pela mãe e por sua filha? Há uma co-relação de gênero presente nestas possibilidades? Como ela se configura? Diante de tantas perguntas germinadas no berço das ansiedades produzidas nos contatos cotidianos com as pessoas envolvidas em violências, assumi que a incompletude gerada pela dinâmica da realidade não me permitiria desvelar a totalidade dos enosamentos pesquisados, pois entendo que a realidade não se deixa apreender no compasso do olhar de quem investiga e no ritmo do tempo que dispomos para a conclusão do mestrado.

E ainda, que é preciso muito tempo para se instalar um diálogo conseqüente sobre a gestão do cuidado nas instituições, capaz de alterar as práticas em curso e provocar a abertura a novos referenciais. Para Sousa (2006: 22) vivemos ainda nutridos por velhos conceitos que não alcançam os sentidos dos abandonos que se reproduzem também nas instituições, onde o cuidado se confunde com a assistência. Para a autora há que se problematizar *como o abandono, em sua pluralidade, se constitui numa dimensão que atravessa a vida de milhares de crianças deixando marcas, algumas indelévels, em sua corporeidade e como esta prática*

se faz violência inclusive nos estilos de atendimento que se efetivam nas instituições (2006: 22).

Para além das crianças e reconhecendo a lógica que esquarteja a dinâmica familiar que enreda cenários de violências, aguçava meus sentidos a necessidade observada durante o atendimento familiar, onde era a mãe que quase sempre estava presente. Meu desejo era buscar o reconhecimento daquelas “mulheres simples” que queriam falar de seus abandonos, para enfatizar a capacidade amorosa dedicada às suas filhas e reeditar a temporalidade da própria infância materna marcada por diferentes formas de violências. Queria, como assistente social, perseguir a ampliação dos conhecimentos sobre as marcas violentas deixadas historicamente nas mulheres, tratadas com desdém e sujeitadas a caprichos patriarcais.

Como profissional que atuava nesta área de defesa e da garantia dos direitos de crianças e de adolescentes, a cada novo dia eu mergulhava na procura de possibilidades alternativas para as intervenções. Aos poucos constatava, nas intervenções realizadas, nuances que sugeriam certa invisibilidade produzida sobre estas mães dentro dos programas sociais. A invisibilidade a qual me refiro remete às recomendações formuladas pelos técnicos envolvidos em garantir a proteção das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, quando “apagavam” a figura materna com discursos feitos de julgamentos e culpas. A elas, de maneira particularizada atribuíam as mazelas vivenciadas por suas filhas e pouco lhes oportunizavam mostrar-se com suas histórias de vida, como se tornaram mulheres e mães, quais as suas potencialidades em relação ao que lhes era exigido nos espaços institucionais responsáveis por viabilizar as políticas públicas.

Compartilho com Sousa (2006: 33) quando ela nos ensina que, *acolher o outro, às suas necessidades fundamentais como organismo vivo indissociável de sua condição de sujeito social tem sentido de cuidado. Não violentamos as pessoas de quem cuidamos porque cuidar é uma dimensão fundante do amor, uma conduta relacional que procria eticamente a vida baseada numa estética de estar-junto no mundo.* Do jeito possível fui ampliando o movimento de acolhida do outro, mães, mulheres, meninas, com a intenção de concretizar olhares mais cuidadosos e escutas mais amorosas na conduta relacional com estas pessoas, enredadas em cenários de abuso sexual. Nesse movimento fiz do espaço profissional onde desempenhava minhas funções, um laboratório criativo para exercitar a desconstrução das verdades que me formavam. O alvo central era a compreensão das histórias de vida onde as violências pesquisadas se apresentavam.

Na caminhada como mestranda defrontei-me com discussões e estudos proporcionados pelo espaço acadêmico. Outros aspectos apareceram para alargar o conhecimento sobre os adereços que permeiam a vida das mães imersas em contextos de violências, o que me fez formular o objetivo geral de minha dissertação: **construir uma reflexão criticamente articulada com aspectos fundamentais que compõem a dinâmica intrafamiliar enredada pelas violências, tomando como referência questões de gênero e suas interfaces com a violência sexual feminina**. Para alcançar o proposto precisei retornar ao Programa Sentinela de que outrora fizera parte como profissional, agora como pesquisadora, que entraria no campo para conhecer, com o distanciamento possível, por que as mães das meninas abusadas sexualmente eram denominadas de “não protetivas”. Os prontuários e outras fontes documentais tornaram-se peças importantes para esse objetivo e para delinear as histórias vividas e relatadas pelas mães que já tinham sido atendidas anteriormente pelo Programa Sentinela, ou que estavam em processo de atendimento. Teria também que situar as interfaces que mesclavam as relações entre gênero e violências sexuais femininas intrafamiliares, para contextualizar criticamente os feitos que compõem o panorama apresentado pelas mães sobre a sua convivência com a figura masculina. Almejava elucidar de forma reflexiva as maneiras de enfrentamento promovidas pelas mães em relação aos abusos sexuais sofridos por suas filhas e construir, através das falas coletadas nas entrevistas e dos significados presentes nas narrativas, as expressões marcantes de “mães protetivas e não protetivas”.

No percurso verifiquei que ainda é restrita a produção teórico-metodológica referente à correlação entre violências de gênero e proteção materna às filhas abusadas sexualmente. Isso tornou o processo de pesquisa mais desafiador, mas também reforçou a relevância desse campo de conhecimento para colaborar com os estudos científicos já realizados. Nas ações diárias do Programa, no acompanhamento das famílias, esta carência de reflexões tornava o processo de decisões e encaminhamentos ainda mais intrincado, agenciando inseguranças e instigando uma permanente procura por subsídios que pudessem qualificar as concepções referentes a este complexo fenômeno.

A partir deste conjunto de argumentos, provisórios e insuficientes, a questão de gênero era uma possibilidade que se apresentava para melhor demarcar o fenômeno das violências sexuais femininas. Situar as percepções e as compreensões em torno da mulher e das violências enfrentadas no contexto familiar, sob a luz de uma violência de gênero, propiciavam uma reflexão mais aguçada sobre relações sociais que são constituídas de

maneira desigual. Por essa razão não era possível negligenciar que essas demandas precisavam estar entrelaçadas pelo social, pois é nele que se produzem e se reproduzem as relações entre os sujeitos.

Fazer intervenções com os membros de uma família onde as violências aconteciam, exigia do/da profissional a perceptibilidade de que mulheres, crianças e adolescentes são culturalmente subordinados aos domínios masculinos, apesar de tantas formas de lutas e de resistências reveladas. A aceitação desta premissa poderia desvelar, dentro do possível, o perigo que representam estas relações quando normalizadas em esferas privatistas de causa e efeito, sem espaços para elencar diferentes outros atributos que engendram o ser-estar em sociedade.

No diálogo com as pessoas envolvidas em violências alguns indícios me levaram a intuir que estas eram vivenciadas e sentidas como uma prática que se faz, quase sempre, em seu meio, isto é, nos lugares sociais de convivência. Observava que os lugares onde as violências emergiam, de alguma maneira eram permeados por dificuldades ou impedimentos para o exercício do cuidado com as vidas envolvidas nessa trama, o que trancava as possibilidades para qualificar a humanização dos sujeitos violentados. Entendo que, por isso, as concepções fechadas, assentadas em explicações binárias de causa e efeito, geram argumentos lineares que não abarcam a complexidade das violências.

Foi possível vislumbrar, portanto, que diante da complexidade do tema os encontros com as mães participantes da pesquisa não seriam tranquilos, já que traria ao palco da conversa histórias de vida transversalizadas por sofrimentos. Isso me fez zelar das perguntas planejadas previamente para selar *o encontro com o outro*, confiante de elas não seriam simples de responder e que seriam passíveis de explicações distintas. Desse modo, me senti obrigada a preparar, no decorrer das atividades de campo e com o aprofundamento das leituras, o recorte necessário para a organização do texto dissertativo.

Eis porque esta dissertação está didaticamente sistematizada em três capítulos, com a intenção de responder também as exigências acadêmicas. **No I Capítulo**, intitulado *partindo de algum ponto*, trilhei o caminho *da criança e da infância*, como *pluralidade controversa*, através da aproximação dialógica com teóricos como Lajolo (1997), Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004), Heywood (2004), Kohan (2003) que possibilitaram a compreensão das transformações nas concepções da infância ao longo da história da humanidade. Aqui me senti apoiada para refletir sobre os marcos que fundamentaram as representações sociais destes sujeitos e as violências que se assentaram em justificativas desta temática até o

momento presente. Autores como Veiga (2004) e Abreu (2007) proporcionaram o aprofundamento de conhecimentos sobre a condição feminina na construção sócio-histórica, numa perspectiva relacional, para assinalar as visões difundidas sobre o papel da mulher na sociedade, principalmente sua importância na direção da família nuclear. A realidade brasileira foi acentuada com a Roda dos Expostos explicitada por Marcílio (1997), ao demonstrar as formas de abandono/proteção destinadas às crianças.

No **II Capítulo**, cujo título refere-se às *violências em contextos*, está problematizado meu entendimento desta, a partir da revisão bibliográfica que deu sustentação ao texto. Meus argumentos procuraram mostrar que qualquer contexto pode ser modificado, mesmo quando as explicações acerca das violências se diziam insuficientes para caracterizar as ocorrências. Chegar às concepções sobre violências, suas funções e disfunções implicou percorrer aberturas conceituais que possibilitassem pesquisar suas faces sexuais vividas por mães e filhas, principalmente em seus espaços domésticos. Nesta caminhada se deu o meu encontro com Restrepo (1998), que ressaltava a grandeza das violências sem sangue que adornam o “santuário privado” da vida doméstica. Autores como Couto (2005), Dadoun (1998), Arendt (1994), Sousa (2002), Sanderson (2005), Ramos (2007), forjaram as bases epistemológicas desta dissertação, mas sem esmagar a pluralidade de compreensões.

No **III Capítulo** desta dissertação, intitulado *histórias de vida escritas com vidas feitas de histórias*, vivi um constante exercício de alteridade no encontro teórico-metodológico e afetivo com o outro. Através da pesquisa de campo experimentei colocar-me “diante da dor do outro”, tendo as mães como protagonistas das histórias narradas. O conteúdo compartilhado após o vínculo afetivo construído e a confiança estabelecida pode animar os possíveis leitores a mergulharem, de maneira amorosa, nas vidas narradas de forma inédita. São três mães, também mulheres de uma cidadania forçada pelas lutas, violentadas, que se deixaram conhecer através desta pesquisa e permitiram que suas trajetórias entrassem na pulsação da vida, em forma de texto. As violências se materializam através de fatos. A compreensão do **lugar** que elas ocupam na proteção de suas filhas abusadas sexualmente foi sendo tecida no processo mesmo de estar em campo, *lócus* privilegiado para revelar as subjetividades gestadas no conhecimento e re-conhecimento da pesquisadora e dos sujeitos.

Tenho clareza que apesar do esforço de leituras e reflexões, a etnografia que atravessa esta pesquisa é precária e não abarcou expressões mais amplas que são inerentes a essa abordagem. Contudo, a escolha por uma metodologia qualitativa permitiu instaurar especificidades e evitar generalizações, já que as violências guardam singularidades de


sentidos que não podem ser massificadas. Conteí com a ajuda de Minayo (1994), Arpini, (2003), Bogdan, (1994) que muito contribuíram para que eu ajeitasse as peças do quebra-cabeça inicial e pudesse compreender a pesquisa como experiência que toma concretude no tempo de sua realização. Nesse sentido, a escolha por analisar qualitativamente o fenômeno das violências e seus contextos valorizou a dimensão subjetiva e intersubjetiva das histórias narradas, configuradas por falas e documentos conhecidos como prontuários.

Para contar de outro jeito o vivido de cada mãe, utilizei aspectos da história oral, suportes das fontes documentais existentes no Programa Sentinela e entrevistas abertas. Delgado (2003), Debert (1986) afirmam que a história oral gesta uma metodologia alargada e produtora de saberes nascidos das narrativas, edifica novos saberes, amplia probabilidades de abrangência e enriquece os diálogos entre o pesquisador e o ambiente pesquisado.

Finalizo esta dissertação revivendo um dos desafios do processo de estar em campo: ter agregado à pesquisa qualitativa uma razão sensível, por acreditar que não poderia ser de outra forma. Desde o princípio assumi como pesquisadora o compromisso de atentar para os detalhes e valorizar tudo que o cenário oferecesse para enriquecer a pesquisa, como os gestos, as palavras, as sutilezas escondidas no silêncio e no intervalo da respiração. Dados tão relevantes quanto a multiplicidade de informações, as contradições e ambigüidades que ordenavam as relações institucionais.

Estou convencida que termino uma pesquisa, mas que outras serão necessárias para gerar outras explicações complementares e colar a prática na reflexão, bem como, a reflexão na prática, já que uma é co-criadora da outra. Assim poderemos como profissionais permanecer atentos ao obscuro, ao invisível, ao não revelado, porque aí poderá estar o novo, o que ainda precisa ser compreendido em torno das violências contra mulheres.

Aprendi com Skliar (2003) o significado de respeitar as diferenças e con-viver com as desordens próprias do mundo social. Nessa sinuosidade redescobri que nada é banal, que em cada trajetória de vida há singularidades que podem ser reescritas. Também, que a formação acadêmica não encerra o compromisso de continuidade, pois recusar qualquer forma de violência é fazer uma escolha pela vida. É esta a minha promessa tornada pública com esta experiência.



..... conta que um dia L. convidou ela e T. para dormir em sua casa com seu filho e que, com permissão da mãe, ela e sua prima foram. Conta que durante a noite L. mandou ela e T. tirassem à roupa e que enquanto L. a estuprava, sua prima batia foto com o celular de L. obrigada por ele. Disse que o mesmo ocorria com sua prima, enquanto L. a estuprava, era obrigada a bater fotos deles. Relata que L. as penetrou na vagina e no ânus e que doía muito.

Disse que depois disso, L. as prendeu no quarto e que ela e a prima choravam muito e chamavam pela mãe. No outro dia, quando L. as levou embora, falou para elas que caso contassem para alguém as mataria.

(Relato de uma menina que sofreu abuso sexual)

CAPÍTULO I

1. Partindo de algum ponto

Humanização é o processo que confirma, no ser humano, aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

Antônio Cândido (2006).

Compreender a intensidade da dor do outro me parece uma tarefa impossível, mesmo quando nos acercamos da literatura, mergulhamos na formação continuada, dialogamos com a realidade e penetramos na pesquisa para explicar o que observamos. Talvez, a possibilidade se coloque no esforço de escutar, com sensibilidade, os fatos narrados pelo sujeito que vivencia a dor, para acolher sua legitimidade e agir no sentido de minimizar o sofrimento que aflige seu viver. Como Assistente Social, de um Programa Sentinela, entre os anos de 2003 a 2005, enfrentei o encontro com sofrimentos múltiplos compartilhados por mães de crianças abusadas sexualmente, imersas no complexo drama familiar que as desafiava a ser, a um só tempo, autoras da denúncia e senhoras das lembranças particulares de uma história que se repetia com suas filhas, apenas com algumas nuances diferenciadas.

A cada dia, a cada momento vivenciado no espaço profissional com as crianças e suas mães, me via enredada pelas múltiplas faces das violências. Nas relações desenvolvidas obrigatoriamente pelas denúncias formalizadas, minha procura como profissional reclamava, entre tantas funções a desempenhar, a necessidade de entender o que diziam aquelas mulheres, os significados que expressavam, como elas podiam com-viver cotidianamente com tanto sofrimento. Aquelas mães surpreendiam-me com suas histórias, afinal, eram pessoas marcadas pelas várias cobranças que a sociedade pauta, para elas, quanto ao papel

que devem desempenhar na relação maternal com suas filhas, vítimas de abusos sexuais. Mesmo assim, elas conseguiam entre tantas tarefas, experimentar o esquecimento de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos⁴.

Nos atendimentos realizados no Programa, nas entrevistas com elas e durante as visitas domiciliares, minhas intervenções eram permeadas pelo que sentiam e contavam. Isso indicava que aquelas mulheres ainda careciam do reconhecimento da sua autoridade, de voz e de vez junto aos ditames jurídico-normativos, pois enfrentavam certa invisibilidade como sujeitos de direito e precária atenção às suas histórias de vida. Esse era um dos aspectos que contribuía para a repetição de inúmeras violências praticadas contra elas, quase sempre consideradas coniventes com o abuso sexual de suas filhas.

Inquieta quanto aos procedimentos recorrentes no Programa, assumi que se fazia necessária a minha aproximação com as teorias já formuladas sobre estas e outras questões, mas também com espaços acadêmicos que estudassem e discutissem esta problemática tão complexa. Comecei a entender que não se consegue compreender o tempo presente, se faltam informações sobre as abordagens construídas historicamente, especialmente aquelas que problematizam o mundo contemporâneo e suas diferentes formas de interação com pessoas e ambiente. Precisava ampliar o meu olhar sobre aquelas mães e cuidar das informações sobre suas vidas, para sistematizar reflexões pertinentes a uma dissertação de mestrado. Ou seja, continuar a formação para buscar conhecimentos sobre os contornos das violências e seus enredos historicamente tecidos.

Dessa forma, o encontro com os autores durante a formação no mestrado em educação, entre outros aspectos, me proporcionou alargar o conhecimento sobre a pesquisa e sua relação implicada com o mundo social. Com isso, minhas reflexões ganharam outros sentidos e despertaram questionamentos que me inseriram em águas turbulentas, banhadas por compreensões e confusões, por demandas para procurar outras fontes de informação. Mas as reflexões, o encontro com as pessoas com quem dialoguei durante o mestrado, fizeram com que me sentisse mais humanizada, aberta às tantas incertezas que se apresentava e mais cuidadosa com o tema que escolhi para estudar porque ele, iria lidar com a dor do outro, com a intimidade de seus lares e com a possibilidade de partilhar a solidariedade possível. Minha pretensão é discorrer sobre a infância e suas nuances, iniciando uma reflexão que permita

⁴ Este Sistema inclui normas e princípios que regem a política de atenção a criança e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo poder Público em suas 03 esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela Sociedade Civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social (SINASE, 2006:22)

abordar a problemática das violências e seus contextos, as tipificações mais comuns destas na relação com a sexualidade e também enfrentar o exercício de escrever sobre o meu modo de pensar essas questões, com o apoio da teoria.

1. 1 Criança e infância, pluralidade controversa

Nas trilhas que percorri tentando refletir sobre a criança, me veio a percepção de que este pensar é quase sempre **sobre** e não **com** a criança. Aprendi quando menina, que pouco ou nada teria a contribuir com o mundo adulto à minha volta, então, não haveria motivo para que eles escutassem demandas dos “pequenos”. Sentia que era uma expectadora do que percebia e vivia, porém, todo o tempo eu me perguntava quando seria a minha vez de falar sobre meu viver. A história evidencia que a criança não ocupa um lugar de reconhecimento legítimo na convivência com os adultos, a quem sempre coube a decisão absoluta sobre o seu destino. Eram práticas comuns: deixá-la na roda dos expostos; jogá-la viva em rios e matagais; provocar sua morte por asfixia colocando-a para dormir entre os pais, o que caberia na legalidade da época com caráter de acidente; ser tratada como objeto descartável, na antiguidade clássica; se nascia malformada, era considerada defeituosa; se menina e negra, cabiam as justificativas para o abandono e o Infanticídio; se pobres, as que sobreviviam eram exploradas no trabalho infantil doméstico, rural e fabril, como em nossos dias.

O desafio de estudar sobre a infância remete, nesse sentido, a ocupação de um lugar em que o pesquisador se coloca para falar do outro, de algum modo, um sujeito exterior a ele. Lajolo (1997: 225) realça esta imagem ao esclarecer que as palavras infante, infância e os demais cognatos reportam à idéia de ausência de fala. Ou seja, *essa noção de infância, como qualidade ou estado do infante, daquele que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: in = prefixo, que indica negação; fante = particípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer.*

No pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1971), a palavra criança é designada como ser humano que se começa a *criar*, menino ou menina; e infância como o período do crescimento, no ser humano, que se estende do nascimento até a puberdade. As diferenças entre estas terminologias denotam, a meu ver, a primeira como uma possibilidade para alguma coisa, que pode ou não vir-a-ser; e a segunda, como um período estanque entre uma coisa ou outra.

Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004:15) compreendem a infância *como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida*, onde a infância é uma condição das crianças. Estes autores entendem que a palavra infância lembra um período da vida humana, *no limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a fazer-se ouvir*; por sua vez, o vocábulo infância indica *uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo* (Idem.,:16).

Esta lógica lingüística empregada na designação do ser humano, em seus primeiros anos de vida, contribui para marcar o silêncio devastador que é impingido às crianças, sublimando seus desejos, amordaçando seus pedidos de socorro quando são violentadas, adestrando seus pensamentos e reduzindo os espaços em que vivem para dificultar a aprendizagem essencial de ser sujeito da própria história. *Por não se falar, a infância não se fala e, não se falando não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam* (LAJOLO, 1997: 226).

De acordo com esta compreensão, Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004:16) ressaltam porque existem dificuldades para se formular abrangências a respeito da história da infância pelos próprios protagonistas que a vivenciam e propõem. Para eles, pelo fato da criança não se apresentar como sujeito de suas experiências, *talvez a forma mais direta de percebê-la, individualmente ou em grupo, seja precisamente captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança*.

A noção histórica de infância e os significados do estado de ser criança, bem como seus lugares nas vivências das sociedades foram concebidos de diversas e controversas formas. Os registros que se possuem delas foram constituídos, muitas vezes, pelos olhares adultocêntricos, porque as próprias crianças não tinham oportunidades para deixar seus registros, para expressar sua forma de sentir e compreender o mundo onde estavam imersas. Isso me levou a observar que esta questão aparecia nos processos de atendimentos dispensados às crianças pelo Programa Sentinela, onde durante minha atuação profissional e depois como pesquisadora, encontrei poucos apontamentos e formas de intervenção que pudessem anunciar o que a criança pensa por ela própria, como ela significa a experiência violenta que está vivendo. Os formulários e o preenchimento dos mesmos são criados e realizados por adultos, de acordo com o lugar social em que estes se encontram e com os

referenciais que possuem, por isso, quase não incorporam aspectos qualitativos da abordagem, registros etnográficos que poderiam evidenciar a fala da criança em atendimento.

Heywood (2004: 21), nos chama a atenção para as transformações nas concepções de infância ao longo da história da humanidade e traz em seus estudos entendimentos que explicam a criança como um construto social, onde o passar do tempo a modifica. Para o autor, existe variação entre os grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade, por essa razão *a infância é, pois, em grande medida, resultado das expectativas dos adultos*. Em certos contextos ela representa o mundo angelical da inocência e da desterritorialização; em outros atende à pornografia adulta e pode ser colocada em bordéis ou obrigada a sevícias físicas e sexuais, conforme perspectiva postulada; de sagrada a profana, a infância controversa os papéis a ela destinados.

Ao informar que foi a partir dos séc. XV, XVI e XVII que as crianças passaram a se vistas pelos adultos como seres que precisavam de algum tratamento especial, Heywood (2004:28-30) destaca que só então as preparavam para pertencer ao mundo dos adultos, mas um pertencimento condizente com a percepção destes. Na Alta Idade Média, o autor aponta que a criança recebia as primeiras e raras noções de um “ser em processo”, sugerida então a partir de sua dinâmica corporal, de seu crescimento, mas que suas definições eram imprecisas e algumas vezes desdenhadas. Ressalta que *a medievalista Doris Desclais Berkvam resume a peculiaridade da infância medieval em seu caráter ‘desestruturado e indefinido’, embarcando ‘o tempo e o espaço da juventude, independentemente de onde acontecesse, ou quanto tempo durasse’*. Faz referência ainda à contribuição do historiador Jacques Lê Gof, com a importante constatação de que neste período histórico, a sociedade *não tinha tempo para compaixão ou admiração pelas crianças, de forma que mal as notava* (HEYWOOD, 2004:34).

Nesta época, as crianças tinham responsabilidades diferentes para cada faixa etária e existia um nivelamento das tarefas a serem executadas, conforme a idade. Para a infância e a adolescência reconheciam os períodos distintos de crescimento, mas o espaço para falar sobre o que sentiam e a existência de quem os considerasse capazes era uma possibilidade rara. Naquele cenário estava intrínseca a necessidade de que seguissem os passos de seus pais, *com ocupação de sua posição na vida, claramente mapeados com antecedência*. (HEYWOOD, 2004:30). As diferenças entre as expectativas traçadas para os meninos e as meninas já apareciam como uma questão de gênero na era medieval, apresentando aspectos importantes para a compreensão da construção social que reflete até modernidade. Para as

meninas, entre os quatro e os sete anos, eram ensinados preceitos em conformidade com o que a sociedade esperava delas: estar preparadas para o casamento e a maternidade (HEYWOOD, 2004:28).

A condição feminina nesta construção sócio-histórica se revela numa perspectiva relacional. É enfocada por Veiga (2004: 48) ao distinguir a formação entre os sexos, com a necessidade de que *a mulher aprendesse de forma racionalizada a ser boa mãe, boa esposa e boa dona de casa. A ênfase predominante era a de que desse aprendizado derivaria a formação da criança civilizada e a constituição de uma família harmoniosa.* Pude perceber no campo de pesquisa e nas relações estabelecidas com as mulheres em contextos de violências, esta prescrição anteriormente referenciada, de que elas continuam responsáveis pela manutenção da harmonia familiar, de que o imaginário coletivo remete às suas ações as conseqüências do bem-estar de filhos e marido. De suas falas colhi argumentos que para elas justificam o zelo pelo ambiente familiar como de sua responsabilidade, portanto, as violências praticadas contra suas filhas, também decorrem da sua suposta negligência, imbuídas em preservar o *statusquo* masculino.

É importante salientar que esta visão difundida sobre o papel da mulher, historicamente lembrada, traz em suas bases uma compreensão nuclear da família, comumente considerada estruturada, com condições econômicas adequadas para a manutenção dos seus, ou seja, *um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo* (ABREU, 2007: 291). Às mulheres continua a pertencer o lugar de mães amorosas, a reprodução dos padrões de honestidade e moralidade monogâmica, o encargo direto pela saúde e civilidade de seus filhos e filhas.

As mudanças que marcam os séculos possibilitaram à população jovem, de algum modo, manter ou alterar o olhar sobre as mulheres e as crianças, conforme a educação recebida em casa, na escola, nas cidades e na zona rural, nos ambientes de convivência. É inegável a luta política e cultural contemporânea para protegê-las das violências, para territorializá-las na comunidade de direitos, para garantir-lhes o acesso às políticas públicas de base. Há um tanto de preocupação com o sofrimento e as discriminações que a elas são imputados, mas, a visibilidade das violências a que são submetidas evidencia o quanto ainda se está longe de uma sociedade com oportunidades iguais para homens e mulheres, porque vivemos em um universo mais amplo de desigualdades. Desta forma se torna cada vez mais presente nas relações estabelecidas, o investimento social e psicológico nas ações destinadas

às mulheres e às crianças, e maiores recursos vêm sendo despendidos para a sua educação e saúde, para segurança e cuidado.

O modo dominante de se pensar a infância nos tempos passados, e que nos faz perceber como ainda atravessa nossas práticas cotidianas, encontra alusão nos escritos de Kohan (2003:62), que nos ensina a buscar reflexões constituídas de material histórico para discorrer sobre o momento presente. Sendo assim, não há como desconsiderar a influência exercida por Ariès, com seus estudos sobre a infância, que permearam os séculos XVI a XVIII, mas que indiscutivelmente estão vivos até a atualidade. Kohan (2003: 64) afirma que *as teses centrais de Ariès são duas: a primeira é que nas sociedades européias, durante a época medieval, não havia um sentimento ou consciência de infância (...) e que aqueles que hoje chamamos de crianças eram adultos menores ou em menor escala de tamanho.*

Contraditoriamente, Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004: 17), em seus estudos sobre os discursos relacionados à infância da Idade Média dizem que, *contrariamente às teses de Ariès, no período medieval teve-se também a percepção nítida da especificidade da infância. A criança era construída, em primeiro lugar, pelo amor ou pela rejeição dos pais e aquele se manifestava no protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança, rejeitando-a ou, eventualmente, praticando o infanticídio.* Kohan (2003: 67) assinala as críticas endereçadas a Ariès pelo seu trabalho, mas enfoca que *na modernidade européia, senão a invenção, pelo menos uma fortíssima intensificação de sentimentos, práticas e idéias em torno da infância ocorreu como em nenhum outro período anterior da história humana.*

É importante ressaltar um aspecto que destacam Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004), ao falar sobre a contraposição que se pode fazer à noção de indiferença em relação à infância, no período medieval. Os autores afirmam que no terceiro volume da coleção História da Vida Privada, de cuja organização participou Ariès, Gélis atribui esta indiferença a uma fábula e justifica que existia preocupação sim por parte dos pais, especialmente com a saúde das crianças. *Entretanto, há muitas evidências de uma profunda transformação das formas de pensamento, das atitudes em relação à vida e ao corpo, no âmbito da qual se desenvolve o sentimento moderno da infância, associado ao fato de a família nuclear substituir a linhagem e a comunidade* (2004:17).

Estes autores chamam a atenção para a percepção sobre a infância contida nas obras de Ariès, e alegam que esta foi constituída a partir de um olhar marcado pelas questões francesas. Por isso, apontam para o perigo de se transpor estas questões para outros países, porque poderá implicar em desvios de interpretação. Salientam ainda que, Brasil e Portugal,

na formação de suas sociedades, possuíam particularidades em relação às condições históricas, geográficas, sociais e culturais, e que estas apresentavam particularidades relacionadas à concepção de infância, aos sentimentos e às práticas relacionadas ao cuidado e à educação de suas crianças (2004:17).

A mudança de concepções acerca da infância começa a ser constatada a partir do séc. XVII, onde se registra o aparecimento de outros sentimentos em relação a esta. Ali tem início a criação de espaço para a criança, dentro da constituição familiar, e o afeto dos adultos em relação a ela vai se instituir como um dos fatores que impossibilita seu afastamento da vida cotidiana. Emerge como um ser ativo, ou seja, começa a estar presente nas consignações daqueles que estão à sua volta. Heywood (2004: 36), com os estudos que faz através de historiadores, lembra que o movimento dos puritanos foi decisivo para que o interesse sobre as crianças prevalecesse. *Um interesse permanente pelas crianças, na Inglaterra, começou com os puritanos, que foram os primeiros a questionar sobre a natureza e seu lugar na sociedade.*

O movimento dos puritanos caracterizava-se pelo entendimento de que as crianças nasciam como fardos sujos, oriundas do pecado original, e/ou como pequenas víboras. Esta percepção inferiorizada sobre as crianças também se fazia presente na França, onde às denominavam como fracas e culpadas de pecado original. Mas, mesmo assim, *jansenistas do século XVII, em Port-Royal, e outros educadores, afirmavam que as crianças valiam à atenção; que se deveria dedicar a vida à sua instrução e que cada indivíduo precisava ser compreendido e auxiliado* (HEYWOOD, 2004: 36).

Com essas mudanças na percepção do espaço a ser ocupado pelas crianças, nasce a importância do cuidado, no sentido de assistência, que vai se delineando gradativamente no seio das relações entre adultos e estas. A educação e a inserção das crianças nas escolas vão se configurando a partir da diferenciação entre estes dois espaços. Heywood (2004:37) aponta que *enquanto alguns historiadores observavam a esfera cultural para explicar o interesse renovado da criança durante este período, outros destacaram o impacto das transformações econômicas, argumentando que o período entre os séculos XV e XVIII testemunhou o surgimento do capitalismo na Europa Ocidental.*

Outra questão importante para a compreensão do lugar ocupado pela criança na história da humanidade, são as formas possíveis de abandono, que remete à criação da **Roda dos Expostos**. Sua origem data da Idade Média e, na Itália, com a aparição das confrarias de caridade, as Rodas tinham por objetivo recolher, em instituições, as crianças rejeitadas por

seus familiares. Com isso, as crianças eram salvas da morte e as mães permaneceriam no anonimato, evitando enfrentar as marcas morais da época, ou o constrangimento das perdas. Ao mesmo tempo, a igreja acreditava cumprir sua função: garantir o anonimato de quem abandonava e praticar a caridade. Além disto, *a Roda poderia servir para defender a honra das famílias, cujas filhas teriam engravidado fora do casamento (...)* A roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade (MARCÍLIO, 1997:72).

No caso brasileiro, além destes aspectos, a Roda dos Expostos era vinculada à Santa Casa, a qual cumpriu também um importante papel, pois esta unidade religiosa, aproximadamente por um século, era a única instituição de assistência à criança abandonada (MARCÍLIO, 1997: 51). A importância histórica do lugar da criança explicita que a prática de abandonar filhos pequenos é muito antiga e está enraizada na dinâmica relacional dos agrupamentos familiares e sociais, característicos de cada época. Ao que parece, a experiência do abandono das crianças permanece viva desde muitos séculos, alimentando o “destino” daquelas indesejadas por razões e desrazões variadas, também permitindo que outros as assumam quando o responsável direto não sabe o que fazer com elas e com as situações que as envolvem.

Com o esforço de relacionar a questão histórica com o campo da pesquisa, algumas inquietudes apareceram em forma de questionamentos: em que medida nossas práticas e intervenções também não se transformam, metaforicamente, em grandes “rodas dos expostos” legitimadas pelo discurso jurídico-normativo que as orienta? A determinação legal de retirada da criança violentada do convívio familiar e o encaminhamento desta para o espaço estranho (principalmente impessoal) de um abrigo, configuram um modo de proteção ou, analogamente, reproduz práticas de responsabilizar outros pelos filhos daqueles que deles não souberam cuidar? A insuficiência da escuta da criança no decorrer dos procedimentos de intervenção, indica que a relação com o adulto ainda é de subalternidade? A criança que sofre violências pode permanecer na invisibilidade e ser tratada como objeto duplamente, quando violentada e quando normatizada pelos encaminhamentos jurídicos? Os procedimentos regulados pela legislação asseguram à criança violentada ambientes de direito a partir de sua legitimidade? A partir de minhas intuições, nascidas no seio dos contatos empíricos com as famílias atendidas no Programa Sentinela, da pesquisa que este mestrado me proporcionou, posso agora registrar os enormes desconfortos que observei nos sujeitos ao expor dados de suas subjetividades. São experiências que marcaram suas vidas pela dor e humilhação, muitas

vezes reeditadas nos atendimentos prestados pelos órgãos que cuidam de crianças e adolescentes com vulnerabilidade social.

As políticas públicas de atenção à criança inserida em contextos de violências emergem como uma mostra da preocupação do Estado para com a infância e seu bem-estar. Não obstante, o interesse enunciado ainda é insuficiente e as ações contornam aspectos mais de ordem moral e pouco de natureza sensível para com os desejos legítimos desse sujeito em formação. Ao criar as instituições de proteção, o Estado também faculta a separação e o isolamento das crianças do mundo familiar adulto. Parte-se do pressuposto que estas instituições são, necessariamente, lugares que se pautam pela Gestão do Cuidado – conforme Sousa (2002: 137), uma modalidade de *Gestão que respeita as especificidades culturais da comunidade; valoriza a participação coletiva e zela pela coisa pública; considera a VIDA como principal fundamento das práticas pedagógicas de proteção; reconhece a dialogicidade, com a escuta e a acolhida do outro. A Gestão é entendida numa perspectiva transdisciplinar, ecológica, ética e estética.*

A importância da criança e o que deve ser feito com ela aparece com entusiasmo no século XVII, com pensadores como Locke, Rousseau e os primeiros românticos. Estes atribuíram à criança uma importância por ela mesma, e não como adultos imperfeitos. A obra de John Locke, *Some thoughts concerning education* (Algumas reflexões sobre a educação), datada de 1693, foi apontada pela historiadora Margaret Ezell como sendo uma das mais importantes influências que possibilitou modificações de atitudes em relação à infância no século XVIII (HEYWOOD, 2004: 37). A concepção da criança como uma tábula rasa, expressa por Locke, buscava se contrapor ao entendimento forjado pelo discurso do pecado original, o qual determinava que a criança era possuída de certas características inerentes a ela. *A partir da noção lockiana de que a educação pode fazer “uma grande diferença para a humanidade”, existe uma lógica na sugestão de que ele considerava a criança como nascida nem boa nem má* (HEYWOOD, 2004: 37).

Partindo da compreensão de que toda mudança de paradigma não se estabelece somente pelo desejo para que ela aconteça, a percepção das crianças continuava impregnada da noção “cristã de impureza” (HEYWOOD, 2004:37). As contra-argumentações que surgiam, em resposta a este novo olhar que Locke afirmava sobre e para a criança, estavam ainda carregadas de entendimentos especulativos, os quais apontavam que *a aprendizagem envolvia uma luta longa para ensinar a criança à ‘dominar suas inclinações’, e submeter seu apetite à razão* (2004:37). Críticos da obra de Locke assinalavam que ele não conseguia se

desprender das concepções que o formaram e que, em relação à infância, estava presente em seus escritos uma visão negativa da infância, com argumentos voltados ao uso da razão com as crianças: *com o descuido, a desatenção e a alegria que lhe são característicos, as crianças precisavam de ajuda: eram pessoas fracas sofrendo de uma enfermidade natural* (HEYWOOD, 2004:38).

A obra de Heywood (2004) aponta Jean-Jacques Rousseau como um estudioso que efetivamente combateu a tradição cristã do pecado original e trouxe para as relações estabelecidas com as crianças, uma visão diferente sobre a infância. Rousseau ressaltava que *a criança nasce inocente, mas corre o risco de ser sufocada por preconceitos, autoridade, necessidade, exemplo, em todas as instituições sociais em que estamos submersos* (2004:38). Sua obra *Emílio*, se configurou como um marco para repensar e propor um outro olhar direcionado para a infância e recusou o conselho oferecido por Locke de que se deveria argumentar com as crianças, justificando que esta faculdade não estaria desenvolvida integralmente até a adolescência. Rousseau contra-argumentava com a compreensão de que a natureza desejava que a criança fosse criança, antes de se tornar adulto.

Cabe observar que Rousseau, com *Emílio*, dirigiu às mães a responsabilidade da educação de seus filhos, ao destacar a necessidade de que tratados de educação fossem criados e dirigidos a elas. O aprendizado seria importante tanto para as crianças, quanto para as mães, *portanto, para Rousseau, não somente as crianças acham-se em estados de aprender, como também as mães, as mulheres* (VEIGA, 2004:53). Rousseau defendia que a *infância tem formas próprias de ver, pensar, sentir e particularmente, sua própria forma de raciocínio, sensível, pueril, diferentemente da razão intelectual ou humana do adulto* (HEYWOOD, 2004: 38). Por isso, tinha a proposição de que o aprendizado deveria iniciar a partir da relação e vivência com as coisas (da experiência) e não a partir dos homens. Mas preocupava-se com a relação estabelecida das mães para com seus filhos e alertava que muitos “mimos” por parte delas, os exacerbariam de afetividade e poderiam “estragá-los”. Pede, portanto, o controle da afetividade nas relações estabelecidas (VEIGA, 2004: 54).

A importância do afeto na relação dos adultos com as crianças e o que este representaria no crescimento destas, foi tema de reflexão entre autores. Veiga *apud* Farias Filho diz que, *Áries apresenta essa discussão a partir da reação dos críticos de fins do século XVI e do século XVII em relação à “paparicação” das crianças. Esse autor interpreta a “irritação” dos autores desse tempo como sendo o negativo do sentimento da infância e Veiga indica a possibilidade de que este incômodo, oportunizado pelas demonstrações de*

afeto e carinho às crianças, poderia estar vinculado *ao movimento maior de contenção das emoções, dos afetos e dos desejos* (2004: 54). A necessidade de estabelecer distinções entre adultos e crianças e o que este emaranhado subjetivo poderia oportunizar, se constituiu como preocupação por parte de Rousseau. É preciso que *o adulto tenha consciência da necessidade do controle das suas emoções para compreender as necessidades das crianças como distintas das suas, e que das atitudes dos adultos dependerá a qualidade da criança* (VEIGA, 2004: 63).

A visão rousseauiana foi sofrendo modificações e questionada a partir dos séculos XVIII e XIX quando, no cenário das teses que envolviam a infância, surgia a contribuição da concepção romântica. Uma das diferenças importantes apontada pelos românticos contraporia o entendimento de Rousseau de que as crianças não se tornavam virtuosas durante os primeiros doze anos de sua vida. Os românticos falavam de uma criança possuidora de saberes, com uma apurada sensibilidade estética e com uma consciência mais profunda das verdades morais duradouras. (HEYWOOD, 2004: 38). Surgia a condição de uma criança como alguém que tinha o que ensinar para os adultos que a cercavam, contestando também a visão de que ela era uma tábula rasa e possibilitando uma redefinição das relações sociais construídas para com a infância. Porém, Heywood lembra que estas idéias românticas tinham mais reflexos nos círculos de classe média, porque ali havia a preocupação para com o desenvolvimento da criança, para com a domesticidade e a educação.

No final do século XIX e início do XX, o modo de perceber a criança no cenário social vai se configurando a partir de questões que envolvem sua inserção no campo de trabalho. Questionamentos vão sendo efetivados no sentido de sacralizar a infância. Este movimento tinha como objetivo a retirada das crianças do ambiente de trabalho, pois, *lucrar a partir do trabalho de crianças era tocar de forma profana em algo sagrado* (HEYWOOD, 2004:42). O autor evidencia que este movimento possibilitou que o valor sentimental para com a criança aumentasse nos espaços em que ela estava presente, o que possibilitou outros caminhos para uma reconceituação da infância e fez surgir uma versão politizada da criança romântica.

Apresenta-se, neste período histórico, a noção da adolescência como uma infância prolongada, estimulando-se a compreensão de um período amplo de transição entre a infância e a idade adulta. Heywood aponta que *o interesse elevado na definição de um período prolongado de infância e adolescência a partir do final do século XIX pode ser explicado parcialmente pelo fato de que os jovens eram cada vez mais segregados dos adultos nesse*

momento, especialmente em escolas organizadas por idade (2004: 43). Criavam-se outras formas de apartação na convivência, com artefatos culturais que marcavam as distinções entre os sujeitos, mas também o *status* econômico a que pertenciam.

1.2 Escola arquitetada para a infância

Compreender a função da escola, neste contexto, implica reconhecer os lugares em que a criança está inserida e as concepções que as definem. De algum modo, passa por situar a escola como um recinto também constituído pelos processos sociais e culturais, criador e reproduzidor dos mesmos. Kuhlmann Jr. e Fernandes nos fazem pensar que *a defesa da instituição escolar como o lugar da criança revestiu-se da ilusão de que a escola seria um meio de afastá-la da sociedade, foco da degeneração moral, de modo que, sob a condução de educadores incorruptíveis, ela fosse educada para uma vida regida por valores opostos aos vigentes* (2004: 23). Os conflitos e as conquistas contemporâneos indicam que a escola cumpriu os desígnios da história no mesmo movimento em que os contestou, forjando sinuosidades e descompassos em sua função social, com e sem determinismos que a enraízam na comunidade onde se materializa como instituição.

Quando nos deixamos atravessar pela experiência (...), esta produz incômodos e obstáculos, é o que nos faz pensar Kohan (2003: 15) ao delinear suas inquietações reconhecendo que as relações sociais são conflituosas por excelência. A escola não escapa desse contexto e vive suas contradições e inventividades atravessada pelas experiências que acumulou em processo. Este sentimento nos aparece quando se efetiva o encontro com as crianças violentadas, pois abarcam todas as nossas experiências de infância e escolaridade. A construção de paradigmas a seu respeito contribui para contornar, antropologicamente, modos de concebê-las nas práticas educativas, nos contextos de atenção às suas demandas viscerais e sociais, na maneira adultocêntrica como impingimos a ela o nosso mundo. É aí que também se pensa e se realiza a intervenção das políticas públicas, nos espaços determinados pelos adultos para o seu pertencimento contemporâneo.

Arroyo, em seu livro **Ofício de Mestre** (2000: 47) lembra que paradoxalmente a nossa capacidade de escuta sensível é renovada cada vez que nos dispomos, com toda a nossa corporeidade, a *ler e a escutar a história real, brutal da infância popular*. De tantos meninos e meninas, em suas faixas etárias diferentes, que jamais terão a oportunidade de retornar à *estação primeira da infância não vivida*. Compreender e empreender o **cuidado** com o

desenvolvimento humano gera a disposição de acompanhar, com atenção, a *própria infância e adolescência, juventude ou vida adulta com que convivemos*. São estes e estas, nossa leitura inicial, o tema guia de nosso percurso educador, *nunca aprendida, nunca aprovada porque sempre surpreendente*. Com a mesma importância que refletimos a nossa prática, que elegemos os conteúdos dos projetos pedagógicos, somos desafiados a não abandonar, por esquecimento, os sujeitos de nossa ação educadora, suas histórias de sofrimento que não comportam em um tema. *O transbordam. À volta à infância nos reeduca* como educadores, torna-se nossa cúmplice.

Saberes diversos de variados ofícios foram aniquilados pela industrialização com o advento das tecnologias. A escola, afetada por essa dinâmica, perdeu aspectos de seu movimento peculiar e se viu obrigada a adequar-se às novas exigências do mercado. Relações interpessoais ganharam sentidos de produtividade, de cumprimento de normas padronizadas e hierárquicas, de decisões pouco democráticas e, principalmente, de controle das subjetividades. Imersa em resistências e contradições incorporou saberes de guerra para a educação de crianças e jovens, confirmando processos tensos de eliminação dos ofícios e dos artífices. Com isso, a escuta da infância não aconteceu como se esperava, com a luta pelo reconhecimento de sua legitimidade em formação. Mesmo assim, as comunidades construíram, nesses embates, um saber culturalmente seus que na maioria das vezes está em dissonância com o conhecimento escolar.

Kohan (2003: 21) faz referência à infância na pós-modernidade, quando alude aos modos como esta temporalidade foi pensada na filosofia, para entender como ainda estão presentes na atualidade. E diz, *nossa decisão se baseia no intuito de mostrar que o campo da história das idéias filosóficas sobre a infância atravessa diversos espaços disciplinares e tem diversas possibilidades metodológicas, historiográficas, filosóficas* (2003:21). Sobre a escola também. Para pensar a infância a partir da contribuição dos filósofos, o autor retorna aos escritos de Platão e mostra que a infância e as indagações em torno dela constituiu um problema fundamental para o referido filósofo, onde em sua famosa obra, Diálogos, Platão demonstra que existe uma conexão direta entre a qualidade de uma polis e as pessoas que a compõem e enfatiza que, as qualidades dependem do contexto onde são desenvolvidas (2003: 27).

A questão que Platão explicitava permeava preocupações em torno de como as crianças eram educadas e de que forma isto resultaria na governança necessária ao bom andamento da polis, considerando ser *necessário pensar outro cuidado, outra criança, outra*

educação, uma experiência infantil de verdade e de justiça, que preserve e cultive o que nessas naturezas há de melhor e o ponha a serviço do bem comum (KOHAN, 2003: 28). Esta intencionalidade política de que está encharcada a visão platônica em relação à infância, demonstra que esta não se constituía objeto intrínseco e relevante e o que parece acender nas questões propostas por Platão é a política presente na constituição da infância, onde esta é contextualizada na problemática e no jogo político, para buscar uma *polis* mais justa, mais bela, melhor. (KOHAN, 2003:29).

A infância é notada por Platão como associada à primeira etapa da vida humana e assim sendo, preocupava-se como esta se desenvolveria e seus efeitos na vida adulta. A educação assume grande importância nesta fase de vida, e Kohan (2003:35) enfatiza isto afirmando que, *ainda que Platão pense a educação como importante em toda a vida do ser humano, também considera que o é muito mais nos momentos em que se forjam seus caracteres*. A importância dada à infância neste tempo histórico passa muito pelo entendimento de que, aquilo que se adquire nesta fase da vida, não pode ser modificado e corrigido, sendo a base fundadora da vida humana e o resultado dela tudo dependerá. A compreensão passava por uma educação que garantisse a formação de um cidadão capaz para um futuro, quando se tornasse alguém presente nas relações estabelecidas. Se constituir criança era um eterno devir, a vivência de um não-lugar em busca de algo a ser vivido. *Não se trata de que as crianças já são, em estado de latência ou virtualidade, o que irá devir; na verdade, elas não têm forma alguma, são completamente sem forma, maleáveis e, enquanto tais podemos fazer delas o que quisermos* (KOHAN, 2003: 40).

Para Kohan (2003:40), a incompletude, *enquanto primeiro degrau da vida humana, na infância representa também seu caráter de incompleta, sua falta de acabamento; (...) essa visão da infância parece extraordinariamente positiva, poderosa: dela pode devir quase qualquer coisa; dela quase tudo pode ser; (...) esconde, em contrapartida uma negatividade em ato, uma visão não afirmativa da infância. Ela poderá ser qualquer coisa. O ser tudo no futuro esconde um não ser nada no presente*. Durante a escolarização passada e presente, a criança vive essa contínua negatividade, pois como eterno ser de futuro, dela é retirada à experiência do presente. Dela é exigida a anulação de *ser-no-mundo* em seu contexto de infância, para “assegurar” benesses sociais no futuro. Se isso não se cumpre, a responsabilidade é imputada a ela, de maneira individual e isolada do contexto onde sua formação ganha materialidade.

1.3 Cuidar da infância, cuidar da criança, cuidar da vida

Esta síntese busca na história compreensão possível dos jeitos culturais que nos constituíram, das singularidades que construíram nossas verdades, num esforço de desconstruí-las criticamente. Esse exercício intelectual me permitiu constatar certa inferioridade conjugada às crianças, um dado que remete também a época dos filósofos. Como Kohan (2003:42) esclarece, as crianças eram consideradas como seres inferiores aos adultos, especialmente relacionada à adulez masculina, tanto no aspecto físico, quanto espiritual e não se podia esperar destas a capacidade de discernimento do que é justo e do que não o é. A temporalidade da infância e da criança era forjada nos significados de incapacidade humana, nas limitações, na falta de experiência; representavam a imagem da ausência do saber, do tempo e da vida (2003:45).

Incomodada com estas abordagens que caracterizavam, e ainda caracterizam infância e criança, fui à procura de outros olhares sobre essas duas dimensões indissociáveis e mutuamente constitutivas. Minhas inquietações levaram-me a leituras que apresentaram possibilidades de outros modos de apreciá-las, de reconhecê-las em seu contexto. E Kohan (2003:117) me ajudou a pensar que a infância pode ser compreendida como um símbolo de afirmação figura de um novo, um *porvir* sempre presente, *espaço de liberdade, uma infância da igualdade como princípio político irrenunciável de toda prática educacional*.

Na leitura das obras de Kohan (2003: 64), portanto, encontrei um olhar histórico sobre a invenção de uma infância. Ele retoma as formulações elaboradas por Áries para destacar que em suas teses está como fundamentos centrais, a referência às sociedades européias, as quais, durante a Idade Média, não evidenciavam um sentimento ou consciência de infância. Portanto, essa temporalidade que *chamamos de infância estava limitada a esse período relativamente curto, mais frágil da vida, em que uma pessoa ainda não pode satisfazer por si mesma suas necessidades básicas*. As crianças que hoje entendemos como tal, eram tratadas nesta época como adultos em miniaturas e permaneciam, normalmente, pouco tempo com sua família, pois não havia *naqueles tempos, nenhuma idéia ou percepção particular ou específica de natureza da infância diferente da adulez* (KOHAN, 2003: 64).

No cenário onde dançam concepções consideradas pós-modernas, a infância é desenhada com outros referenciais, como ressalta Kohan (2003: 250), pois se postula que a igualdade e a diferença, as hierarquias movidas por faixas etárias ou por papéis, não se instituem como categorias suficientes para habilitar os adultos como únicos sujeitos capazes.

Aqueles que negam às crianças (e a qualquer ser humano) a capacidade de pensar – ainda que o façam revestidos da mais sofisticada cientificidade – é porque previamente têm constituída uma imagem do pensamento autoritária, hierárquica, que exclui o que depois qualificará de incapaz. Este autor nos ensina a pensar a infância por meio de uma metáfora, ou o que ele denomina como “uma figura de começo”, um eterno “porvir”, um ser humano em potência interminável porque existe em sua dimensão ontológica. Afirma que a infância é uma grandeza ainda não suficientemente pensada da experiência humana, mas que possibilita a vivência do imprevisto, da descontinuidade da existência porque o ser humano pode sempre se recriar. Para ele, a *infância é uma “figura de começo”, no sentido de uma imagem que abre possibilidade de um porvir aberto, inesperado, segundo a lógica prévia à ruptura que ela introduz; um porvir insuspeito, insólito* (2003:251), não é um tempo marcado pela idade porque atravessa todo o viver.

Maturana (2000:62) fala sobre a expansão e a conservação da infância ao longo de nossas vidas e a isso denomina como características neotênicas. Conforme o autor, *esta expansão da infância na vida adulta implicou também na dinâmica emocional, e a conservação da dinâmica relacional amorosa da infância na vida adulta guiou o curso das mudanças corporais e relacionais que eventualmente nos constituíram como a classe de animais que somos como seres humanos.* Nesse sentido o ser humano, na fase adulta, tem também expressões singulares de um sujeito imbricado em características da infância, já que a expansão destas características na vida adulta faz com que as suas tarefas sejam progressivamente realizadas em contextos de imaginação e realidade, de desejos impulsivos e senso de responsabilidade, de permissões internalizadas e resistências culturais (MATURANA, 2000:70). Este processo neotênico implica, para além das características anatômicas e fisiológicas da infância para a vida adulta, a conservação das dinâmicas relacionais próprias das afinidades materno-infantil propiciadas na infância.

Maturana (2004: 16) considera que a relação materno-infantil, por ser um fenômeno biológico, pode ser desempenhada por qualquer adulto em convivência com a criança, desde que esta se pautar por uma relação de cuidado e proteção. Ou seja, a relação materno-infantil não se restringe a unidade mãe-filho, porque ela preconiza a aceitação da criança e o reconhecimento de suas necessidades primárias como fundamentais no exercício do cuidado. A diferença importante que este autor assinala é o cuidado como possibilidade de efetivação da maternidade. *Constituem também uma coexistência amorosa e estética, num modo de conviver no qual o cuidado com as crianças pode surgir como um prazer sensual e*

espiritual, quando se leva a vida como uma escolha e não como um dever. Esta convivência acontece no cotidiano, na não intencionalidade das ações, onde a maternidade é exercida na coexistência não reflexiva, sendo escrita na simplicidade das relações que vão se estabelecendo no habitual dos afazeres.

Pensar sobre como cuidar e como pode ser este cuidado na relação materno-infantil para fomentar a aceitação do outro enquanto legítimo outro na convivência, requer a desconstrução de nossas bulas internalizadas e manifestas em nossas profissões, como cuidadores de crianças em situações de risco. Durante os contatos de pesquisa com as mães das crianças abusadas sexualmente, indagava quais as possibilidades existentes em cada mãe de efetivar o cuidado necessário para que a existência sua e de suas filhas pudesse ser pautada numa escolha e não na lógica do *dever-ser*. Minhas inquietudes tentavam fugir de um olhar que simplificasse, fragmentasse a história de cada caso, com a intenção de contribuir para uma compreensão da convivência familiar como experiência compartilhada. Com estas mulheres, muitas vezes, dividi a tessitura das relações de violências em que eram submetidas e sujeitadas, as dificuldades que vivenciavam e intensidade de cuidados que delas eram exigidos.

A prática profissional desenvolvida na relação com o outro, quase sempre embebido de sofrimentos, fez com que eu sentisse necessidade de questionar a razão⁵ utilizada nos encaminhamentos e atendimentos técnicos. O conhecimento técnico, fruto de uma cultura ocidental no qual foi constituída, nos obriga a buscar, visceralmente, informações marcadas pela validade universal, oportunizando a cegueira em relação à riqueza semântica dos momentos singulares, abertos às resistências e conformismos, inscritos e vividos no cotidiano. Restrepo (1998:37), assim nos ensina:

os sentimentos não podem continuar confinados ao terreno do inefável, do inexprimível, enquanto a razão ostenta um certa assepsia emocional, apatia que a coloca acima das realidades mundanas. A separação entre a razão e emoção é produto do torpor e do analfabetismo afetivo a que nos levaram um império burocrático e generalizador que desconhece por completo a dinâmica dos processos singulares.

Para Sousa (2006: 38), cuidado é uma categoria que tem suas raízes inspiradas em Heidegger, *para quem o ato de cuidar se inscreve numa compreensão filosófica e tem*

⁵ Razão aqui entendida como argumento ou prova que serão suficientes para estar com a verdade. (Dicionário de Filosofia, 2007:970)

significado de cura porque exige do cuidador ocupar-se previamente do outro para assegurar o seu bem-estar. O cuidado, para o humano é o princípio guia de sua existência, expressão de seu modo de ser-estar em relação com a vida e com o mundo, e requer trabalhar para zelar da própria existência em relação, consigo, com o outro, com o meio, onde as subjetividades mediarão estes espaços de estar-junto em convivência.

Neste caminho explicativo para compreensão da realidade, a emoção adquire uma importância fundamental, porque ela é definida como disposição corporal para o agir (MATURANA, 1997: 25). *Todas as ações humanas, independentemente do espaço operacional em que se dão, se fundam no emocional porque ocorrem no espaço de ações especificado por uma emoção.* (MATURANA, 1997: 170). Nessa compreensão, a razão deixa de ter um caráter fundante das ações do ser humano, para dar espaço aos desejos, porque admite a multidimensionalidade que constitui nossa humanidade. *E nós, humanos, nos tornamos seres sociais desde nossa primeira infância, na intimidade da coexistência social com nossas mães. Assim, a criança que não vive sua primeira infância numa relação de total confiança e aceitação, num encontro corporal íntimo com sua mãe, não se envolve adequadamente como um ser social bem integrado* (MATURANA, 2004: 45).

É a emoção que vai possibilitar o encontro corporal, orientado pelo respeito e pela confiança, para tecer os laços afetivos do amor. O amor é para este autor a emoção fundante da convivência social, onde o outro se constitui por sua legitimidade na convivência (MATURANA, 1997:46). O amor não se encerra na visão romântica, pois é concebido pelo autor como *uma condição dinâmica e espontânea de aceitação, por um sistema vivo, de sua coexistência com outro (ou outros) sistemas(s) vivo(s); tal amor é um fenômeno biológico que não requer justificção: o amor é um encaixe dinâmico recíproco espontâneo, um acontecimento que acontece ou não acontece* (MATURANA, 1997: 184). Somos originariamente formados no amor e dependentes dele para conservação da vida, o que indica que a maior parte de nossos sofrimentos e enfermidades advêm da ausência desta emoção.

Ainda de acordo com Maturana (1997), há uma questão que merece uma observação mais aguçada, é quando uma criança cresce sem desenvolver o auto-respeito e o respeito pelo outro, uma decorrência da experiência materno-infantil. Esta criança se desenvolve com as características que configuram seu viver, de maneira que estas se conservam ou não, conforme a aprendizagem vivencial. Maturana (1997: 48) afirma: *se essa pessoa não respeita a si mesma nem respeita ao outro, e eu considero isso uma característica constitutiva sua, só irei ter com ela condutas que são negadoras do respeito por si mesmo e pelo outro. Então*

nós configuramos uma situação... Porque essa criança cresce outro, ela se desloca em um mundo que se configura nessa falta de respeito por si mesmo e pelo outro. A banalização com que se trata a individualização das dificuldades que são constituídas e construídas nas relações entre os seres humanos, sugere a urgência de um pensar sobre como estamos nos relacionando e cuidando de nossas crianças, principalmente no período em que elas estão em crescimento. Nossa fisiologia depende do amor, do cuidado, do respeito, então, se formos criados em espaços condizentes com essas necessidades primárias, nós desenvolvemos a capacidade de assim nos relacionarmos com outros. Se estes espaços nos são negados, nossa fisiologia se distorce, desencadeando problemas em nosso desenvolvimento, tanto no campo fisiológico, quanto psicológico, alterando-se nosso ser social.

Maturana (1997:47) diz também que se a criança *não cresce no amor, altera-se sua fisiologia e, com isso, sua configuração de mundo. Porque o mundo em que a criança vive é a expansão de seu ser corporal e, portanto, de como ela vive sua corporalidade. A corporalidade pode ser vivida no respeito por si mesmo e no respeito pelo outro, que se dá na confiança, uma confiança sincera, não hipócrita. Então a criança que não cresce no amor, não cresce um ser social.* Quando inserida em contextos de violências, há forte possibilidade de que, na vida adulta, ela venha a se relacionar com outras crianças investidas dos referenciais de suas experiências. Contudo, isso não pode ser tomado como determinismo porque a compreensão que orienta essa dissertação está assentada na complexidade e não no olhar de causa e efeito, mas de reconhecimento da plasticidade humana em sua ontogênese. O sujeito constrói e desconstrói sua história no movimento mesmo de sua humanização, entrelaçada pelo social e pela cultura.

Na animação complexa de compreender as violências que avassalam a vida das crianças, especialmente de meninas abusadas sexualmente, permanecem os desafios inerentes às políticas públicas de atenção social. Cuidar da infância e da criança é cuidar da vida, é conceber os sujeitos como organismos vivos em permanente formação, abertos às intempéries e às grandezas da existência comunitária. Fora de relações de cuidado não é possível antecipar-se ao bem-estar da vida, não se pode experimentar uma convivência ético-estética que permita à coletividade sentir em comum o mundo em movimento. O comprometimento herdado de todas as formas de violências imputadas às pessoas, implica reforçar laços de convivência violentos para toda a sociedade, criar cenários de amedrontamentos e guerras, consolidar valores de destrutividade mútua e banalizar a vida. O

mundo em que vivemos como lembra Maturana (1996) é o mundo que configuramos com o nosso viver comunitário, portanto, é responsabilidade de todos.

1.4 Vivências e experiências de um contexto

Em minha trajetória, as lembranças da vivência escolar contribuíram significativamente na construção de alguns olhares de mundo e sentimentos sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres nos arrolamentos sociais. Nasci na cidade de Lages e estudei no colégio Santa Rosa de Lima e no Colégio Diocesano e ali trilhei meus primeiros anos escolares, sob uma educação diferenciada entre meninos e meninas. Silva (2005: 62), escreveu uma monografia sobre o Ginásio Diocesano de Lages buscando delinear alguns traços culturais do lugar e afirma que esse trabalho foi indispensável para caracterizar e problematizar as desigualdades sociais da região serrana, situadas na herança histórica e nos modos de segregação ali construídos, e validados na comunidade. Para o autor, o Ginásio Diocesano *não é uma exceção quanto à exclusão das mulheres no cotidiano escolar. Estas não fazem parte das listagens de alunos e nem mesmo do quadro de funcionários que atua na escola. A presença do feminino na escola é presentificada apenas pela devoção às santas protetoras – Nossa Senhora do Bom Conselho, entre outras – através de suas imagens espalhadas pelos ambientes escolares. Ainda sim, as dependências eram abertas para as mulheres somente quando da eventualidade das festas escolares, com a presença das mães e das irmãs dos alunos e também das alunas do Colégio Santa Rosa de Lima.*

No seu estudo Silva (2005) aponta a utilidade social desta forma de educar e socializar os seres humanos, onde a divisão escolar estava diretamente ligada a generificação burguesa dos espaços e dos papéis sociais, que de modo progressivo eu fui reconhecendo no jeito de convivência intrafamiliar e nos recintos onde homens e mulheres podiam estar em coexistência, para que umas servissem aos outros. Ao que me parece hoje, aquela escola e seus professores iam se mostrando, do jeito possível, como expressões individuais e coletivas da distinção social, onde seres humanos, pelo seu gênero eram tratados e formados para ocuparem lugares distintos, com oportunidades desiguais.

A condição de morar-estar na cidade me fazia sentir na pele e na alma muitas violências, entre as quais, a naturalização daquele modelo de construção de papéis, hierarquizados para garantir *status* distintos entre meninos e meninas. Também nesse

contexto, a naturalização do futuro determinava posições sociais menores e inferiores para as figuras femininas e maiores e superiores para as masculinas, fazendo-me acreditar, mas sempre com certa rebeldia, que era assim mesmo. E foi a inconformação parcial com esse modelo cultural que, a cada nova experiência me revelava que era possível lutar contra as formas determinadas, como por exemplo, a de mulher casada como “rainha do lar”, cujo desempenho esperado se restringia ao mundo doméstico. Eu queria mais para as mulheres, porque queria mais para mim, sabia que podia pensar meu lugar social e aventar outras possibilidades para esta relação homem-mulher.

Em plena adolescência, com dezesseis anos deixei minha cidade tão querida para residir em Florianópolis. Aos dezessete ingressei no curso de Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, que historicamente era composto majoritariamente por mulheres. Deixar uma cidade pequena, um colégio católico onde nos ensinavam que devíamos ser obedientes a todos e ingressar numa universidade pública, se concretizou como uma ruptura significativa em minha trajetória de vida. Durante o curso conheci a fenomenologia, aproximei-me da compreensão de fenômeno e foi com ela que dialoguei mais profundamente durante minha formação acadêmica, o que me possibilitou questionar o pseudotecnicismo centrado na neutralidade e apregoadado pela ciência moderna. Sentia mais segurança em pensar as intervenções com os seres humanos a partir das experiências deste humano que vive e interage no e com o mundo. Com Severino (1983) e Mounier (1964) dialoguei sobre a pessoa humana, e eles me ensinaram que a existência dos sujeitos não é passível de definição rigorosa, que jamais um ser humano pode ser confundido com um objeto.

Há vinte e dois anos atrás, já terminando o curso de Serviço Social e mobilizada pelas tantas outras aprendizagens da formação, estava envolvida com a escrita de meu trabalho de conclusão de curso. Nesse exercício eu começava a falar da importância do amor nas relações, convencida de que *o ato do amor é a mais firme certeza do homem, o cogito existencial irrefutável, eu amo, portanto o ser é, e a vida vale a pena ser vivida* (SEVERINO, 1983: 83). Naquela época e em conformidade com o contexto, as minhas convicções sobre as relações humanas estavam em ebulição, por isso, sempre estava presente em minhas reflexões a crença na capacidade do ser humano de se fazer a cada instante, de poder ser em comunidade, com as mediações das experiências culturais de seu tempo.

Ao me tornar profissional comecei a trabalhar como Assistente Social e a me deparar com a prática cotidiana relacional com outras pessoas. A práxis do Assistente Social, na maioria das instituições em que atua, está voltada para a promoção do ser humano,

especialmente daqueles em suas situações de vulnerabilidade social. No entanto, muitas destas práticas se efetivam com precariedade e atreladas ao aparato estatal, com o Assistente Social envolvido na oferta e na disponibilização de acesso aos bens e serviços que assegurem a garantia de condições mínimas e sobrevivência para os sujeitos necessitados. Conforme o documento elaborado pelo Centro Latino Americano do Trabajo Social (1985:46) este faz referência ao espaço ocupacional destacando que *é necessário observar que o Serviço Social não opera como profissão liberal, mas principalmente no interior dos aparelhos do Estado, embora também subordinado no seio de estruturas empresariais, cooperativas e institucionais diversas.*

Outra característica importante deste documento é o predomínio feminino no Serviço Social. *Cultural e historicamente, o papel tradicional da mulher teve um impacto significativo sobre o exercício profissional – através das funções do velho assistencialismo* (CELATS, 1985:48). Ou seja, a profissão que escolhi para exercer durante minha vida trazia em sua história uma visão empobrecida do papel produtivo e criativo das mulheres, de seu potencial feminino, reduzindo suas ações ao apoio social aos carentes, muitas vezes caracterizado pela caridade, pela benevolência, e quase sempre, muito longe do que almejei como mulher, cidadã e profissional para estar neste mundo. Então, custava-me atuar como uma profissional crítica na sua relação com o trabalho, cerceada pelas rotinas prescritas, já amalgamadas nas instituições, onde, de um lado era eu a parte que tinha o que ensinar e o que ofertar, de outro, era a “clientela” a parte que tinha o que aprender e o que receber. Nesse universo de tantas dissociações, a minha busca cotidiana era constituída de rompimentos contínuos, em cada intervenção que se estabelecia.

Em 2003 fui trabalhar como profissional em um Programa Sentinela da Grande Florianópolis. Em princípio, uma das maiores dificuldades sentida era o desconhecimento teórico e metodológico para compreensão e intervenção no fenômeno das violências. Não podíamos deixar de atender as demandas em razão de nosso desconhecimento dos afazeres, afinal, as urgências se sobrepunham por muitas vezes a um olhar cuidadoso, respeitoso, perante o sofrimento que se apresentava aos nossos olhos. A prática institucional desempenhada tinha majoritariamente um caráter prescritivo, e a partir de nossas concepções estávamos autorizados a decidir sobre o que fazer e como fazer, sobre os melhores procedimentos para a criança e sua família.

Aos poucos e imersa no desempenho destas práticas, o desconforto com o modo de atuar ganhava visibilidade, me percebia inquieta e sentia que precisava contribuir para alterar

o rumo daquelas intervenções. Outras questões atravessavam as relações pautadas em violências, pois nem tudo se revelava com a clareza necessária para orientar nossa conduta, ou seja, nos encontros entre profissionais, crianças e suas famílias havia aspectos mais complexos do que dava conta a nossa principiante atuação. Humanidades, desumanidades, jogos de cumplicidade e resistências, uma sinuosidade que indicava a multidimensionalidade do ser humano, por consequência, a insuficiência de nosso trabalho, o apressamento de nossos encaminhamentos, a dicotomia de nossos olhares fortemente assentados na visão binária de causa e efeito. Nossos discursos e práticas estavam desencontrados por demais, espremidos entre o certo e o errado, o bem e o mal, o abusador e a vítima, as mães protetivas e aquelas não protetivas, ao mesmo tempo, gritando por diferentes olhares e práticas que se pautassem no cuidado diante da dor do outro, no respeito problematizado de suas referências culturais, na exigência de outras formas de entendimento que pudessem contribuir para ampliar o mosaico daquelas realidades.

Na tentativa de alargar a escuta dos enredos denunciados, eu sentia uma profunda necessidade de estudar para compreender os meandros dos acontecimentos, mas também buscava estabelecer o vínculo com as famílias, para criar outras possibilidades no contexto das vivências diárias do Programa Sentinela. Minha ênfase e minhas inquietudes estavam voltadas para a relação instituída entre as mães e suas filhas abusadas, já que a maioria dos casos que atendíamos, decorriam de denúncia que, em geral, recaiam sobre o companheiro da mãe, pai ou padrasto da menina violentada. Nas intervenções realizadas no dia-a-dia chamava a minha atenção o fato de algumas mães, nas conversas, tentarem minimizar o abuso cometido pelo homem da casa, mas simultaneamente demonstrarem emoções que pareciam ser de dor e de sofrimento.

Convivendo com as dores destas mulheres, com seus relatos emocionados, indignava-me com as falas de meus colegas ou de outros atores envolvidos no processo, pois estas denotavam superficialidade de compreensão, com explicações sustentadas no senso comum, com expressões que julgavam estas mulheres como coniventes nas violências praticadas contra suas filhas, com se elas fossem as responsáveis primárias por não evitar estas práticas vividas por suas filhas, ou como se estivesse somente nas mãos destas mães a possibilidade dos abusos não acontecerem mais. Eu me perguntava a cada atendimento, será? Tinha minha primeira questão de pesquisa.

1.5 – O cenário das políticas públicas

Ao me deparar com as violências, tão “a flor da pele e ao fundo da alma”, pude constatar a distância que ainda marca o conteúdo preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz como premissa que todos os atores sociais devem ter o compromisso de proteger, de modo integral, crianças e adolescentes, das práticas cotidianas de violências que sentenciam muitas delas a precoces traumas e sofrimentos. Com este Estatuto nasceu a necessidade da implantação efetiva de políticas públicas, capazes de assegurar a esses sujeitos o direito de conviver e crescer em um ambiente familiar e social, que não os colocassem em situações de risco e de vulnerabilidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado no Brasil em 1990, fundamentado no princípio da *Prioridade Absoluta*, o qual está consagrado no Art. 227, da Constituição Federal. No seu Art. 4º, a compreensão de prioridade absoluta assegura à criança e ao adolescente a primazia de receber proteção e socorro, precedência de atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas aos seus direitos. Essa garantia preconizada em lei se constituiu como uma grande conquista na área social:

O ECA expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. (SINASE, 2006:15)

Várias mudanças significativas foram propostas e incorporadas na aprovação do ECA, entre as quais, a mudança do conceito referenciado, de “menor”⁶ para o de “criança ou adolescente”. De suma importância, uma vez que a primeira referência vem imbricada no julgamento de diminuição do outro como sujeito, considerado como desprovido de direitos.

⁶ Paradigma da situação irregular, consubstanciado pelo Código de Menores – Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Em contrapartida, a segunda referência busca pensar esse outro como sujeito de direitos, como cidadão, e leva em conta a sua condição de pessoa em desenvolvimento.

As mudanças propostas contaram com a participação de várias organizações da sociedade civil, do Controle Social, através da criação dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Os Conselhos foram criados a partir de concepções que os definiam como órgãos permanentes e autônomos, encarregados de zelarem pelo cumprimento e pela fiscalização dos direitos e das políticas públicas. Mendez (1998), em seu livro *Infância e Cidadania na América Latina*, resgata a trajetória histórica que movimentou a transformação do paradigma da doutrina da situação irregular do menor, para o paradigma da proteção integral das crianças e dos adolescentes. O autor indica que a Convenção sobre os Direitos das Crianças e dos Adolescentes foi o acontecimento responsável pela enunciação de novas idéias em relação aos cuidados com eles. Ratificada por cento e noventa e dois países, esta Convenção foi aprovada em 20 de novembro de 1989, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Trata-se de um documento de Direitos Humanos, que foi ratificado por um número expressivo de países em todo o mundo. O Brasil ratificou a convenção em 1990 e seu Art. 19 destaca no seu primeiro inciso:

Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos e exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

A Convenção provocou uma reflexão crítica em relação às questões vivenciadas pela infância e adolescência, e pode-se afirmar que ela representou um marco importante nas mudanças da condição e da instrumentalização jurídica em relação às crianças e adolescentes. Construiu-se, a partir desta, uma alteração de paradigma, forjando as bases da Doutrina de Proteção Integral⁷. Esta doutrina nasce de forma propositiva, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e as políticas públicas como mecanismo institucional a cumprir uma função de articulação de esforços entre o Estado e a sociedade civil, com o objetivo de formular, criticamente, estratégias de cumprimento da legislação e buscar a transformação das ações

⁷ A Proteção Integral garante legalmente o atendimento a todas as necessidades – oportunidades, facilidades, liberdade e dignidade – às crianças e adolescentes, para a garantia de seu desenvolvimento saudável. A Proteção integral pressupõe a necessidade porque crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento.

em instrumentos eficazes de defesa e promoção dos direitos humanos, específicos para todas as crianças e adolescentes. Isto está assim determinado pela Convenção, no seu Artº 19, inciso segundo:

Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados a maus-tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção jurídica.

No Brasil, o efeito das mudanças de paradigma foi sentido com brevidade, o que contribuiu para aprovar a Lei Federal nº. 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Fruto de uma longa luta social pelas mudanças de concepções, que basicamente se inspiravam nos princípios da Doutrina da Situação Irregular⁸, gradativamente a infância deixava de ser vista como objeto para ser reconhecida como sujeito de direitos, independente da raça, cor e classe social, o que provocou também modificações significativas na gestão das políticas públicas brasileiras. Os artigos 227 e 228 da Constituição Federal foram regulamentados e aplicados os princípios constitucionais de descentralização, municipalização e controle social das políticas. Nasceram os Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, os Fundos e os Conselhos Tutelares Municipais, como forma de instrumentalização e fiscalização das implementações dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Criado a partir de lutas da sociedade civil organizada, cuja preocupação política tinha ênfase na violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o referido Estatuto propõem um atendimento sistematizado, com o objetivo de fazer cumprir as linhas de ação das políticas de atenção estabelecidas no seu Art.86, que diz: *a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.*

Num processo simultâneo de reconhecimento da importância de uma intervenção mais enfática contra o fenômeno das violências, em junho do ano 2000, o Governo Federal, juntamente com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os Organismos

⁸ Sobre a Doutrina da Situação Irregular, ver mais em Méndez, (1998).

Internacionais elaboraram o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Este teria como desígnio coordenar as ações referentes às intervenções, tanto nos segmentos estaduais e municipais. Outra conquista significativa nesta área foi possibilitada com o Plano Plurianual (PPA) 2000/2003, que introduziu ações específicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nas esferas do Ministério da Justiça, da Secretaria Estadual da Assistência Social e do Ministério de Esporte e Turismo.

É neste clima nacional de investimento em políticas preventivas e de questionamentos em relação às conseqüências das violências para o crescimento integral das crianças e dos adolescentes, que as intervenções deveriam ser realizadas. Então, em 2000, o Governo Federal cria o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que se tornou popularmente conhecido como Programa Sentinela, com a responsabilidade de sua execução ficando ao encargo do Ministério da Assistência e Previdência Social. A partir de 2001, as capitais e os municípios brasileiros começam a ser contemplados com o repasse de recursos financeiros para a implantação do referido Programa, com a proposta de atendimento e acompanhamento às crianças e adolescentes vitimizados pelo abuso sexual, através do trabalho de equipes multidisciplinares, responsáveis pelo desvelamento e enfrentamento das situações denunciadas.

Os princípios do Programa Sentinela foram apreendidos pelos gestores municipais e estes assumiram o compromisso (cumprido precariamente em muitos municípios do país) de desenvolver ações articuladas entre os setores governamentais e não-governamentais. Com isso, buscava-se manter uma postura ético-política, que assegurasse à população infanto-juvenil o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. Seus objetivos primavam pelo atendimento social, especializado para crianças e adolescentes inseridos em contextos de violências, bem como para suas famílias, com a criação de condições que garantissem os direitos fundamentais e o acesso às políticas públicas existentes no município, na área da saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer para os sujeitos atendidos pelo Programa.

Nesse sentido e acolhendo o que determina a lei, foi implantado o Programa Sentinela no ano de 2001, no município onde se desenvolveu a pesquisa que gerou o nascimento desta dissertação. Conforme o relatório apresentado por Barcelos (2006) a implantação do Programa foi subsidiada pelo Governo de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, que orientou os municípios catarinenses a solicitarem os recursos para viabilidade do Programa. Para tanto, o município que assumisse estar

habilitado a receber o suporte financeiro para a implantação deveria fundamentar-se nas deliberações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Conforme o referido Relatório, os municípios teriam que respeitar os seguintes critérios estabelecidos pelo Ministério da Assistência e Previdência Social:

- * Contar com um diagnóstico mínimo sobre os indicadores das violências praticadas contra crianças, adolescentes e suas famílias.

- * Apresentar um Plano de Ações Integradas para o Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil devidamente aprovado pelos Conselhos de Assistência Social e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- * Criar e implantar o Conselho Tutelar no município.

- * Sistematizar as demandas registradas nos Conselhos Tutelares, de preferência pelo Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente.

- * Apresentar a aprovação do Programa pelos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente,

- * Garantir no orçamento público, a destinação de recursos próprios para Programas de Trabalho, Atividades ou Rubricas específicas para o financiamento das ações decorrentes dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Alguns aspectos deste breve histórico do Programa Sentinela, onde a pesquisa se delineou, são necessários porque eles anunciam algumas práticas que se inscrevem no fazer cotidiano. De acordo com o relatório de Barcelos (2006), vários municípios foram contemplados com recursos e criaram os seus Programas Sentinelas, mas sem terem realizado seu diagnóstico sobre as violências vivenciadas por suas crianças e seus adolescentes, como também, com desconhecimento sobre as demandas sociais que o município possuía. Conjuntamente com isso, não exigiam dos profissionais contratados para trabalhar nestes Programas nenhuma experiência, não realizavam a capacitação destes para que atuassem informados e em condições de intervir nos cenários das violências.

Ficou, então, ao encargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família a responsabilidade destas capacitações e do acompanhamento e supervisão do trabalho realizado pelos municípios. Participei desta história como assistente social contratada, entre os anos de 2003 a 2005, e pude constatar que no município onde exerci minha atividade profissional e aonde realizei minha pesquisa de campo, estas questões dificultavam as ações no sentido de construir um trabalho mais cuidadoso com as pessoas ali atendidas. A minha permanente busca pela ampliação do conhecimento teórico era fomentada

pelo imperativo de uma compreensão complexa do fenômeno, que não simplificasse os diagnósticos nas relações de causa e efeito. Ou seja, que permitisse realizar intervenções mais conseqüentes, configuradas pelo reconhecimento do universo sócio-cultural das famílias atendidas e da problematização dos casos junto aos gestores públicos para aperfeiçoamento das políticas em curso.

O Programa Sentinela componente desta pesquisa teve sua primeira equipe instalada em setembro de 2001. Por intermédio de uma ONG local o município autorizou a contratação de uma Assistente Social, um Psicólogo e um Pedagogo para iniciarem os atendimentos à comunidade. Estes profissionais teriam que atender até cinquenta casos denunciados ao Conselho Tutelar e que envolvessem crianças e adolescentes situados em contextos de violência sexual. Esta primeira equipe permaneceu por seis meses, até que as próximas contratações se deram mediante processo seletivo, mas ainda de caráter temporário, o que imprimiu ao Programa uma rotatividade gritante e comprometeram a eficácia das atividades, especialmente a construção e manutenção dos vínculos estabelecidos com as famílias atendidas.

Atualmente, o referido Programa é contemplado com mais recursos federais, o que ampliou o atendimento para até oitenta casos denunciados e contam com duas Psicólogas, dois Educadores e três Assistentes Sociais, profissionais responsáveis por acolher as demandas encaminhadas pelo Conselho Tutelar do município onde o mesmo está situado.

No cotidiano destas ações, após as denúncias encaminhadas, a equipe encarrega-se de realizar o acolhimento da família da criança onde a denúncia da violência sexual foi efetivada, para assim dar início ao processo de aproximação e, como ele, tecer os fios possíveis dessa trama tão complexa. Esse processo de aproximação que a equipe promove junto com a família atendida objetiva o estabelecimento dos primeiros vínculos visual-perceptivos, o que permite intuir, com sensibilidade, para compreender os dados emocionais embrenhados nas relações familiares, até a arquitetura de um cenário mais preciso. As conversas, entrevistas, o preenchimento da documentação necessária para o reconhecimento formal do caso, com as referências da criança e de sua família no Programa vem na seqüência e tem por intenção alcançar a mais ampla aproximação do contexto familiar, comunitário e educacional dos sujeitos. Desse modo, a partir de indicadores mais visíveis buscam-se aqueles que estão escondidos “atrás dos detalhes” para, então, compreender o enredo constitutivo das relações de violências que são narradas pelos familiares.

A carência de uma formação mais apropriada para atuar com essa problemática, tornava-se presente no cotidiano dos profissionais e, muitas vezes, implicava em diagnósticos apressados e confusos que não contribuíam para compreender e/ou interromper o ciclo das violências contra as crianças ou adolescentes atendidos. Essa constatação despertava em mim muita angústia e fomentava diferentes sentimentos de impotência, e assim, neste contexto alguns profissionais aceitavam aprofundar seus estudos, enquanto outros se resignavam com a espera do fim de seu contrato. Ou como ressalta Arendt (1998: 12),

a convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.

Somente com a denúncia institucionalizada no Conselho Tutelar, o caso é encaminhado ao Programa, um procedimento que é preconizado pelo Estatuto como uma medida de proteção. Em muitos dos casos encaminhados, apenas a mãe está presente e torna-se, assim, um elo de possibilidade para criação e manutenção das redes protetivas, necessárias para romper o círculo das violências e assegurar à criança e/ou adolescente, o cuidado indispensável para construir outras experiências distintas, que signifiquem de modo novo a sua corporeidade.

O que é possível vislumbrar então, diante dessas considerações? Amaro (2003) em seu livro **Crianças vítimas de violência** ressalta que *o ofício do Assistente Social, habituado a olhar a complexa teia interfenomenal apresentada, confere direção ao trabalho descritivo e analítico que se apresenta*. Iamamoto (2001) ensina que o Serviço Social tem na demanda social a base de sua fundação, como especialização de trabalho. Pastorini (2004) diz que *as manifestações da questão social devem ser explicadas com base no confronto de interesses contraditórios que trazem como conseqüências as desigualdades nas sociedades capitalistas*. Muitas são as desigualdades sentidas e percebidas no trabalho desenvolvido a partir das

políticas públicas de atenção a esses sujeitos, como também, as várias formas e manifestações das desigualdades e exclusões sociais e a sua vivência em seu cotidiano.

Quando iniciei minhas intervenções profissionais neste Programa Sentinela, com muitas insuficiências de conhecimentos pertinentes que assegurassem condições apropriadas para o desempenho da função fui buscar os fundamentos conhecidos nas experiências profissionais semelhantes, como forma de embasar minha prática. Deparei-me com as formulações explicativas propostas por Furniss (1993), Azevedo e Guerra (1997). Com uma ansiedade gigantesca, que se alimentava cotidianamente nas relações de troca estabelecidas com as famílias atendidas, em sua maioria tendo a mãe como designada na proteção das crianças e adolescentes que estavam enredados nas violências sexuais, busquei a aproximação teórica com outros espaços que discutiam este fenômeno.

Ingressei no Curso de Especialização oferecido para vários municípios brasileiros pelo departamento de psicologia da Universidade de São Paulo (USP), sob a execução do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), quase hegemônico no aspecto conceitual sobre violências domésticas e atendimentos nas políticas públicas. Acreditava que essa formação continuada seria condição *sinequanon* para uma intervenção competente e qualificada, na área em que eu atuava. Desta forma, em companhia de vários profissionais aprofundi meus conhecimentos, para poder titular-me como especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e qualificar minhas intervenções no campo onde estas violências alcançam visibilidade. Esta especialização, na modalidade à distância, tinha a coordenação de duas irmãs, Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra, autoras do maior acervo teórico estudado no curso sobre a violência. Ali me deparei com questões teóricas, me vi enredada em conceitos e paradigmas que, em tese, deveriam embasar as intervenções profissionais, como a afirmação que:

*de modo geral, os programas/projetos de enfrentamento têm via de regra, deixado intactas as **verdadeiras** (grifo nosso) raízes do fenômeno, optando por trabalhar mais a superfície, nos sintomas e nas conseqüências a curto e médio prazo. Essas raízes são histórico-críticas, imbricadas na dialética do nosso próprio processo sócio-político de colonização/desenvolvimento. (Apostila LACRI, Módulo 1 A/B, 2006:53).*

A formação neste curso não me permitia encontrar sintonia com os cenários enfrentados nos atendimentos, dados os determinismos que insistiam em enquadrar a

realidade numa moldura reducionista. Concordo com Boff (2000), quando ele diz que *tudo ponto de vista é a vista de um ponto*, pois a afirmação de que as verdadeiras raízes do fenômeno da violência não dependem da presença de questões culturais, simbólicas, emocionais, aos meus olhos, significa negar a multidimensionalidade do ser humano e a complexidade que o fenômeno sugere. Almeida (2002: 37), em seus estudos destaca a importância de se considerar na análise das violências a insuficiência da disciplinaridade e alerta:

(...) a disciplinaridade fechada reduz e simplifica a complexidade inerente a qualquer temática. (...) o especialista que não se abre à troca com outras áreas de saber é um míope diante de algumas múltiplas dimensões nas quais transita sua problemática de estudo.

Não é objetivo desta dissertação discorrer sobre os conteúdos existentes nas apostilas do LACRI, porém, algumas anotações se fazem necessárias para explicar o sentimento experimentado em minhas vivências e a intuição que me perseguia, de que permanecer apenas com estes entendimentos poderia limitar a problematização da temática e restringir suas expressões argumentativas. A Apostila do LACRI (MÓDULO 2, 2 A/B – 6 A/A, 2006: F) traz a seguinte afirmação:

As vítimas da injustiça na infância, que não podem esquecer-la porque está inscrita em seus corpos, na idade adulta modificarão necessariamente a sociedade, porque elas sabem e testemunharão o que sofreram. Revelando sua própria história, elas nos sensibilizarão para a verdade de nossa própria infância, tornando-nos mais conscientes. As vítimas de ontem e de hoje serão os arautos do futuro.

Gritava dentro de mim a seguinte questão: que garantia temos disto? Perguntava-me a cada instante, de que forma o aprendizado fechado em certezas inabaláveis daria conta da dinâmica da realidade vivida nos atendimentos do Programa Sentinela? Minha busca se concentrava no imbricamento com as violências, teimando em conhecer novas maneiras de compreendê-las. Para isso, era necessário despir-me das certezas, do que já estava dito das determinações que apontavam para o ser humano como um dado acabado, previamente definido por suas experiências. Em Restrepo (1998: 14) encontrei uma citação que me fazia sentir acolhida na minha busca:

adestra-se a criança num saber de guerra que pretende uma neutralidade sem emoções, para que adquira sobre o objeto de conhecimento, um domínio absoluto, igual ao que pretendem obter os generais que se apossam das populações inimigas sob a divisa de terra arrasada.

Nesta linha teórica que orientava o curso de especialização, conceituar a família significava dar a ela atributos previamente definidos, o que provocava em mim a sensação de estar fechando possibilidades, de conhecer com outros olhares. As definições me orientavam a compreender as famílias, onde o abuso sexual está presente, como incestogênicas⁹, marcando que *a comunicação entre seus membros não é aberta*, [o que possibilita] *a instalação e manutenção de um cômodo (para o agressor) complô de silêncio, no qual a criança vítima se cala, enquanto os demais membros se negam a enxergar a realidade*. Possuída por esta compreensão, ia para o campo de trabalho e percebia que lá ela não se processava que a vida não era tão linear quanto os ensinamentos defendiam. Pulsava entre estar aberta e não aberta a outras explicações porque, em certos momentos, uma aparecia e a outra não. Às vezes, simultaneamente, as duas tinham seus espaços nas relações criadas no processo de atendimento às famílias em contexto de abuso sexual. Como afirmar que é verdadeira a negligência dos demais membros da família, para acusá-los de não enxergar a realidade das violências em seus cotidianos? Por que, nos atendimentos, as mães eram reconhecidas pelos profissionais como pessoas sem condições para lidar com o que viam e sentiam? Como elas se sentiam mediadas pelos conflitos e assujeitamentos que as violências às caracterizavam? O contexto era bem mais amplo que os textos, que insistiam em confirmar que:

é preciso ter claro que a violência sexual doméstica, contra crianças e adolescentes, é um problema familiar (2006:14). (...) Qualquer pessoa que agride seu filho, foi ela mesma severamente traumatizada em sua infância de alguma forma. Esta afirmativa se aplica, sem exceção, uma vez que é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto venha atormentar um ser mais fraco, de tal forma que lhe inflija um dano permanente (2006:17).

⁹ Conforme Apostila do LACRI (Módulo 2,2006: 10) consistem num subtipo do gênero famílias conflitivas onde – ao contrário das famílias alimentadoras – estrutura e dinâmica dificultarão o desenvolvimento de seus membros.

Durante a especialização, vagando e indignando-me entre tantas outras afirmações, aos poucos eu constatava que os autores e as autoras estudados traziam para o meu cotidiano institucional, para o território do meu olhar, apenas uma compreensão da violência, especialmente do abuso sexual. Essa compreensão estava fortemente pautada em relações binárias, fazendo imperar conceitos que fechavam possibilidades e definindo o que são as pessoas e suas instituições. Isso empobrecia preconceituosamente a cultura popular, o que se refletia na ineficácia dos encaminhamentos que pretendiam se aliar aprendizagens da formação. Restrepo (1998:10), ao participar das minhas inquietudes, me estimulava a abandonar as imposições, as normas preestabelecidas. Com ele aprendi que, *as éticas impositivas parecem ter chegado ao fim, por isto a educação em valores deve ser articulada ao campo de uma estética sugestiva, que nos permita abandonar a esfera tirânica dos decretos para inscrever-nos na trama de uma educação do gosto e da sensibilidade*. Este era o caminho que buscava trilhar e que me incentivou a ingressar no Mestrado em Educação e viver, neste momento, o desafio de parir esta dissertação, com os encantos e desencantos presentes no registro textual.



... M (mãe) diz que gostaria que tudo isto não fosse verdade, que ela só acreditou porque A. tem só dois anos e não mentiria, que se fosse as filhas mais velhas não sabe se iria acreditar. Fala que também foi abusada por muito tempo por um irmão e sua mãe sabia e nunca fez nada... Diz que tem medo de estar cometendo uma injustiça com o pai de A. e diz que no Conselho Tutelar aconselharam a fazer boletim de ocorrência para não prejudicá-la. Mas ainda não sabe se vai fazê-lo.

(Relato de uma mãe atendida no Programa)

CAPÍTULO II

2. Violências em contextos

Nada é impossível de Mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência do singelo e examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.
Bertoldo Brecht (1898 – 1956)¹⁰

O desafio de problematizar as violências em contextos se assenta na concordância com o que diz o autor da epígrafe: *nada é impossível de mudar*. O que chamamos mundo se expressa em movimento, o que concebemos como relações humanas acontecem de maneira dinâmica e imprevisível, o que denominamos contextos se configura pela impermanência. Mas, o que muda ganha relevos por meio de ações humanas, coletivas, orientadas por adereços culturais, políticos, históricos e por cenários multifacetários, os quais se mostram ou se dissimulam imbricados nas experiências que organizam e movimentam as realidades. É com essa compreensão que tenho a intenção de sair dos discursos que apenas protagonizam indignações inúteis, quando lamentam o sofrimento das crianças violentadas sem considerarem-se socialmente responsáveis por elas e pelos atos que afetam seu viver.

Este é meu desafio, construir explicações sobre violências constitutivas dos afazeres cotidianos e das relações estabelecidas entre os seres humanos, sujeitos que convivem consigo mesmo e com todos que compõem a sociedade. De modo especial, sobre as violências sexuais vivenciadas por mães e filhas, meninas, em seus espaços familiares. Ou seja, compreender o contexto e os contornos destas relações, designadas como violentas, que nasceram do encontro com a dor e o sofrimento que pude compartilhar com estas pessoas durante o trabalho desenvolvido em um Programa Sentinela da Grande Florianópolis.

¹⁰ Citação retirada dos Anais do Seminário da Região Sul.

Minha condição social não me permitiu conviver com elas sem sentir os reflexos das suas violências em mim, mulher e mãe de uma menina, educadora de tantas outras no ofício de assistente social. Com elas aprendi que também faço parte de todas estas violências, seja como participante do estilo de relações agressivas e intolerantes, seja como vítima que enfrenta e sofre as conseqüências destas. Constatei que não é possível permanecer indiferente ante a dor do outro, me comportando como uma pesquisadora fria e impassível para justificar o necessário distanciamento recomendado pela academia. Se a proximidade de corpo e sentimentos, por ventura trouxe prejuízos às minhas reflexões, esses serão os limites que vou assumir.

O fenômeno das violências, conforme salientado no capítulo anterior desta dissertação, perpassa gerações. Suas implicações ressaltam o momento histórico de cada sociedade e geram inúmeras iniciativas como maneiras de enfrentamento. Para alguns, a aposta na sua eliminação por meio de leis, normativas, programas e projetos sociais, paradoxalmente destinados a espaços públicos e privados, e que se mesclam como possibilidades de intervenções. Para outros, o entendimento de que as violências têm um caráter difuso, ambíguo, que serve também como instrumento de contenção e organização social. Nesta dialética das trajetórias humanas, a inquietude de perceber os entrelaçamentos que se revelam na invasão de olhares e compreensões dos espaços íntimos, privados, e que se constituem como alvos de inúmeras intervenções públicas e técnicas, concretizadas *por pequenas rotinas da vida diária, assinaladas pela dinâmica afetiva, mais precisamente pelo espaço que, entre telões, se manifesta o público.* (RESTREPO, 1998:10).

Minha aproximação com a história de vida das meninas e das mulheres acolhidas no Programa Sentinela onde realizei minha pesquisa, me possibilitou alcançar os meandros e os enredos das violências presentes em cada ato narrado. Com detalhes escondidos nas frestas, nos recôncavos das relações intrafamiliares, as violências por elas sofridas se travestiam de naturalizações e angústias. Cada cena indicava os modos como se produzem, se re-produzem, se mascaram por atos quase banalizados pelo estilo de relações presente na convivência. Em cada manifestação de controle e subordinação, delineava-se um movimento de sentidos dúbios, organizado pelas rotinas e pelas pequenas situações que necessitava re-conhecer.

Restrepo (1998:10) nos convida a pensar fenômenos como as violências a partir das rotinas diárias, para que possamos problematizá-las nos espaços de convivência, tais como as famílias que nos chegam aos olhos e outros sentidos. O autor fala do direito como um poder

que dá condições e regulamenta as relações humanas, então, salienta que os estereótipos gerados nesse movimento:

reduziram a visão da violência na intimidade a um certo atrevimento do macho, que se situa no lugar de penetrador e provedor, enquanto as mulheres e as crianças aparecem como vítimas indefesas da brutalidade masculina. Se se aceita a violência feminina, é só depois de ficar bem claro que se trata de um comportamento de reação, provocado pelas condições de vexame social e econômico em que a mulher se encontra. (RESTREPO, 1998:12)

O autor traz a proposta de um olhar mais complexo direcionado ao contorno em que as violências estão inseridas e afirma que todos nós podemos ser agentes destas violências. Contrapõe à violência a ternura¹¹ e diz que o ser humano ainda se vê e se sabe encharcado, cultural e simbolicamente, de comportamentos, aspirações e convicções que o impulsiona para a lógica destrutiva que permeia as relações bélicas predominantes na sociedade. Couto (2005: 21) destaca que as violências, em termos mais tradicionais, são fenômenos que podem ser consideradas como uma força prejudicial, física ou psicológica, destinada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas. Fala dos contornos que as violências possuem, tais como a intimidação e a agressividade e que todas as suas formas têm como espinha dorsal o medo desencadeado na pessoa submetida:

nesse processo, a pessoa submetida às formas mais diversas de violência torna-se susceptível a responder ao agressor conforme seu desejo, anulando-se, muitas vezes, em sua própria subjetividade. Não é raro o agredido ser coagido a mudar o seu ponto de vista e a sua própria maneira de pensar, chegando a manifestar uma atitude de empatia e de aceitação do domínio sobre si (COUTO, 2005:21).

Dadoun também me inspira na reflexão sobre este tema, quando fala que somos também “Homo Violens” (1998: 08), ou seja, que as violências nos constituem, que elas não são exteriores a nós, mas nos fundam e nos definem. Diz que, *talvez seja necessário, para dar consistência e coerência ao próprio eu, declarar o outro o detentor da violência – como se fosse uma simples medida de higiene identificadora: a identidade pessoal só é possível*

¹¹ Ternura é para Restrepo um paradigma de convivência que deve ser adquirido no terreno do amoroso, do produtivo e do político. (1998:13)

quando se evacua no outro o mal – o violento – que cada um traz em si (1998: 63). Entendo que este é um dos aspectos paradoxais das violências que nos é possibilitado sentir porque, uma vez que estas nos constituem e participam de nossa própria condição existencial, nosso movimento cotidiano cria modos de negar suas manifestações negando a nós mesmos.

Arendt (1994) mostra que as violências presentes em nós, que o instinto de dominação e as agressividades que constituem o ser humano, se fazem latentes desde as primeiras civilizações. Assim, a primeira lição a ser vivida é a obediência, à medida que estamos sujeitos a dois estados de inclinações: *um, o desejo de exercer poder sobre os outros; o outro, a falta de inclinação para sofrer o exercício do poder* (1994: 33). Esta autora reafirma a complexidade das violências quando alude que a obediência não pode ser uma ação inquestionável, não pode se impor de forma a aniquilar quaisquer diferenças porque, desta forma, possibilita um terreno fértil para o aparecimento de ações violentas.

Visto que nas relações internacionais, tanto quanto nos assuntos domésticos, a violência aparece como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais – o inimigo externo, o criminoso nativo -. De fato é como se a violência fosse um pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro, ou mostrará ser um tigre de papel (ARENDDT, 1994: 38).

Isso me leva a pensar as violências como um fenômeno multifacetado, que nos constituem de maneiras distintas, subjetiva e objetivamente permeado por invisibilidades e expressões concretas. Situado em outros referenciais Maffesoli (1981) chama a atenção para as violências ao considerá-las estruturantes do fato social porque se fazem e se movem no interior das relações sociais. Para Maffesoli (1987: 41), este fenômeno só pode ser compreendido a partir de seu contexto social, ou seja, *nenhum critério permite diminuir ou aumentar este ou aquele fenômeno humano, só podemos - e é isso que tentamos fazer – demonstrar seu grau de energia, sua função nesse ou naquele ponto; em uma palavra, sua eficácia na organicidade do social*. As violências participam da complexa estruturação das sociedades, criam ritos para um *estar-junto* da coletividade, protagonizam poderes comunitários, marcam sujeitos e lugares como particulares, negociam interesses e forjam laços de cumplicidade e disputas, e tudo isso em ambientes de cotidianos conflituosos e de experiências paradoxais. Por isso Maffesoli ressalta a ambivalência deste fenômeno, como

ele se acentua e se fixa na instabilidade, na irrupção, na surpresa de quem pretende negar sua existência (1987: 42).

Silva (1999: 38) fala sobre o complexo de violência. Lembra que *um complexo simbólico e social só se torna inteligível quando as explicações para entendê-lo e as propostas para resolvê-lo não são isoladas analiticamente, mas integradas compreensivamente ao próprio objeto constituído*. Para a compreensão do fenômeno das violências aponta ser imprescindível não desconsiderar tudo o que o compõe, inclusive suas contradições, suas ordens e desordens porque *é exatamente no interior contraditório de suas multiplicidades interpretativas que o complexo se esclarece em suas propriedades multifacetadas e permite identificar as múltiplas causas que o condicionam*.

Acolho o entendimento de Sousa (2002: 31), quando afirma que as violências têm dimensões alargadas e podem ser compreendidas *como todo e qualquer processo que produza desorganização emocional do sujeito, a partir de situações em que este é submetido ao domínio e controle de um outro; que as violências se caracterizam por relações de domínio em que alguém é tratado como objeto, e na radicalidade, como toda e qualquer circunstância que ameace a organização dos sistemas vivos*. Estas violências são sentidas na pele e na alma, atravessam a corporalidade viva e se instalam na existência, no fazer humano, assim quando vivenciadas pelas crianças, estas têm o agravante da ausência de seu consentimento e da questão vital de estarem em processo de desenvolvimento.

Sanderson (2005) chama a atenção para a questão cultural das violências e como ela se lança e se explana conforme as tradições que permeiam, por exemplo, os cuidados com as crianças. Informa a experiência das surras severas, que são legitimadas como meio de garantir da obediência e a aceitação daquilo que os adultos consideram necessário para uma boa formação do caráter, para uma educação exemplar. Em muitas sociedades não se considera os espancamentos abusivos. No ocidente, deixar os bebês sozinhos na própria cama ou no próprio quarto, durante a noite; manter horários rígidos para a amamentação ou deixá-los chorando até a exaustão são práticas consideradas abusivas (2005:03). Conforme Sanderson, *em sociedades cada vez mais multiculturais, certamente é importante estar sensível a todas as práticas culturais, mas, ao mesmo tempo, devem ser observadas as necessidades da criança dentro de uma estrutura que a proteja*. Indica a necessidade de se compreender a diferença entre cuidado dos filhos, culturalmente normativo, e o cuidado que possibilite e naturalize o abuso e a negligência (2005:03).

Não é minha intenção aprofundar as pertinências que contornam as características culturais das sociedades em relação às violências, porém é importante caracterizar algumas nuances da história dos arrolamentos sexuais entre adultos e crianças. Sanderson retoma amostras destas práticas culturais ressaltando que na Índia, como se sabe, adultos masturbavam as crianças para tranquilizá-las, com realce para fazer dormir bem as meninas e para os meninos como forma de se tornarem másculos. Ou seja, essas práticas não eram tomadas como abuso sexual (2005: 08).

Esta mesma autora diz que *historicamente, em algumas partes da Índia, o incesto era a regra e não a exceção (...); os baigas, uma tribo indo-européia da Índia, ainda praticavam o casamento incestuoso entre pai/filha, mãe/filho, irmãos, avós e netos*. Em alguns casos, as crianças com cinco ou seis anos serviam como possibilidade de cura para os mais velhos, onde eram usadas sexualmente em dormitórios destinados para este fim. Era aceitável a união e a venda de crianças para homens mais velhos, para a prostituição, como também para se tornarem donzelas de templos proporcionando serviços sexuais para adoradores (2005:08).

A China também entra no contexto situado por Sanderson, como possuidora de práticas culturais onde crianças se tornavam servas sexuais, escravas que podiam ser vendidas para a prostituição. O castramento era presente para que os meninos se tornassem eunucos, enquanto outros fetiches se materializavam na decisão de atar os pés das meninas para moldá-los como representação da *flor de lótus e, ao mesmo tempo*, para que tivessem *a aparência de um pênis substituto que seria utilizado como fetiche durante o ato sexual*. O Japão, por sua vez, tinha como regulamento de seus tribunais o casamento incestuoso, uma prática longamente tolerada. O casamento entre pai e filha comumente era praticado após o falecimento da mãe e o incesto também permeava as relações entre irmãos, primos, tios e tias (2005: 09).

O casamento de crianças era uma prática recorrente no Oriente Médio, aceitável também entre irmãos, como o concubinato infantil, escravidão sexual e prostituição nos templos, independente dos sexos. Porém, Sanderson (2005: 09) aponta para a questão de gênero, quando afirma que as mulheres costumavam ser mais abusadas sexualmente, denunciando o lugar ocupado por elas nas relações sociais estabelecidas nessas culturas. A mutilação genital feminina constituía-se uma prática entendida como ritual de iniciação, embutida em grandes significados religiosos e culturais. Mas, a prática de excisão genital feminina também teve espaço na constituição dos seres humanos na Europa e nos Estados Unidos, exercida em espaços ilegais. Na África também se constata esta prática e a epidemia

da AIDS torna-se um fator agravante, na medida em que o sexo, praticado com crianças e adolescentes, transformava-se em um meio de redução de risco de infecção (SANDERSON, 2005:11).

Nas relações estabelecidas historicamente com crianças e adolescentes no Brasil, Ramos (2007) ressalta como certas experiências eram contornadas pelas violências, como fatores que marcavam a organização da sociedade. Remete à situação enfrentada por crianças e adolescentes nas embarcações portuguesas do século XVI. Este autor enfatiza que nestas embarcações, que muitas vezes ficavam meses em alto mar, era rara a presença de mulheres, quando não proibida, o que facilitava as práticas e gerava um terreno fértil para abusos sexuais e exploração dos sujeitos a bordo. *Crianças, mesmo acompanhadas dos pais eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente, a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia* (RAMOS, 2007: 19).

Nesse contexto, as crianças eram preferidas para o trabalho dentro das naus¹², uma vez que comiam menos e ocupavam lugar reduzido para dormirem e para a convivência cotidiana (entre outros fatores). Os grumetes, como as crianças eram denominadas enquanto mão de obra e força produtiva eram *em torno de 18% do total dos tripulantes (...); a partir do século XVII e principalmente, de meados do século XVIII, o número de grumetes nos navios lusitanos chegou a ser o mesmo que o número de marinheiros e, algumas vezes, até superior devido á falta de profissionais adultos* (RAMOS, 2007: 23).

A vida destas crianças e adolescentes no interior destes navios era marcada por inúmeras violências, de caráter dramático, desde o pagamento reduzido em relação ao trabalho exercido, até as inúmeras formas de maus tratos que configuravam as relações entre adultos e crianças. *Os miúdos eram sistematicamente acometidos de inanição e escorbuto* (este era provocado pela falta da vitamina C, resultando o apodrecimento das gengivas); *os grumetes eram estuprados por marinheiros, e quer por medo ou por vergonha, dificilmente se queixavam para os oficiais, até porque, muitas vezes, eram os próprios oficiais os autores das violências (...); alguns grumetes podiam mesmo prostituir-se como forma de obter proteção do adulto* (RAMOS, 2007:27).

Nesta fase da história luso-brasileira há ainda outras perversidades que merecem destaque. Elas remetem à questão de gênero, onde meninas órfãs de pai eram retiradas (a força) de sua família e eram embarcadas sob a categoria “órfãs do Rei”. Ramos diz que, *dada*

¹² Eram assim denominadas as grandes embarcações, navios de guerras e mercantes (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa).

a falta de mulheres brancas nas possessões portuguesas, a Coroa procurou reunir meninas pobres de 14 a 30 anos, nos orfanatos de Lisboa e Porto, a fim de enviá-las à Índia (2007:32). A permanência destas meninas-mulheres nos navios, sem ter quem delas cuidasse, possibilitava formas distintas de violências, desde o estupro até as privações alimentares.

O cotidiano marcado por humilhações, fome, sede, fadiga, abusos sexuais era um dos grandes desafios enfrentados pelas crianças embarcadas. Ramos afirma que *a história do cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas quinhentistas foi, de fato, uma história de tragédias pessoais e coletivas. A história das crianças, de qualquer idade, nas naus do século XVI só pode ser classificada, portanto, como uma história marítima trágica, ou se preferirem como uma história trágico-marítima* (2007: 49).

2.1 Lugares, experiências, outras violências.

A história da humanidade é atravessada por violências que marcam lugares e experiências enfrentadas por diferentes sujeitos e de modo emblemático por crianças e adolescentes. A relação entre lugares e experiências enseja a importância de um pensamento complexo que engloba o mundo pensado e que encontra na reflexão uma forma mais adequada para construir explicações. O sentido destas violências e o valor para o desenvolvimento de crianças e adolescentes decorrem da proximidade atribuída entre os lugares e as experiências, com seus dados genuínos. Ou seja, para falar das violências torna-se indispensável situar seus lugares e discernir seus fundamentos, com a intenção de formular um conhecimento pertinente, mesmo que provisório e insuficiente. Nenhum método precede de experiências e lugares, porque aí está o sujeito. Por essa razão, a compreensão aqui apresentada assume a transfiguração do meu próprio olhar sobre o campo pesquisado.

No convívio com crianças, suas mães e suas violências no Programa Sentinela em que trabalhava, pude observar a predominância do abuso sexual. Com a aproximação dos relatos e de aspectos das suas histórias de vida, durante a pesquisa realizada para esta dissertação, entrei em contato com a grandiosidade dos lugares sociais que constituíram suas experiências e com a intensidade de suas dores. Este movimento implicado reafirmou minha percepção de que, para compreender alguns aspectos destas vivências, não poderia construir uma análise simplista e responsabilizadora de indivíduos. Motta (2003:15) recupera uma reflexão de Nelson Mandela, que atualiza as concepções vigentes porque está encharcada de heranças históricas:

menos visível, mas ainda mais disseminado é o legado do sofrimento individual diário (...) É a dor das crianças que sofrem abusos provenientes das pessoas que deveriam protegê-las (...) Esse sofrimento (...) é um legado que se reproduz quando gerações aprendem a violência com as gerações passadas, quando as vítimas aprendem com seus agressores e quando permite que se mantenham as condições sociais que nutrem a violência.

Esta e outras reflexões são evidências de um processo contínuo de desumanização que afeta crianças e adolescentes, que ressalta o estilo de sua educação e os jeitos como são tratadas na convivência social. Estes sujeitos, em fase de desenvolvimento, há séculos são submetidos a experiências de horrores, sofrimentos, mutilações de todas as formas, com o agravante do pertencimento social em classes empobrecidas. Nesses lugares, a situação de vulnerabilidade se amplia e abre novas possibilidades para outras práticas atrozes e de contornos refinados que se afirma como referência para eles. É considerável *a flagrante discriminação que ainda hoje vitima os filhos das famílias pobres; em quase nada se difere do presente as ausências de proteção do passado, na medida em que ambos partilham a mesma indiferença e desprezo por crianças e adolescentes, como já identificado no período medieval.* (MOTTA, 2003:16). Para Motta, a negligência e o abandono, entre outras formas de violências, ainda estão presentes nas rotinas de crianças e adolescentes, e muitas aparecem como tolerância sutil, subliminar, mas imbricadas nas práticas institucionais, nas formas de sentir a dor do outro, de vivenciar as relações estabelecidas.

No convívio que possibilitou os encontros e as entrevistas com as mães das meninas abusadas sexualmente e também, por meio do trabalho como assistente social no Sentinela, muitas inquietudes emergiram. Entre elas: as posturas nos atendimentos; as narrativas trazidas pelos diferentes sujeitos; os procedimentos efetivados, que traziam no seu bojo uma concepção naturalizadora das relações de violências. Sentia que este breve conjunto estava rotineiramente penetrado e naturalizado nas pessoas, em suas formas de viver e sentir a vida, que qualquer proposta que apontasse para um olhar crítico, desestruturante da situação vivida, era recebido com descrédito e rejeição, transparecendo, no meu entendimento, uma aceitação das violências e de suas implicações como algo inevitável e pertencente aquela experiência vivida.

Em Arendt (1994) encontrei um entendimento sobre este aspecto relativo às relações violentas, quando ela ressalta que:

ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial (...). Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos (1994: 16).

Os espaços profissionais por onde transitei e as questões levantadas por esta pesquisa me possibilitaram experienciar e dialogar com o fenômeno das violências ao sentir sua presença nas relações constituídas, como expressões manifestas em diversos lugares. Infiltradas em traços subjetivos e intersubjetivos, tentam definir este fenômeno de maneira fixa e, por vezes, irreversível. Eis porque se torna uma tarefa arriscada aprisionar explicações sobre violências em cenários de causa e efeito, em circunstâncias binárias, dada a complexidade que as compõem e que faz com que seus sentidos não possam ser esgotados em análises e discursos.

Ambigualmente, alguns autores desafiam a pesquisadora a pensar que o fenômeno em foco, tão devastador, com características aniquiladoras e desestruturantes guarda, também, aspectos positivos, tanto na sua constituição, quanto na sua função em termos de relações sociais. É o caso de Motta (2003: 13), quando enfatiza que a *proliferação de organismos internacionais voltados à garantia de direitos humanos e cidadania em prol de minorias, por mais surpreendente que seja, atesta a existência e a legitimidade dos aspectos positivos que também coexistem no fenômeno da violência.*

Gonçalves reitera que as violências, com suas características positivas, podem se expressar como mecanismos de resistência dos oprimidos e excluídos da sociedade. Podem, ainda, estar a serviço do êxito econômico, da realização pessoal, e neste aspecto, quando pelo uso da força, o indivíduo se manifesta em culturas que exigem do homem o cumprimento da função de provedor (2003:45). Esse dado instiga refletir que o fenômeno das violências se caracteriza também como um elemento de instauração, positivada, que possibilita ir ao encontro de processos de controle e homogeneização (2003: 48).

É no âmbito de um olhar mais complexo e abrangente deste fenômeno que se pode, então, respeitar as características polissêmicas, contraditórias, ambivalentes, paradoxais, que saltam aos sentidos quando ocorre a aproximação com os contextos das violências. Também, quando há como proposição dividir com as mães pesquisadas uma compreensão mais ampla do ato de proteção às suas filhas, abusadas sexualmente, levando-se em conta as condições postas e suas histórias de vida, as construções sociais em que foram sujeitadas e o que lhes é possível neste momento.

Categorias de análise como violência, coerção, poder aparecem quando estudiosos tentam entender o rumo crescente das formas de violências exercidas entre os seres humanos na sociedade contemporânea. Gonçalves (2003: 46) faz referências aos argumentos de Clastres: *o poder, inerente á vida social, pode ser exercido de forma coercitiva ou não*; a violência está intimamente ligada ao entendimento de coerção e esta só se torna importante quando é necessária à disciplinarização do social e ao aniquilamento das diferenças. O poder exercido coercivamente espera comando e obediência.

Arendt (1994) diferencia o fenômeno da violência do poder. Para ela, o poder é inerente a qualquer comunidade política, que se caracteriza como a capacidade humana de agir em conjunto e por isto necessita do consenso para qualquer ação.

Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência, pois quando os comandos não são mais generalizadamente acatados, por falta de consenso e da opinião favorável, implícita ou explícita, de muitos, os meios violentos não tem utilidades. (...) A violência destrói o poder, não o cria. (...) A extrema violência é o um contra todos (ARENDRT 1994: 09).

Considerar que no exercício das relações violentas estão presentes implementos¹³ é o que Arendt (1994) nos convida a refletir. Diz que a violência não depende de números ou de opiniões para se fazer valer, mas sim de implementos - ferramentas que amplificam e multiplicam o vigor humano¹⁴ -, e quando mais distantes, se apresentam como oponentes. Arendt afirma que mais desumanidade e destruição tornam-se possíveis nas relações

¹³ Designa o que é indispensável para executar alguma coisa (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa).

¹⁴ Vigor entendido por esta autora como algo no singular, uma entidade individual, sendo a propriedade inerente a um objeto ou pessoas e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas (Arendt, 1994:37).

estabelecidas, em que o domínio pela pura violência advém de onde o poder está perdido (1994: 42).

Chauí (1985: 35) fala de uma violência perfeita que pode ser entendida como uma ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como objeto, interiorizando a vontade e a ação alheia, e desta forma, possibilita a substituição da própria vontade pela vontade do outro, através de uma ação coercitiva proveniente de quem é dominante. Esta autora vê a violência como expressão de uma normalidade social que converte as diferenças em relações hierárquicas, com fins de dominação, exploração e opressão. Ao falar de violência, estabelece distinções entre os conceitos de violência e de força e, entre estes e o conceito de poder. Assim, segundo a referida autora:

entendemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais, quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas há violências (CHAUÍ, 1985: 23).

Quando as violências são percebidas a partir deste viés, evocam refletir sobre um aspecto muito importante que se revela nas relações estabelecidas, por exemplo, com as mães que vivem em situações violentas e que são atendidas no Programa Sentinela. A partir de minha prática profissional e das visibilidades trazidas pelas entrevistas realizadas para esta dissertação, pude observar a precária autonomia das mães para decidir sobre suas vidas e a vida de suas filhas, principalmente no quesito proteção do abuso sexual cometido pelos seus companheiros.

Couto (2005: 24) diz que a *autonomia não pode ser entendida apenas como a possibilidade de fazer escolhas ou de fazer o que se quer, pois se pode escolher fazer o que o outro deseja que se faça. (...) A violência perfeita é aquela que resulta na alienação, na*

identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação de quem a domina. Partindo desta compreensão, as violências manifestas deixam de ser um fardo aceito passivamente para evidenciar formas emblemáticas de resistências, mesmo quando travestidas de convivência. Isso convida a pesquisadora a se despir das induções da ciência moderna, dos ranços da formação acadêmica, para se movimentar em outra direção: compreender que as violências são multifacetadas e multidimensionais. Gonçalves diz que a cultura global¹⁵ abriu campo para as tensões, que a abertura proporcionada pela globalização alargou as fronteiras entre países onde a nacionalidade já não é mais garantida pelas fronteiras geográficas. As violências vão sendo percebidas como um problema mundial, que perpassa todas as raças, etnias, nacionalidades, aspectos econômicos e vai de encontro ao seio de sua gênese, a sociedade em seu movimento da globalização.

A violência caminha passo a passo com a tensão da globalização, tensão que eclode em graves conflitos, mas também vive no cotidiano, subsiste em pequena escala, mais próxima de nosso dia a dia, confrontando diuturnamente as referências e a identidade do sujeito. A violência está profundamente imbricada nas questões culturais e identitárias levantadas pelo fenômeno da globalização, e se manifesta em espaços menos visíveis, mas nem por isso menos significativos para o homem contemporâneo. (GONÇALVES, 2003:39).

Meu interesse de pesquisa se concretizou pela vida cotidiana das mulheres pesquisadas, colhendo dados comuns carregados de sabedorias, de resistências e confrontando espaços de conforto, assentados nas violências vividas e sentidas nos lugares do íntimo em que se encontram. Com elas, a localização dos traços enredados das violências, especialmente na área sexual, onde os sofrimentos e as amenidades encontram guarida. Conviver com a dialética das histórias humanas, encharcadas de sofrimentos, mas também de alegrias e conquistas por parte de todos os envolvidos, foi uma grande aprendizagem e que me fez ir de encontro à complexidade deste tema.

¹⁵ Entendida pela autora como construção do encurtamento das distâncias, na contratação do tempo da informação e na facilidade para sua divulgação. (Gonçalves, 2003: 38).

2.2 Nuances e (i)legalidades das violências intrafamiliares

Já se sabe que vários são os contextos das violências em que o ser humano pode estar inserido, mas pela necessidade de um recorte metodológico para esta dissertação minha ênfase será a violência intrafamiliar e suas nuances. A Constituição Brasileira de 1988, no art. 226, parágrafo 4 diz que: *entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes*. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 25 também entende *a família natural à comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes*. Apesar dos aspectos de legalidade, os arranjos familiares se alteraram marcadamente nas últimas décadas, obrigando a criação de novos argumentos para tecer explicações sobre os mesmos e as violências que transversalizam suas relações. Ou seja, compreensões e conceitos naturalizantes das recentes estruturas familiares ainda se esforçam para enquadrá-las no formato ideal, no estilo nuclear, monogâmico, sem abrir espaços para outras formas de organizações familiares, que levem em conta o contexto histórico, social e cultural.

Esta dissertação toma como referência o conceito de família preconizado pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária¹⁶ que diz:

a família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade¹⁷. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas (...) estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status das pessoas dentro do sistema de relações familiares (2006:27).

¹⁶ Este Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescente e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitário preconizado pelo ECA. Representa um importante instrumento para a mobilização nacional e suas diretrizes deverão se transformar em ações concretas e articuladas de responsabilidade do estado e dos diversos atores sociais. (2006: 17)

¹⁷ A definição pelas relações consangüíneas de parentes varia entre as sociedades podendo ou não incluir tias, tios, primos de variados graus, etc. Isto faz com que a relação de consangüinidade, em vez de natural, tenha sempre de ser interpretada em um referencial simbólico e cultural. Em relação à aliança supõem-se ser vínculos contraídos a partir de contratos (como a união conjugal) e a afinidade remete a vínculos adquiridos com os parentes do cônjuge a partir das relações de aliança.

Considerar quem é família e quem não é se constitui sempre um desafio para quem trabalha com pessoas na rede social¹⁸. Na sociedade contemporânea, cada vez mais se faz necessário ampliar os sentidos atribuídos aos nexos familiares, pois outros vínculos se configuram para além do parentesco, tanto na modalidade hetero, quanto homossexual. *São relações de apadrinhamentos, amizade e vizinhança e outras correlatas. Constam dentre elas, relações de cuidado estabelecidas por acordos espontâneos e que não raramente se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco.* (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, 2006: 27). Esta compreensão parece ser fundamental nos atendimentos dispensados às famílias de crianças abusadas sexualmente, uma vez que as violências que ocorrem dentro dos enredos familiares e as tentativas de proteção carecem de olhares qualitativos para as intervenções.

O foco está na relevância social da proteção, uma responsabilidade legal de todos os adultos, com parentesco consangüíneo ou não. Esta proteção é uma prerrogativa que deve ser garantida a criança e ao adolescente em todos os espaços institucionais em que ela esteja durante sua fase de crescimento. Penso que a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os membros de uma família contribui significativamente para que uma criança e/ou adolescente possa desenvolver com equilíbrio a sua formação e suas experiências sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente remete aos adultos, sem exceção, a responsabilidade de cuidar e proteger esses sujeitos em sua fase peculiar de desenvolvimento. Esta conduta adquire uma importância basilar para reafirmar que esta temporalidade da vida humana é especial, caracterizada por processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que contribuem significativamente na socialização e no modo como vão atuar no mundo em que habitam.

A oportunidade de conviver com crianças e com suas mães acolhidas no Programa Sentinela possibilitou-me, ao longo dos anos, ouvir suas narrativas e compartilhar dos sentidos que representam o lar e suas inter-relações, “o lar doce lar” nem sempre feito de procedimentos amorosos e principalmente de proteção. Dividi com elas a minha solidariedade diante dos sofrimentos vividos, dos problemas enfrentados e o meu reconhecimento de que os sonhos precisam se manter vivos para superarem as ilusões presentes de uma família acolhedora e construtora de paz. Possibilitar espaços reflexivos que buscassem desnaturalizar as relações estabelecidas, em que as violências intrafamiliares

¹⁸ Rede social é um sistema composto de pessoas, funções e situações dentro de um contexto, que oferece apoio instrumental e emocional: ajuda financeira, divisão de responsabilidades, apoio emocional e diversas ações que levam ao sentimento de pertencer ao grupo (Dessen, 2000).

pudessem ser questionadas. Pires (1998: 63) fala que a violência contra criança no ambiente familiar pode ser considerada como:

todo ato, ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescente que - sendo capaz de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que a criança e adolescente têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A violência intrafamiliar pode ser entendida como *toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue* (BRASIL, 2004:16). Conforme o Ministério da Justiça e da Saúde, as pessoas que estão mais enredadas nos contextos de violências intrafamiliares são as crianças, jovens, pessoas idosas, homossexuais e portadores de deficiência física ou mental e que as violências mais freqüentes são as que ocorrem na relação conjugal e na relação parental (entre pai e filha). Entende-se que esta situação diz muito, afinal, há séculos a humanidade está se constituindo em relações desiguais de poder entre homens e mulheres (BRASIL, 2004:16).

Veronese (2006: 102) chama a atenção para a violência intrafamiliar, pelo fato de ocorrer com pessoas que convivem entre si, numa intimidade maior, *aquelas em que a criança naturalmente confia, aquelas de quem ela depende totalmente, aquelas que deveriam amá-la e protege-la*. Salaria ainda que, as relações violentas entre os seres humanos é o que de mais democrático pode existir, pelo fato de ocorrer indistintamente em toda e qualquer classe social, difundindo-se em todas as direções da vida humana, sejam sociais, políticas ou econômicas (2006:104). A autora (2006:104) diz que a violência familiar apresenta-se pelo menos, sob quatro formas principais e específicas, a saber: violências físicas, sexuais, psicológicas e negligências.

Para Gonçalves (2003: 144) as violências se qualificaram como o mal do século na segunda metade do século XX. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, as violências se revelam na atualidade como um fenômeno endêmico onde, por exemplo, no Rio

de Janeiro, em 1990 as mortes mais violentas passaram a ocupar o primeiro lugar entre as causas de óbitos infanto-juvenis. O que chama a atenção à referida autora é que a preocupação com as violências centra-se principalmente em dois pressupostos:

primeiro, a suposição de que a criança vítima de violência tem grande possibilidade de transformar-se em um adulto violento, que também abusará de seus filhos; segundo, a idéia de que a violência em casa contribui para o crescimento dos índices de criminalidade, pois a violência com a qual a criança se habitua em casa pode ser posta a serviço do cometimento de crimes e delitos (GONÇALVES, 2003:144).

Esta discussão remete aos mitos que fundamentam muitas discussões, entre as quais, de que as violências, como um tema central, mostram que há uma transmissão intergeracional destas. Gonçalves (2003: 145) informa que nos anos 70, Steinmetz iniciou esta reflexão e afirmava que uma infância vivida com violências se constituía em um forte preditor para abusar de seus próprios filhos no futuro, o que, também autores como Burgess, Gelles e Straus, que têm se valido da teoria da aprendizagem social como suporte do modelo explicativo sobre os efeitos da vitimização na infância; *para esses autores, o fato da criança ter sofrido ou testemunhado atos abusivos leva-a a acreditar que medidas severas e coercitivas são parte legítima das práticas educativas, e na idade adulta lançarão mão desses recursos por acreditarem em sua eficácia (GONÇALVES, 2003:145).* Gonçalves alerta que certas pesquisas tentam de um lado afirmar as evidências da transmissão intergeracional das violências, e de outro, desmistificá-las, mas que os resultados quase nada conseguiram concluir, demonstrando que não é possível pretender uniformidade, universalidade em relação a este fenômeno.

A escuta das vozes das mães que produzem violências e que foram geradas em relacionamentos violentos, me fez observar suas histórias. Nelas, compreender a dimensão que estas violências adquiriam, uma vez que parecia ir além delas mesmas, dos encontros e convivências com seus pares, para contornarem aspectos externos à dinâmica familiar, perpassando todas as questões societárias, o que as faz nada simples, linear ou definidas por determinações imediatas. Libório (2004: 32) fala das dificuldades que passam as famílias em suas funções de cuidado, especialmente quando são afetadas pelo *aumento do desemprego estrutural, pela migração e desenraizamento dada à necessidade de busca de sobrevivência e*

novas alternativas de trabalho, aumento da situação da pobreza e, como correlato de tudo isto, a exclusão social material e simbólica (ausência de poder e representatividade).

Durante a minha pesquisa de campo percebi o quanto esse conjunto de fatores, nem sempre de forma explícita, afetava as relações estabelecidas nos núcleos familiares pesquisados, uma vez que eles pertencem a uma parcela da sociedade constituída de inúmeras dificuldades. Entendi, com isso, que o contexto social apontado acima não é determinante para que as violências intrafamiliares possam ocorrer, mas que assumem uma condição de fertilidade para o desencadeamento destas, a partir das limitações impostas para que efetivem ações protetivas, necessárias às crianças e adolescentes. Ou seja, contribuem para fragilizar o espaço que deveria ser pontuado pelo cuidado de si e do outro.

2.3 Violências sexuais: algumas dobras do (in)explicável

Onde está situado o que é visível e que se pode explicar? Onde está o não visível e que se tenta explicar? O que as dobras escondem quando desvelam? E o que desvelam quando escondem? Há campos (in)explicáveis que fecundam as violências? Essas questões não se querem jogo de palavras, mas apontar que certa impotência atravessa a pesquisa, as instituições e os sujeitos formuladores e gestores de políticas públicas de atenção, também porque não conseguem explicar todos os aspectos que confluem para a realização das ações violentas que afetam crianças e adolescentes e suas famílias. Aquilo que observamos durante a pesquisa de campo, no outro e em seus lugares, por exemplo, nem sempre pode ser explicado com a clareza necessária para se fazer texto. E mais, na pesquisa de campo ocorre uma copiosa transformação do pesquisador, à medida que ela o impulsiona a perceber seus limites narrativos para lhe ensinar a construir argumentos que, no mínimo, soem ao leitor com um tom diferente.

Meu exercício de compreensão teórica teve início por meio de tentativas para encontrar possíveis definições do que sejam violências sexuais, praticadas com crianças e adolescentes. Transitei entre vários estudiosos e diferentes paradigmas conceituais para constatar, de maneira insistente que estas violências, por sua dimensão complexa, não se encaixam em um quadro definitório ou em explicações que pretendam tudo revelar. Como um fenômeno complexo, rasga nossas pretensões e nos encharca de desconfortos e preocupações, não obstante, apontam possibilidades explicativas que permitem desenhar alguns conceitos. Motta (2003:11) alerta para esta questão quando conta que *não há como*

ignorá-la nem fugir dela, a violência se faz presente a qualquer hora e em toda a parte, seja nos espaços públicos ou privados, podendo-se mesmo arriscar dizer que já se encontra infiltrada nas mais recônditas frestas da subjetividade do homem.

Quando me aproximei da literatura que problematiza este tema, o que encontrei foram expressões diferenciadas, tais como: violência sexual, abuso sexual intra e extra-familiar, prostituição infanto-juvenil, prostituição infantil e juvenil, exploração sexual, exploração sexual comercial, turismo sexual, pornografia, “meninas” prostituídas, adolescentes prostituídas e tráfico, entre outros. Nesse emaranhado de termos procurei entender as afinidades e dissonâncias, o que me foi possível com a leitura de Santos (2004: 238) quando enuncia que *este quadro pode explicitar uma situação, mesmo que de imprecisão conceitual, de complexidade do tema e a insipiência das pesquisas e estudos sobre o assunto*. Estas imprecisões se manifestam também nos afazeres profissionais, experienciados por dúvidas que aparecem nas relações constituídas pelo confronto das histórias de vidas e as subjetividades nelas existentes. Como intervir a partir do que se apresenta? Eis uma questão, de respostas insuficientes. O que se faz é buscar argumentos que possam contribuir, significativamente, para as os impasses que se fazem rotineiros.

Leal (1997:12) fala que o conceito de violência sexual, *requer análise de categorias objetivamente histórica, normativa e ética. Assim, a violência sexual se define como violação de direitos provocados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente*. Essa explicação não esgota os desdobramentos da ação de violência, à medida que cada prática afeta múltiplas dimensões na corporeidade do sujeito envolvido nesta relação, no caso a criança e o adolescente. Há exterioridades dessa relação que são inexplicáveis e incompreensíveis, porque se infiltram no emblema do dado subterrâneo, que jamais se deixa capturar inteiramente.

As leituras, nesse sentido, transitam por campos explicativos similares, como que buscando certa unanimidade para caracterizar as violências sexuais contra crianças e adolescentes enquanto uma prática patológica e aniquiladora das temporalidades da infância e da adolescência. Eis aí uma das razões que justificam a urgente necessidade de enfrentá-la, teórica e metodologicamente. Desde a década de oitenta se observa o empenho da comunidade científica, em cada vez mais investir na compreensão deste fenômeno. Sousa e Moraes (1997: 04) destacam que *a violência sexual contra criança e adolescente é tão somente uma face – talvez a mais perversa – das violências, que de uma forma geral, se alastram pelas sociedades contemporâneas*.

Minha pesquisa buscou se debruçar, nomeadamente, sobre o estudo das violências sexuais, embora reconheça que *não há entre elas, necessariamente, uma linha demarcatória nítida e estanque, ou seja, uma pode estar contida na outra; um tipo de violência pode ser um nível para o seguinte, podendo, inclusive, ser o fator que engendra o outro* (VERONESE, 2006:104). Para essa autora, a violência sexual é considerada como *todo ato ou jogo sexual entre criança/ adolescente e um familiar, seja ele responsável legal ou não. Pode ou não haver contato físico e uso de força física* (Veronese, 2006: 110).

Veronese (2006) ressalta, desse modo, que o abuso sexual precisa ganhar o entendimento de um ato que se circunscreve entre uma multiplicidade de condutas, a primeira vista “insignificantes”. Estas transitam desde um simples manuseio de partes do corpo, até as práticas sexuais mais abrangentes, impostas à criança ou ao adolescente sem o seu consentimento, incluindo, ou não, a penetração coital. Como exemplo, a autora lembra os atos humilhantes que envolvem a penetração de objetos, em ritos de sadomasoquismo (2006: 111). Ao se referir ao abuso sexual, Veronese (2006: 111) compreende que este implica *o envolvimento de uma criança imatura em seu desenvolvimento, em atividades sexuais que ela não compreende verdadeiramente, para as quais não está apta a dar o seu consentimento informado, ou que violam os tabus sociais e familiares*.

Conforme o Guia Escolar para a Rede de Proteção à Infância, o Abuso Sexual Intrafamiliar, que também pode ser entendido como incestuoso é caracterizado como uma relação de caráter sexual, que envolve um adulto e uma criança e/ou adolescente, ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar ou relação de responsabilidade (2004:37). Na leitura da dissertação de mestrado de Bragagnolo encontrei uma explicação que aponta porque não é possível conceituar a violência sexual partindo apenas da noção simplificada e particularizada de crime, ou do ato que provocou o dano à criança, ou até mesmo a cumplicidade que torna o fenômeno velado. Essa simplificação dificulta sua compreensão, à medida que reduz o conjunto das implicações envolvidas nestas violências, ao parâmetro de causa e efeito. São práticas multifacetadas e que, conforme Sousa (2006:193) *é também nas relações que se estabelecem durante os atos de violências sexuais que as crianças constituem seu autoconceito, pois por essa dinâmica relacional entre as crianças e os adultos se incorporam as dimensões relacionais e educativas. Essa questão revela a importância de um olhar que contemple as várias dimensões que podem envolver o fenômeno das violências, tais como os aspectos éticos, afetivos, culturais e históricos*.

Saffioti (2004: 18) chama a atenção para uma pesquisa realizada em quase todas as capitais de estados, no Distrito Federal e em mais de 20 cidades do estado de São Paulo, pois não se confirmou o entendimento dos pesquisadores sobre as crianças e os adolescentes que vivem em contextos de violências. Para eles, estes eram *indivíduos com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo, como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem*. Na mencionada pesquisa e baseada na vastíssima literatura especializada internacional, Saffioti (2004: 19) entende que o abuso sexual, especialmente o incestuoso, crava feridas na alma, ferida que sangra, inicialmente, sem cessar e que durante a trajetória de vida da pessoa violentada, volta a sangrar sempre que algum fato trazer à memória a experiência vivida.

Eis porque afirmo o quão complexas são as violências, com suas características multifacetadas, o que sempre desafia a buscar conhecimentos que transversalizem os acontecimentos, mesmo sendo provisórios e insuficientes. Nesta busca, crianças, violências e relações familiares, permeiam o entendimento de que *as violências às quais as crianças são submetidas na forma de ações humanas, não se dirigem contra seus corpos apenas, mas contra seu existir social; sofrem um processo de assujeitamento e coisificação efetuados por outros que estabelecem suas relações sociais anulando o próximo* (LIMA e MAY, 2006: 234).

Aquém e além dos espaços privados, as violências sofridas no ambiente doméstico por crianças e adolescente encontram na exploração sexual, talvez, a sua manifestação mais dolorosa, por ser destinada a pessoas em crescimento. As diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente avançaram conceitualmente quando afirmaram que estes não se prostituem, mas são explorados comercialmente. Essa compreensão contribuiu para reduzir os efeitos dos mitos machistas, patriarcais, adultocêntricos, entre os quais, o da opção voluntária para tal ação pelos envolvidos. Libório (2004: 23) informa que foram definidas pelo Instituto Interamericano Del Niño, quatro modalidades de referência para esta exploração sexual comercial: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais. Esta autora salienta que os termos ganharam definições diferentes, ratificadas no “II Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças¹⁹”, que se realizou em Yokohoma, no Japão, em 2001. E entendem que:

¹⁹ Este Congresso foi de suma importância para esta área, cujo objetivo foi rever, com os países signatários das propostas do I Congresso de Estocolmo, a elaboração e o desenvolvimento de ações em seus países para o

prostituição infantil é o uso de uma criança²⁰ em atividades sexuais, em troca de remuneração ou outras formas de consideração; tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam no engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similar á escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com uso de extrema crueldade; pornografia infantil é qualquer representação, através de quaisquer meios, de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou qualquer exibição impudica de seus genitais, com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material; turismo sexual é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para manter atos sexuais com crianças (LIBÓRIO, 2004: 24).

É importante ressaltar que estas diferenciações nas definições ocorrem, muitas vezes, apenas de forma didática, porque o ciclo que é produzido nestas práticas de violação de direitos permite situações imbricadas de violências, ou seja, se materializa em atitudes inter-relacionadas, dependentes e mutuamente gerativas umas as outras. A vulnerabilidade oportunizada pelas violências experimentadas, a falta de espaços que assegurem um crescimento capaz de respeitar a temporalidade de crianças e adolescentes, não são determinantes para o ingresso na rede de prostituição, mas são facilitadores para que esta se estabeleça. Para Sousa (2002: 174), o (in)explicável pode estar no desconhecido e este

é um dado subterrâneo que quase sempre assusta. No movimento do desconhecido a incerteza é o dado permanente, abraçada aos desafios, à sinuosidade de um caminho ainda por trilhar, à cautela sobre como este vai ecoar em nossos afazeres. A ambigüidade é outra companheira do desconhecido. É onde a luz e a sombra, o visível e o oculto, o desconforto frente ao não

enfrentamento da exploração sexual, onde oportunizou-se a consolidação de parcerias em todo o mundo objetivando o reforço do compromisso global para a proteção de crianças do abuso e exploração sexual (Libório, 2004: 26).

²⁰ A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no seu Art. 1º, considera criança qualquer pessoa com idade abaixo de 18 anos, a menos que as leis aplicáveis a ela lhe confirmem maioridade antes dessa idade.

sei e o desejo de quem sabe, a dúvida e as chispas de clarezas se mesclam. Ainda que o desconhecido habite cada um dos minutos de nossas vidas em seu processo mesmo, ele tem a face das nossas imaginações antecipadas que o encontra num terreno movediço onde ainda vai ganhar as feições resultantes de sua autocriação e da participação do universo com o qual interage.

Muitas são as campanhas publicitárias que objetivam trazer a público as conseqüências da exploração sexual de crianças e adolescentes, as formas de violências a que estão expostas, principalmente os prejuízos psicológicos²¹ destas vivências. Por isso, a importância de considerarmos a necessária articulação com as demais dimensões que forjam as necessidades humanas, como as macroestruturas e as sociais que, de algum modo constituem e abrangem a convivência com este fenômeno. Com a minha experiência profissional no Programa Sentinela pude observar que os trabalhos desenvolvidos ali para o enfrentamento das violências, assentava sua ênfase nas intervenções técnicas de atendimento às crianças/adolescentes e suas famílias. E também, encontravam no estilo clínico, a preocupação majoritária para afirmar os agravos psicológicos decorrentes das violências. Intervenções mais abrangentes, para além das implicações psicológicas que permitam visualizar outros aspectos que contornam e constituem as violências acabava não encontrando espaços dentro destas políticas, subjetivando-se cada caso e cada história que o acompanha.

Libório (2004: 28) trabalha com o conceito de *violência social, aquela violência dirigida especificamente a determinados grupos sociais considerados como detentores de menor poder político, econômico e social no seio da sociedade, representada pelas dimensões de gênero, raça/etnia e geração*. Se pensarmos no caso das populações acolhidas em Programas de atendimentos às violências, e que estes são administrados por gestores municipais, a reflexão da autora faz sentido. Estas violências se caracterizam pelo endereçamento as diferenças em nossa sociedade, para as mulheres, as populações afro-descendentes, crianças e adolescentes, homossexuais, por exemplo.

As violências destinadas a este público indicam o peso da marca social, reforçam compreensões excludentes de pertencimentos, ao mesmo tempo em que escancaram o aspecto das vulnerabilidades as que estão expostos. Vulnerabilidade e situação de risco,

²¹ Conforme Libório formação de identidade (pessoal e social), o processo de estigmatização, formação de auto-imagem e auto-estima e processo de vulnerabilização, como também abalos no sentimento de confiança em outros indivíduos (2004: 33).

muitas vezes, são conceitos utilizados nas falas dos atores sociais que atuam nas políticas públicas, de maneira a se confundirem. Com relação ao primeiro conceito, Libório (2004: 35) ressalta que ele resulta da violação dos mais elementares direitos dos seres humanos; quanto ao segundo, ele remete a diversos tipos de eventos negativos de vida e que, quando presentes, principalmente de forma associada, aumentam a probabilidade dos sujeitos apresentarem problemas físicos, sociais e emocionais. *A vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco vulnerabilidade não tem efeito (...), ou seja, a exposição às diversas situações de risco promove o processo de vulnerabilização de crianças e adolescentes, que interfere em seu desenvolvimento físico, psicológico e social* (2004:36).

Reconhecer riscos e vulnerabilidades a que estão expostos crianças, adolescentes e familiares inseridos nos Programas implica admitir os limites e os desafios que a própria política pública tem que se colocar. E ainda, aceitar que o cuidado supostamente praticado nos atendimentos ecoa no respeito à garantia de direitos. Nas rotinas vivenciadas como Assistente Social no Programa Sentinela, guardava uma preocupação que me acompanhava durante todo o tempo que permaneci naquele espaço e que, hoje, ainda ecoa nas atividades que realizo no Centro Educacional São Lucas, que abriga jovens em situações de atos infracionais: a forma como as mães são “tratadas” pelos atores do Sistema de Garantia de Direitos, em relação as violências que seus filhos são submetidos.

Neumann (2004: 161) fala que:

é lamentável a maneira como os profissionais que trabalham na área da violência contra crianças e adolescentes se comportam frente ao assunto. (...) Nós, como “seres racionais”, agimos na lógica do sistema social, no esteio das relações mediadas pelo fetiche e pela racionalidade reificada. Lutamos para a nossa autoconservação e acreditamos que somos dotados de uma verdade inquestionável. Nosso modo de ver as coisas e o mundo perpassa valores e a moral que adotamos como certo, é assim que desenvolvemos a ciência.

Neumann (2004) prossegue sua escrita permeada de indignações e chama a atenção para o perigo da arrogância acadêmica, do descuido que pode existir nos profissionais que recusam olhar para suas fragilidades, afinal, como humanos, somos dotados de amor e de loucura, de humanidades e desumanidades, e assim podemos projetar no outro aquilo que não percebemos em nós, rondando nossas vidas. No processo de atendimento constatei que há diferentes atravessamentos que deixam suas marcas mesmo quando parecem se deslocar em

outras direções. Eles desencadeiam resistências multifaciais e produzem hibridismos que gradativamente vão se traduzindo pelos desejos manifestos e escondidos, pelas vozes murmuradas ou mesmo silenciadas, pelas (des)continuidades que formatam os afazeres cotidianos no Programa e também fora dele. Em todos eles, morte e vida habitam o mesmo lugar por aquilo que criam ou que impedem de crescer.

2.4 Questões de gênero e outras questões

No contexto desta dissertação, a aproximação com a temática de gênero também se fez necessária. Principalmente pelo entendimento de que a forma de organização social que inclui o modo como são pensadas as políticas públicas, é constituída pela sustentação de ideários históricos, pautados na construção de processos que promovem a subjugação das mulheres. Em várias intervenções técnicas em que mães e filhas relatavam suas histórias de vida, fazendo menção ao abuso sexual que sofreram, profissionais da rede de atendimento apresentavam, rotineiramente, o julgamento de que aquela mãe, de alguma maneira, era cúmplice da violência vivida pela filha. Esse discurso encontra eco na literatura, como é o caso de Leal (1997: 226), que afirma em seu estudo sobre violências intrafamiliares que a vítima do abuso *também é condenada ao silêncio pela mulher do pai incestuoso, uma mulher que na maioria das vezes é cúmplice*. A palavra cúmplice²² remete ao entendimento da pessoa que tomou parte ou colaborou num delito ou crime. Afirmativas como estas, endereçadas às mulheres enredadas desde a sua infância em relacionamentos constituídos pelas violências, me animou a estudar e buscar compreender como estas violências as afetam em suas histórias de vida, subscritas em seus afazeres e nas relações com suas filhas, muitas delas também violentadas. Isso implicou trilhar por caminhos que evidenciem as desigualdades culturais que conformam o modelo de sociedade em que vivemos e que sempre foi motivo de inquietudes e indignações que me constituem e me mobilizam.

Retomo aqui, sem a pretensão de esgotar este tema, entender as possibilidades de autonomia das mães frente às situações de violências sofridas por suas filhas e também por elas mesmas, pelos familiares com quem convivem, muitas vezes, por muitos anos. Entendo que, para ser cúmplice de um acontecimento ou de alguém, dependemos de condições de decisão sobre nossas ações. *O que somos e o que fazemos pode ter a capacidade aumentada*

²² Conforme Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

e diminuída segundo nossa capacidade de submetermos ou não à força e à violência que contra nós encontram-se dirigidas. A liberdade proviria não da vontade para acatar ou não a determinação do outro, mas da capacidade de reflexão das experiências vividas (COUTO, 2005:24). Pode-se perguntar, então, o que está subjacente a estas afirmativas, quase sempre presentes nos espaços acadêmicos, de pesquisas e de atendimentos, como a de Reichel, em relação às crianças submetidas ao abuso sexual. Ela informa dados levantados no Hospital da Criança Santo Antônio: 41% dos casos atendidos mostram que as violências ocorreram na casa dos pais e padrastos, *sendo que as mães estavam presentes na hora da agressão* (UNICEF 2000:09).

Rosário alerta que a violência sexual tem raízes bem profundas nas relações de dominação que envolvem as mulheres, afirmando-se em todos os aspectos da vida política. Enfatiza que por séculos, no ambiente doméstico (*de acordo com UNICEF, 2000: 14*), essas situações se repetem e se transformam em práticas corriqueiras. Estas pessoas, na condição de mães, são milhares em todos os cantos do planeta, constituídas visceralmente por uma *sociedade que não permite igualdade para as mulheres, estando ao contrário, estruturada de forma a oprimi-las e a enaltecer os homens*. (GOODRINCH, 1990: 19). Esta mesma autora estabelece algumas correlações entre o movimento feminista e a família, ao salientar a fragilidade que existe na suposta segurança do lar, uma vez que é neste ambiente que as violências e os abusos sexuais se manifestam, muitas vezes, protagonizado pelo homem que foi escolhido para ser um companheiro. Quando realizava minhas atividades profissionais pude constatar que muitas mulheres persistiam na busca da “família perfeita”, constituída de um pai, uma mãe e os filhos, convivendo em harmonia, por acreditarem que este modelo nuclear asseguraria a felicidade de seus membros. Mas, diante desta realidade pode-se reconhecer que historicamente o ambiente familiar não se configura como um espaço de pura proteção para todos que lá convivem e a admissão disto, a meu ver passa também pelo entendimento de que a mulher, nesta rede de relações, é produto, processo e, do mesmo modo, autora das violências que a contorna.

Como uma mulher desta sociedade, nascida em pleno segundo movimento feminista da década de 60 e 70 do século XX, compartilho com outras mulheres a necessidade de denunciar a subordinação social e a invisibilidade política a que estamos submetidas, a despeito da historicidade de nossos levantes. É necessário denunciar quaisquer formas de violências sejam elas visíveis ou invisíveis, porque continuam a marcar certa naturalização desse estilo. Nesta sociedade patologicamente vinculada aos velhos e atuais padrões de

normalidade, há uma escondida teimosia em homogeneizar as culturas, os corpos, os afetos, as necessidades mais viscerais.

O movimento feminista teve um papel social importante no reconhecimento e na compreensão das diferenças, das desigualdades e das crueldades que assinalam a vida das mulheres, do mesmo modo, nas inúmeras conquistas alcançadas. Assumiu o desafio de *demonstrar que não são as características anatômicas e fisiológicas, em sentido estrito, ou tampouco desvantagens socioeconômicas tomadas de forma isolada, que definem diferenças apresentadas como justificativa para desigualdades de gênero* (MEYER apud LOURO, 2003:14). Desta forma, ressaltou que outras questões permeiam a problemática de gênero e elas começam a fazer parte das discussões em torno do tema, como é o caso das violências.

Meyer (2003) corrobora com esta revisão histórica do movimento feminista, quando enfatiza que as diferentes definições acerca do que seria gênero apontam para um horizonte que possibilitou avançar, no campo das reflexões, para uma discussão que rompe com a linearidade de gênero x sexo e anatomia. Com isso, outros indicadores pertinentes às desigualdades e as diferenças entre mulheres e homens puderam ser pensados como uma construção social e cultural, e não mais como um marco biologicamente determinado (apud LOURO, 2003:15). Esta autora, ao refletir sobre gênero, a partir de algumas implicações de seu uso como ferramenta teórica e política, destaca:

- 1) *Gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo;*
- 2) *O conceito também acentua que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade;*
- 3) *Gênero explicita a idéia de que as análises e as intervenções empreendidas devem considerar, ou tomar como referências, as relações - de poder – entre mulheres e homens e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como sujeitos de gênero:*
- 4) *Gênero propõe um afastamento de análises que repousam sobre uma idéia reduzida de papéis/funções de mulher e de homem, para aproximar-se de uma abordagem muito mais ampla que considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, ao mesmo tempo em que estão centralmente implicados com sua produção, manutenção ou resignificação (apud LOURO, 2003, 16-18).*

Louro (1997), ao trazer a compreensão de Robert Connell sobre gênero, ressalta que, *no gênero, a prática social se dirige aos corpos. O conceito pretende referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornada parte do processo histórico.* (1997: 22). A questão de gênero aparece como constituinte da identidade dos sujeitos, da mulher, do homem, da criança, do adolescente envolvidos na teia do fenômeno da violência sexual, e abrange relações que emergem como parte deles. Retira-se do cenário a afirmativa de que são relações construídas, instáveis, passíveis de transformação.

É nesse sentido que a questão de gênero se situa, e como diz Saffioti (2004: 45), esta pode ser concebida em várias instâncias, enquanto categoria histórica: *uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher. O gênero é a construção social do masculino e do feminino.* Cantera (2007:40) tem uma visão distinta sobre gênero, quando propõem pensar esta categoria sob a ótica de que ela consiste em uma mera *construção simbólica que, a partir de um detalhe corporal, eleito entre a complexa organização biológica do indivíduo, abrange toda nossa subjetividade, enquanto categoria totalizadora, definindo-nos em relação a uma polaridade masculino-feminina (relação corpo e cultura).* Quando faz referências às violências e ao gênero, Couto (2005:25) ressalta que estes não são aspectos relacionados apenas a figura masculina, aos homens, mas remete a uma constituição societária onde as bases são formadas por relações desiguais, numa perspectiva centrada na estrutura patriarcal, sendo violências e poder sempre masculinos, mesmo que sejam exercidos por um homem ou por uma mulher. A autora acena que não importa o sexo de quem agride, mas se faz necessário o entendimento que as violências são sempre masculinas quando exercida nos limites domésticos, porque correspondem ao estereótipo do macho/dominador.

Maturana (2004: 17) fala que as diferenças entre o masculino e o feminino estão somente nas formas culturais específicas da vida, isto é, que as distinções entre o homem e a mulher são biológicas, mas a forma como vivemos é um fenômeno cultural. Desse modo, *tais diferenças, próprias da nossa cultura patriarcal, referem-se ao modo como vivemos culturalmente nossa diversidade biológica, a partir de um fundamento de igualdade em nosso ser biológico cultural.* Cantera (2007: 23), ao contextualizar o patriarcado, o toma como *um modo de organização sócio-cultural no qual o domínio dos homens estrutura a totalidade das relações sociais que se estendem desde a família e a tribo, até a comunidade, a sociedade e o estado, e no qual a perspectiva de gênero domina o modo de perceber, de*

construir e de administrar a realidade social e determina uma precisa divisão de papéis masculinos e femininos. A autora entende que nas relações estabelecidas pelo patriarcado, a assimetria e a desigualdade se fazem presentes, onde o chefe – o patriarca – goza de um monopólio legítimo do poder e das violências.

Maturana (2004:37), ao fazer referências ao patriarcado, chama atenção para nossa maneira de agir e de viver. Diz que *a cultura patriarcal se caracteriza pelas coordenações de ações e emoções que fazem nossa vida cotidiana um modo de coexistência que valoriza a guerra, a competição, a luta, as hierarquias, a autoridade, o poder, a procriação, o crescimento, a apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação dos outros por meio da apropriação da verdade.* Esta maneira de viver e de conviver dos seres humanos, em geral rejeita os desacordos como possibilidades legítimas da convivência. Então, o agir se afirma na busca contínua de convencimento um do outro, das certezas como absolutas e verdadeiras e da diferença que surge como um desafio, na medida em que ela é um ponto de partida para a procura da mudança sobre o que pensamos, ou para eliminá-la, caso isto não ocorra. Nesta cultura, Maturana (2004:38) entende que *vivemos na hierarquia, o que exige obediência. Afirmamos que uma coexistência ordenada requer autoridade e subordinação, superioridade e inferioridade, poder e debilidade ou submissão.*

A relação que foi se configurando sócio-culturalmente entre homens e mulheres, desde o início do patriarcado na sociedade européia ocidental, conforme Cantera (2007: 24) possibilitou que os homens desempenhassem papéis superiores e ocupassem os lugares sociais mais elevados. Isso oportunizou à dinâmica masculina, o direito de dominar e criou um modo de percepção e de construção da realidade social. A autora salienta que nesta forma de organização social, existem violências concebíveis, permissíveis e exigíveis, que se referem a três aspectos principais: *a) formas e graus de violência socialmente tolerada e legitimada; b) sujeitos aos quais se atribui o direito e o dever de a exercer; c) objetos que a merecem receber.* A forma de organização social, por essa razão, legitima e naturaliza as violências presentes nas relações entre homens e mulheres, uma herança do patriarcado com nuances de atualização, sob bases argumentativas de manutenção da ordem, da autoridade e inclusive sob pretextos educativos (CANTERA, 2007:25).

Saffioti (2004: 55) ressalta os aspectos mais importantes do patriarcado em relação ao seu poder, o qual não é exclusivo nas relações familiares, mas nos espaços privados e coletivos. Seus reflexos atravessam a esfera pública e nestes dois espaços estão intrinsecamente ligados, à medida que fazem parte da complexidade da sociedade, onde o

contrato original tem caráter masculino, e cujo objeto é as mulheres. *A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição.*

No que diz respeito ao contexto brasileiro, Gonçalves fala do modelo patriarcal sob o qual fomos constituídos. Salienta que *a família patriarcal brasileira, quando tomada como construção ideológica, serve de referência para a prática no que tange a padrões de relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de hostilidade* (2003:178). Lembra que essa família se constituiu na aristocracia colonial mais poderosa da América, reforçando o espaço privado da família e nada se sobrepunha ao poder de um pai sobre o seu rebanho. Se fosse para exercer a autoridade, as violências teriam funcionalidade.

De fato, dados de história mais recente mostram que a base patriarcal da cultura incorporada pelos sistemas legais, contribuindo para reforçar a idéia de que a autoridade pode sustentar-se legitimamente na desigualdade e na tutela do mais fraco pelo mais forte (GONÇALVES, 2003:182).

Entendo que ainda estamos vivendo sob a lógica social da permissão de algumas violências entre homens e mulheres. *Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebras de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos* (SAFFIOTI, 2004:75). Corroborando com este modo de pensar, Cantera (2007:41) salienta que se tratando de relações de violências entre casais, em que a mulher sofre maus-tratos, está enfrentando invisibilidades nos espaços sócio-culturais contemporâneos. Aponta esta invisibilidade pelo contexto patriarcal que não a considera importante, pois *essa coluna vertebral da violência constitui uma complexa e imensa teia que se estende por todos os planos e dimensões de vida em sociedade, desde o nível macro até o das microrelações familiares e de casal.*

A Anistia Internacional de 2004 demonstrou preocupação com as violências que compõem as relações dos casais, quase sempre realizadas na intimidade dos espaços privados e exercidas principalmente sobre as mulheres. Neste documento se denuncia a discriminação universal sofrida pelas mulheres e a violação de seus direitos humanos. Conforme Cantera (2007: 9 e 41), este mesmo documento afirma que o fator gênero *costuma interagir com outros fatores, como a etnia, a classe social, a nacionalidade, a orientação sexual ou a*

idade, o que determina que certos coletivos de mulheres sejam mais vulneráveis às violências, e que tenham menos protegidos seus direitos humanos.

As violências que ocorrem nos espaços intrafamiliares, que sujeita mulheres de diferentes idades e classes sociais, ainda ocorrem habitualmente e de forma impune para quem as comete. O mesmo Relatório da Anistia Internacional de 2004, conforme Cantera aponta que as mulheres, independente de nacionalidade, têm maior probabilidade de serem machucadas, estupradas ou assassinadas por seus companheiros, sejam eles o atual ou o anterior, ou por outra pessoa. Esta calamidade desmistifica o lar como *domicílio privado, considerado misticamente 'santuário' de tranquilidade e referente de segurança, pois ele é, para milhões de mulheres, um lugar de sofrimento, no qual recebem maus-tratos, tortura e inclusive são mortas* (CANTERA, 2007:42).

As violências provocam metamorfoses que afetam toda a corporalidade do sujeito, porque é sentida desde a sua pele, sem respeitar qualquer dimensão da sua existência. Quando praticadas contra mulheres e meninas, estas violências supõem um percurso entre a sua biologia e a cultura, entre o sensível e o imaginário, entre a impotência e a humilhação, mas com configurações próprias. As violências sexuais, por exemplo, violam a integridade feminina e invadem o que de mais sagrado reveste essa condição: o consentimento. No limite do corpo a pele ratifica a agressão a essa integridade, e as violências se instalam como sítios de desfiguração e metamorfoses, à medida que subtraem a inteireza de quem é violentada e a devolve à condição de coisa, de objeto que se pode manipular ao bel prazer do agressor. Como envoltório, a pele menciona uma dinâmica entre as violências que se iniciam na superfície e avançam ao mais íntimo de cada mulher-menina, mesmo sem aceitar que os atos tenham a sua participação.

Restrepo (1998: 52) lembra que, *quando a mão, arrogante, insiste em possuir o outro, deixa de ser seda para tornar-se garra, fracassando o encontro e abrindo-se passagem à incorporação. A singularidade é devorada. A possibilidade de diálogo desaparece. A ternura é substituída pela violência.* O outro é tomado como artefato de gozo e submetido a situações desiguais de violação de sua humanidade, assumindo ainda e em muitos casos, as responsabilidades pelos danos a ele impetrados. Embora as violências marquem o mais íntimo dos seres humanos, estão presentes nas relações familiares onde crianças e adolescentes têm sua infância maltratada e abusada. Nesse encontro de convivências multifacetadas, a brutalidade demarca espaços entre homens e mulheres, adultos e crianças/adolescentes, o que me leva a acreditar que, *isto não reduz o ser humano à mais*

completa impotência, ao contrário, o situa no espaço das possibilidades, capaz de lutar contra um destino terrível, como aquele que sobrepujava as antigas tragédias gregas. *Lembremo-nos de que, do mesmo modo que existem aqueles que se comprazem em práticas violentas, há os que lutam a vida inteira no esforço de evitar estas violências* (MORAIS, 1995: 24). É neste horizonte que me encontro, buscando com esta dissertação, com as experiências acadêmicas e com a convivência com as mães desta pesquisa, possibilidades de rompimento com um olhar já estabelecido.



CANTO DE CICATRIZ - CANÇÃO PARA A MENINA MALTRATADA
CELSO GUTFREIND

Não, não será com métrica.

Nem com rima,

Uma coisa sem nome violentou uma menina.

*Ação barata sem a prata do pensamento,
o ouro do sentimento, o dia da empatia.*

Noite.

Uma coisa sem nome violentou uma menina.

Uma coisa. Não era o lobo

nem o ogro, nem a bruxa,

era a fúria do real

sem o carinho do símbolo.

Uma coisa sem nome violentou uma menina.

Stop, a poesia parou.

Ou foi a humanidade?

Uma coisa sem nome violentou uma menina.

Stop, a poesia parou. Ou foi a humanidade?

Stop, nada.

*A menina sente e segue, com métrica, rima,
graça e vida. Onde está tua vitória, ignomínia?*

Onde está tua vitória, ignomínia?

Uma prosa continua

poética como era,

saltitante o bastante

para não perder a poesia.

*A coisa (homem?) é punida como um lobo no
conto de verdade. E imprime-se um nome*

na ignomínia.

Onde está tua vitória, ignomínia?

A menina liberta expressa.

Ri e chora, volta a ser

qualquer (única) menina.

Pronta para a métrica,

pronta para a rima,

pronta para a vida

(canto de cicatriz),

pronta para o amor a dois,

à espera, suave, escolhida.

CAPÍTULO III

3. Histórias de vida escritas com vidas feitas de histórias

*Tirem-me a esperança de mudar o futuro e
enlouquecer-me-ão*
Zargwill

A realização da pesquisa para fins desta dissertação orientou também a sistematização deste terceiro capítulo e exigiu da pesquisadora um constante exercício de alteridade. Ou seja, perceber o que o observado alterava em mim e o que a observadora provocava nos sujeitos envolvidos, uma experiência mesclada por reconhecimentos e negações. Com isso pude constatar que exercer a profissão de Assistente Social é, entre outros aspectos, colocar-se “diante da dor do outro”, vivenciando muitas vezes o enfrentamento de práticas que denominei desumanas. Nestas situações, onde morte, abusos, violências, fome, exclusão são presenças ativas, torna-se necessário manter viva a esperança, para não adoecer contaminada pelas águas que molham as realidades pesquisadas.

Uma das grandes dificuldades constatada no contexto profissional em que atuei foi presenciar o silenciamento do outro quando tinha o que ser dito. Assumi, entre inúmeras lutas, abrir todos os espaços possíveis para as falas, para a emergência dos conteúdos que permeavam a existência das pessoas que buscavam, nos atendimentos das unidades da Rede de Atenção, a permissão para expressar o que sentiam. Precisavam ser ouvidas pelos/as profissionais.

A compreensão do **lugar** que ocupam as mães na proteção de suas filhas abusadas sexualmente começou a se delinear quando iniciei minha trajetória como Assistente Social junto ao Programa Sentinela. Arrisco a dizer que não escolhi o tema de pesquisa, mas fui escolhida por ele. Esta escolha e seus meandros foram se desenhando através das primeiras escutas, nos entrelaçamentos iniciais entre eu e as mulheres atendidas, que permitiram ir ao encontro do que acontecia com aquelas mães e com o que elas sentiam quando eram recebidas nas delegacias, nos conselhos tutelares, no judiciário, na rede de saúde, nas escolas, no próprio Programa em que eu trabalhava, após a denúncia do abuso sexual. Não conseguia “ser apenas profissional”, como me orientavam. Não, eu me indignava diante de tanto

sofrimento, especialmente ao ouvir os relatos de meus pares, os quais eram carregados de julgamentos e preconceitos, de discriminações, de um não-lugar nos espaços que supostamente deveriam ser de proteção e de cuidado.

Estar perto das mães e compreender a dinâmica por elas instituída para efetivar a proteção de suas filhas em relação aos abusos, sempre me pareceu uma das funções do Assistente Social, o que favoreceu o conhecimento do dia-a-dia de muitas mulheres e, por conseguinte, fortaleceu o tema de meu trabalho. Mas, foi no processo da pesquisa que os desconfortos ganharam feições e eu tive que arcar com a escolha do tema para discutir o lugar das mães na proteção de suas filhas, abusadas sexualmente.

Essa temática gerou desconforto também nos espaços acadêmicos em que foi proposta. Reside, neste sentido, uma maior responsabilidade da pesquisadora, de ser cuidadosa com as mães que aceitaram compartilhar dados de suas subjetividades, para que as reflexões fossem construídas nesta dissertação. Não cabe, pois, qualquer tentativa de generalização, nem tão pouco as afirmações absolutizadoras das singularidades narradas. Como afirma Amaro, *o objetivo do conhecimento deixa de ser descobrir o segredo do mundo – ao passo que se ultrapassa o mito da existência de uma equação mestra da ordem – para dialogar com os mistérios e abismos de sentido que o mundo esconde* (2003: 66).

Foi nessa sinuosidade que a metodologia da pesquisa ganhou sentido, no processo mesmo de estar em campo, no encontro corporal entre a pesquisadora e as mães que autorizaram a construção deste conhecimento, onde as leituras e reflexões orientaram as pistas que aprofundaram a curiosidade e as inquietações que moviam as perguntas apresentadas. Isso conjugou meu desejo de emaranhar o já conhecido com as probabilidades de apreensão de outras informações e saberes, sistematizados em torno do tema, mas que se colocavam em questão para desenhar as trilhas a percorrer durante a permanência no campo, em busca da matéria prima para a tessitura deste texto.

Minayo (1994:14) diz que *a pesquisa nesta área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos*. Nesse sentido, ao se pesquisar fenômenos sociais, o envolvimento se dá com um campo que é histórico-cultural e afetivo, ou seja, possui, por essa razão, uma consciência feita de significados que as sociedades humanas estão situadas num determinado tempo e espaço, e que os grupos sociais que as constituem são mutáveis. Então, tudo que compõe a dinâmica social, as instituições, as leis, as visões de mundo, são contextos provisórios,

transitam como passageiros e estão em contínuo dinamismo. Tudo o que existe no âmbito social e cultural pode ser transformado (MINAYO, 1994:20).

Acolhendo essa compreensão de que a pesquisa tem uma dimensão social e afetiva, é importante ressaltar que os desdobramentos foram estabelecidos de forma intrinsecamente inacabada, buscando continuamente a aproximação entre os dados investigados e a realidade pesquisada. Como não é possível esgotar o conteúdo daquilo que se pesquisa, *a conclusão inicial é de que a pesquisa, enquanto atividade intelectual sofre as limitações e contradições mais amplas do campo científico, dos interesses específicos da sociedade e das questões consagradas de cada época histórica* (MINAYO, 1994: 25).

A construção dos dados desta pesquisa se pautou em aspectos qualitativos de análise, por entender que este olhar oportuniza uma aproximação mais densa dos pormenores descritos no fenômeno a ser pesquisado e leva em consideração a sua complexidade e o seu contexto. Do mesmo modo valoriza as subjetividades entrecruzadas, que se apresentam e se representam em si mesmas, à medida que a abordagem dos aspectos *qualitativos enfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser* (ARPINI, 2003: 83). Isto é, a experiência vivida e narrada pelos sujeitos, do modo como eles percebem e descrevem é o que qualifica diferencialmente os significados. *Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas, à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir das perspectivas dos sujeitos da investigação* (BOGDAN, 1994: 16).

Na feitura desta dissertação, o desafio que se constitui a escolha metodológica, foi atravessada por dúvidas. Mas, a opção qualitativa precisava estar agregada a uma abordagem etnográfica e isto tocava meu ser por compreender que, *o que caracteriza mais fundamentalmente a pesquisa do tipo etnográfico é, primeiramente, um contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e as pessoas ou grupos selecionados.* (ANDRÉ, 1991: 38). Como pesquisadora, procurei ficar atenta para valorizar o conjunto dos adereços que compunham os cenários dos encontros com as mães pesquisadas, selecionando tudo o que se revelava aos meus sentidos. Cada gesto, as palavras, os sinais manifestos e silenciosos, as representações trazidas nas narrativas, os sentimentos ali experimentados, as emoções desveladas e, principalmente, a multiplicidade de informações, com suas contradições e

ambigüidades, as discontinuidades situadas nas várias formas em que um ser humano é capaz de se apresentar nas relações em que estabelece com o mundo em que vive.

Para chegar mais perto da realidade a ser compreendida, do vivido de cada mãe, fiz uso da história oral, das fontes documentais e de entrevistas abertas como referencial para sistematizar a coleta de subsídios. A história oral tem mostrado sua importância na edificação de novos saberes, ampliando as possibilidades de abrangência e os diálogos entre o pesquisador e o ambiente pesquisado, ou como afirma Delgado (2003: 23), a *história oral é uma metodologia primorosa voltada á produção de narrativas como fontes e conhecimentos, mas principalmente do saber*. Penso que a compreensão da realidade vivenciada por cada mulher em sua infância, resultante das violências sofridas e narradas por elas, mesmo que de forma insuficiente e provisória, poderá ajudar a entendê-las, bem como, a saber com mais profundidade dos contextos, das situações em que são sujeitadas a todas as formas de violências.

Delgado (2003: 22) nos diz que *as narrativas, sob a forma de registros orais ou escritos, são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. (...) São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias*. A escolha metodológica de que considera que as narrativas podem ser ouvidas através de histórias de vida, me permitiu dialogar com as mães e entender, conforme enuncia Debert, que *é assim que a história de vida e os relatos orais fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas de forma e refinar os grandes conceitos explicativos e seus pressupostos* (1986:156).

Para Minayo (1994:15), a *realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados dela transbordante. Esta mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela*. Assumo também que as entrevistas podem contribuir para uma maior articulação das questões de pesquisa acima mencionadas, objetivando a reconstrução de um processo sócio-cultural que integre a problemática de gênero às violências vivenciadas por um grupo de mães de meninas inseridas em contextos de violências sexuais.

Entendo que será através deste processo que algumas histórias poderão ser contadas de um novo jeito, significadas pelos sujeitos pesquisados e expressas em suas narrativas sobre a experiência vivida que poderão tomar a vida como *sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, particular e, no entanto generalizável; as vidas são a expressão da história*

pessoal e social, bem como as teias relacionais de influências (AMARO, 2003:70). Que isso torne possível uma abrangência das relações sociais configuradas e evidencie as possibilidades de conhecimento da complexidade presente nas relações sociais, onde as violências se fazem protagonistas.

3.1 O encontro com o outro

A aproximação com o ambiente escolhido para a realização da pesquisa, aos poucos ia selando o encontro com o outro e com suas particularidades. Nesses entremeios pude refletir sobre o espaço onde este outro se situa e defrontar-me comigo e com o território dos olhares plausíveis que aos poucos revelavam a atmosfera da observação. Nessa aventura aprendi com Skliar uma das vivências de maior desassossego, quando ele solicita para que *não nos vejamos tentados a traçar equivalências ali onde impera a mais terrível ambigüidade. Que não produzamos simetrias onde as palavras se desfazem em desordem. E, sobretudo, que não insistamos mais em nomear o inominável. Em administrar as diferenças para mitigar a dor, em varrer debaixo do tapete toda a banalidade em torno do outro.* (2003: 28)

Narrar vidas de mulheres que experienciaram violências em seus corpos e em suas almas e transformar essas narrativas em texto se constituía em uma experiência desprovida da intencionalidade de assegurar que é possível compreender a totalidade das informações. Ao contrário, me sentia convidada a todo instante a perceber os enigmas que envolvem a complexidade da relação com o outro. Pois como ressalta Skliar (2003: 26), há *um outro que nos é próximo, que parece ser compreensível para nós, previsível, maleável, etc. E há um outro que nos é distante, que parece ser incompreensível, imprevisível, imaleável. (...) O outro pode ser pensado sempre como exterioridade, como alguma coisa que eu não sou, que nós não somos. Mas a mesma dualidade apontada acima (outro próximo – outro radical) existe também em termos de interioridade, quer dizer, que esses outros também podem ser eu, sermos nós.*

Encharcada destas concepções e trilhando a trajetória da pesquisa etnográfica tratei, em primeiro lugar, de estabelecer o vínculo com o contexto em que atuam os técnicos integrantes do Programa Sentinela em que a pesquisa se efetivaria. Ali os encontros foram se delineando através de diálogos e da amorosidade na acolhida, até porque eu já havia feito parte da equipe e conhecia as alamedas das políticas públicas e os atores envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos do município onde o programa estava inserido. O

conhecimento prévio da organização dos atendimentos profissionais do programa, da forma de ocupação dos espaços físicos, dos horários mais movimentados em torno das demandas de atendimentos, me facilitou no acesso às fontes, e reforçou a necessidade de ser cuidadosa para não atropelar o ritmo das rotinas pré-estabelecidas pelo programa e não invadir o cotidiano das pessoas que ali habitavam através de seu trabalho e das demandas sociais.

De maneira ambígua sentia que uma das grandes dificuldades era vivenciar *com outros olhos* o ambiente outrora tão familiar, onde durante anos trabalhei e convivi com meus colegas e com as comunidades do entorno, onde partilhei as intervenções profissionais. Retornar com uma proposição diferenciada significava assumir estar em outro lugar: o de pesquisadora. Nesta condição, eu precisava ir ao encontro do que me inquietava no passado, para retomar as questões que se fizeram perguntas de pesquisa, que se concretizaram na consignação de relações cotidianas, mediadas pela angústia que o encontro com a dor e o silenciamento do outro proporcionava. Significava defrontar-me com o não saber o que fazer com a ineficiência que fez crescer o desejo de conhecer aqueles cenários para compreender como o outro se realiza como agente social.

No encontro com a Coordenação do Programa Sentinela, fui informada de que era possível selecionar os sujeitos de pesquisa entre os oitenta casos atendidos em 2008, ou seja, que entre eles havia os casos de três mães que estavam dispostas a falar de suas experiências na relação com suas filhas abusadas sexualmente. Minha intenção era fazer um recorte com mães que também sofreram abuso sexual na infância e que, naquele momento estavam em atendimento, em função dos abusos que sofreram suas filhas, menores de doze anos, a idade limite para a pesquisa. A Coordenação sugeriu que eu olhasse os prontuários de duas mães que já estavam com seus casos “encerrados”, isto é, com os documentos guardados no arquivo morto, por considerar que elas apresentavam histórias de vida com as peças que eu buscava para a minha pesquisa, e uma outra mãe que ainda estava em processo de acolhimento. É importante enfatizar que as narrativas dos abusos vividos pelas mães, na infância, não estivessem sob segredo para que a problematização do fenômeno com suas filhas encontrasse os fios para se fazer texto.

A partir do contato estabelecido com as técnicas do Programa que cuidam das crianças e de suas famílias no processo de atenção, iniciei também a aproximação com outras integrantes da equipe para explicar os objetivos da pesquisa, os desdobramentos possíveis, o que permitiu organizar em parceria a prática no campo, especialmente os procedimentos para dar início ao contato com as mães previamente escolhidas. Através de entrevistas e do estudo

dos prontuários, meu desejo era atentar para os detalhes das falas dos sujeitos, suas expressões corporais durante as narrativas, os gestos mais significativos, o estado emocional tornado visível, ou seja, valorizar todo o conteúdo que deu sustentação à etnografia do campo. Desse modo, a relação se estabelecia com uma observação participante, para que todos os desdobramentos da pesquisa adquirissem uma importância fundamental para o conhecimento do que estava sendo posto a pesquisar, possibilitando a *existência de um esquema aberto e artesanal de trabalho que permitisse um transitar constante entre a observação e a análise, entre a teoria e a empiria*. (ANDRÉ, 1991: 38).

O primeiro contato com as mães previamente selecionadas foi marcado por grande alegria. Ao explicar-lhes os objetivos da pesquisa e fazer-lhes o convite para a participação, elas se colocaram disponíveis e apontaram que nossos encontros iriam se constituir em uma possibilidade de reflexão sobre si, suas escolhas, suas trajetórias. Generosamente aceitaram sair de seus afazeres, do cotidiano tão atribulado de responsabilidades maternas, pessoais, profissionais, para se deslocarem até a sede do Programa, onde nos reuniríamos para conversar. As narrativas de suas histórias de vida, aos poucos me faziam entender que *a singularidade é reveladora de um certo convívio social (...); isto não quer dizer que não se valorize o indivíduo (...), mas sim que ele é tomado como amostra da [sua] comunidade* (AMARO, 2003: 68). O espaço definido para os encontros entre a pesquisadora e as mães, tinha por intencionalidade assegurar a privacidade.

Duas mães que fizeram parte da pesquisa já tinham encerrados os casos de suas filhas e foram acompanhadas por mim quando atuava como assistente social do Programa. Constatei que o vínculo anteriormente construído com as duas mulheres favoreceu a abertura do diálogo para que se sentissem seguras em compartilhar seus segredos. Este aspecto me chamou a atenção e me fez pensar sobre os acercamentos das práticas de pesquisa, pois quando se trata de um assunto pessoal, visceral para elas, o cuidado reclama sua presença para que não haja invasões que venham a ampliar os traumas adormecidos. Muitas vezes, a pesquisa e conseqüentemente a pesquisadora não podem aprofundar a temática em tão pouco tempo, dada à complexidade do fenômeno. Esse aspecto pode diminuir a qualidade daquilo que se busca em campo, porque a escuta será limitada pelo tempo acadêmico.

A mãe que ainda estava em processo de acolhimento demonstrava dificuldades para entender em que sua vida estava se transformando, a partir da denúncia de abuso sexual vivido por sua filha. Apesar de verbalizar seu interesse em participar da pesquisa e de tudo que ela solicitava, seu movimento foi de negação dos encontros marcados, demonstrando um

intenso sofrimento em ter que vir conversar. Constatei que o agendamento dos encontros na sede do Programa poderia criar certa confusão de objetivos e uma mistura de papéis, já que os sentimentos não podem ser controlados pela racionalidade científica e as aflições pertencem à dinâmica de inserção dos sujeitos, no Programa de atendimento às vítimas de abuso sexual.

Minha expectativa é que os leitores desta dissertação reconheçam nas vidas que agora serão apresentadas, muito mais a importância de suas experiências do que o rigor de uma biografia, os intrincados fios que transversalizam as narrativas, construídas pela polifonia dos contextos e suas configurações. Para tanto, as violências experimentadas por cada uma delas serão tomadas como ponto de partida, apenas como um barco que, ao se soltar de suas amarras pode navegar no movimento das águas, enquanto durar seu percurso.

3.2 Histórias, sujeitos, encontros e desencontros.

3.2.1.CONSTELAÇÃO²³

Constelação, mulher de 37 anos e mãe de 08 filhos; de cor parda, ela estudou até o segundo ano do antigo curso primário e reside em uma região considerada de periferia, numa casa de madeira que está dentro de um terreno de posse e pertence à família do ex-marido. **Constelação** já havia vivido dois relacionamentos estáveis, mas em função do baixo poder aquisitivo manteve estes relacionamentos apesar do abuso sexual de **TRÊS** filhas, sendo que duas delas foram atendidas pelo Programa Sentinela, uma em 2002 e a outra em 2008. O relato que se segue, para fins desta pesquisa, diz respeito à documentação que se encontrava em arquivo morto referente ao caso de uma das filhas de **Constelação**, atendida em 2002. Este acompanhamento foi encerrado pela equipe técnica em 05 de outubro de 2005, a partir da convicção de que a família não aderiu às propostas apresentadas pelo Programa.

Estrela é uma das filhas de **Constelação**. Seu caso chegou ao Programa Sentinela em 21 de janeiro de 2002, a partir de uma denúncia formalizada pelo Conselho Tutelar (CT) e que consta do prontuário como documento anexado e assinado pelas conselheiras tutelares que a atendeu, do qual pude coletar as seguintes informações: aos onze anos de idade estava sendo molestada sexualmente por seu padrasto, chamado **Vento**; em 06/08/02, segundo informações de uma enfermeira do Hospital local, o padrasto e a criança estavam na sala do

²³ Os nomes utilizados serão fictícios.

Raio X para exames e chamou sua atenção o comportamento deles, já que o *acusado estava com as mãos por cima das pernas da criança e depois saíram da sala abraçados como se fossem namorados*. A enfermeira relata que no bairro onde moram, os vizinhos comentavam que *Vento andava transando com Estrela* (a enfermeira foi ouvida pela conselheira tutelar e não quis se identificar).

Neste documento a conselheira relata ainda que foi até a escola em que **Estrela** estudava para conversar com a criança. Durante o encontro a mesma confirmou a denúncia dizendo: *antes ele mexia comigo, mas agora faz tempo que ele não faz nada*. Disse também que *ele só passava as mãos em sua barriga e no pescoço e que, às vezes, pedia para ela abraçá-lo*. A intervenção, prática de responsabilidade das Unidades que compõem a Rede de Atenção foi realizada também com a mãe, e ela confirmou para a conselheira que *sabia de tudo o que ocorria entre seu companheiro e sua filha, que já havia flagrado Vento embaixo das cobertas com Estrela e que, nesse dia, conversou com ele e o mesmo lhe prometera fazer tratamento psicológico e psiquiátrico. Desde então ele está se comportando*. A conselheira compartilhou com a mãe a cena do hospital e ela respondeu que “era normal”, pois eles se abraçavam com frequência e **Vento** quase sempre pedia à menina que o abraçasse, ou que sentasse em seu colo. Em 12/08/02, a conselheira sugeriu que a mãe da criança registrasse um Boletim de Ocorrência (BO) contra **Vento**, após argumentar no relatório o que segue: *se ela (a mãe) achava normal essa conduta isso podia levá-lo a cometer um estupro*; e segue dizendo que a mãe concordou, mas que *simplesmente saiu de casa e deixou um recado que tinha ido consultar um advogado, então resolvemos representá-la e registramos o BO*.

No dia seguinte, a conselheira se deslocou até a residência de **Constelação**, com o objetivo de levar a criança para o Instituto Médico Legal (IML), a fim de realizar exames de corpo delito. Relata que, *para nossa surpresa, Constelação não deixou, então fomos até a promotoria e conversamos com a Dra. Estela que nos orientou a irmos com a Polícia Militar, no dia seguinte; só que na mesma tarde Constelação esteve também no gabinete da promotora onde a mesma a orientou como proceder legalmente contra Vento*. Por fim, em 13/08/02 **Estrela** foi ao IML acompanhado da conselheira e de sua mãe. A conselheira prossegue informando no documento em questão que *o laudo realizado pelo médico do IML que a examinou visava constatar se o abuso sofrido por Estrela tinha deixado marcas ou apenas a suspeita e que o resultado seria encaminhado direto para a Delegacia de Polícia Civil*; e informa que *a criança e sua mãe passaram pela entrevista psicológica no referido Instituto*. Depois destas primeiras intervenções praticadas pelo Sistema de Garantias de

Direitos, **Constelação** e **Estrela** foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar (CT) para que fossem acolhidas pelo Programa Sentinela.

No acolhimento familiar realizado pelas técnicas do Programa, estas já dispunham das informações que configuravam as dimensões do caso, através do documento acima relatado pelo CT. Ao comparecer para a primeira entrevista, **Constelação** apareceu grávida de seu oitavo filho, por volta dos seis meses de gestação; à sua volta estavam os sete filhos, com idades entre dois e dezoito anos. Era uma mulher magra, de cabelos longos, crespos, com poucos dentes, fumante, mas lúcida no seu desejo de manter todos os seus filhos perto de si, com uma concepção própria do que é ser mãe e do que é cuidar de sua prole. Ao ser informada das finalidades do Programa Sentinela, **Constelação** demonstrou, pelas falas e posturas corporais, sua pouca tolerância às críticas ao modo como cuida de sua família e como organiza as rotinas domésticas. Enfatiza que *as pessoas não sabem o que ela já passou, quanto sofrimento traz em sua história e o quanto lutou para estar viva e para que seus filhos também possam estar*. Não aceita que “estranhos” digam o que deve fazer, sem efetivamente ajudá-la, criticando abertamente a forma como foi realizada a intervenção do CT, quando o abuso sexual de sua filha foi denunciado.

Para esta mulher, a ajuda passa também por atender demandas materiais básicas, que tanto faz falta em sua vida. O acesso ao que lhe é essencial é precário, mas diz ter *orgulho de não mendigar*. A casa em que mora com sua prole é de madeira, com pouco espaço, poucos compartimentos para abrigar com dignidade todas as pessoas que ali habitam e para garantir a privacidade necessária. Trabalha como cuidadora de carros, duas vezes por semana (à noite), no centro da cidade vizinha em que mora, onde também coleta papelão. Contudo, afirma que o avanço da gravidez está tornando difícil exercer a *profissão que escolheu para si* e que, também os afazeres domésticos lhe cansam em demasia. Ao retratar sua casa e seus filhos, demonstra acreditar que faz tudo o que pode para oferecer o melhor a todos, que luta com o que está ao seu alcance para que eles possam viver bem. Vê no seu companheiro **Vento** a única pessoa que lhe ajudou efetivamente na vida e, por isso, não consegue deixar de considerá-lo, embora, tantas vezes se sinta muito só, mesmo na companhia dele. Fala sobre sua filha **Cometa**, a mais velha entre os irmãos, e relata o jeito como esta foi encaminhada para outro lar após ter sido abusada sexualmente pelo pai biológico. **Constelação** diz: *houve a comprovação do abuso vivido pela minha menina mais velha, por parte do pai, enquanto ele ainda vivia maritalmente comigo. Por isso o Conselho Tutelar a retirou de casa e a entregou para outra família substituta*. Com expressão queixosa diz que, *a partir disto,*

Cometa não estudou mais, foi tratada como empregada pela família que a recebeu e não como uma filha, como deveria ser.

Este relato acima assinala um dos primeiros casos atendidos pelo Programa Sentinela, onde a pesquisa foi realizada. As percepções registradas no prontuário e também nas fichas de acompanhamento pelos técnicos, me possibilitou estranhar a forma própria que **Constelação** tem de compreender a vida, a maneira como reconstitui suas experiências. O abuso sexual, enquanto uma realidade vivenciada por ela desde sua infância, tendo seu pai como autor, parece não provocar em **Constelação** o confronto com a experiência de sua filha mais velha, **Cometa**, também abusada sexualmente pelo pai biológico. À denúncia inicial, uma outra vai ser agregada e recai sobre o padrasto da mesma. No processo de reconhecimento desta família e das dimensões das violências presentes nos seus relacionamentos, **Constelação** informa que o pai biológico de seus filhos (exceto do mais novo e deste que ela está esperando) já faleceu e que além de **Cometa**, ele abusou sexualmente também de **Estrela**.

A separação de **Constelação** de seu primeiro companheiro se deu após a revelação do abuso sexual de **Cometa** e a união com **Vento** foi concomitantemente à experiência da separação. Um dos aspectos importantes a ser salientado na trajetória de vida desta mãe e para fins desta pesquisa é o conhecimento prévio que ela possuía da denúncia efetivada pelo C.T. sobre **Vento**, no qual ele estava sendo acusado de ter abusado sexualmente de sua filha biológica. **Vento** também fazia parte dos atendimentos sistematizados no mesmo Programa Sentinela, pela suspeita de abuso praticada a sua filha biológica.

Quando ingressei como assistente social no Programa Sentinela em 2003, esta família já estava em acompanhamento sistematizado por mais de um ano. Os estudos deste caso, como de outros, se constituía numa prática que era realizada para estudar e compartilhar informações a respeito das intervenções técnicas proporcionadas à família. Aí me dei conta de que, o “**caso Constelação**”, se configurava como um desafio para todas as pessoas envolvidas, sobretudo porque, o abuso sexual que marcava as relações sociais que contornam a história desta mãe e de sua constituição familiar, sugeria ser algo naturalizado e possível de se conviver.

Esse dado marchava na contramão da proteção que os técnicos julgavam necessária, como aspecto salutar do Sistema de Garantia de Direitos, capaz de fazer cessar as violências em curso. Ao iniciar a pesquisa de campo pude constatar que o meu problema de investigação teve início com a história vivida e narrada por **Constelação**, cujos relatos

socializados durante os encontros destinados às intervenções, causavam-me profundas inquietações, a ponto de gerar desconfortos viscerais. Isso porque a escuta dos adereços que compunham aquele enredo eram de tamanha complexidade que deixavam os profissionais se sentindo impotentes. Cada detalhe era marcado por ambigüidades, e do mesmo estilo de narrativa a amorosidade também participava para evidenciar as contradições e as possibilidades que tecem os enredos da vida comunitária.

Minha aproximação com **Constelação** e os vínculos construídos com a sua família me permitiam sentir as tantas dificuldades que se apresentavam para compor os textos desta dissertação, pois sabia que eram precárias as informações do prontuário e que outras não seriam disponibilizadas com facilidade, afinal, estávamos lidando com a dor e com um contexto cercado de segredos e de um adorno moral. Desde o período dos atendimentos sistematizados e das visitas domiciliares comecei a exercitar uma escuta amorosa, o que favoreceu ingressar com questões que trouxessem à tona as fragilidades que enredam as vivências e as teorias que as explicam. Esse exercício servia também de lentes para o entendimento da problemática e para assinalar que a Rede de Atenção ainda não alcançou um modo de intervenção compatível com a complexidade dos casos que a ela se apresentam.

Concomitante ao reconhecimento e às reformulações dos conceitos intuídos, escutava com regularidade nos espaços profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos, os discursos que objetivavam enquadrar Constelação, para defini-la em seus enredos. Contudo, observava que os caminhos explicativos preponderantes nestes espaços forjavam uma coincidência desta mãe com um estereótipo típico dos diagnósticos elaborados pela equipe: **mãe não-protetiva**. O grifo é intencional para caracterizar um tipo de mãe incapaz de ser zelosa com a sexualidade de suas filhas, com a corporeidade delas. Os argumentos? Ah, estes se sustentavam nos conceitos binários de negligência materna, por afirmar que ou ela cuida ou não cuida; não existem brechas para um meio-termo já que o olhar profissional é constituído por marcos referenciais unidimensionais, que também vigoram nos preceitos do Sistema de Garantia de Direitos. Com isso, conceitos como ambigüidade, contradição, paradoxo, entrelaçamento dos fatos, entre outros, permanecem fora para dar lugar às explicações marcadamente deterministas e lineares, como por exemplo, o fato de **Constelação** preferir seus homens em detrimento de suas filhas.

Nestes espaços profissionais, indignava-me visceralmente a presença marcante das definições maternas, bem como, o lugar a elas destinado com o objetivo de justificar a extensão dos abusos sexuais e de outras violências. Principiava o contato com as interfaces

das violências, reclamando nas intervenções, a necessidade de um entrosamento mais alargado com a complexidade dos acontecimentos. Hoje compreendo de outro jeito o que, naquele momento, eu sentia, e Morin (2000:59-60) foi importante para isso ao lembrar que *o ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida*. Para o autor, o humano é

sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real; é consciente da morte, mas não pode crer nela; um ser que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas idéias, mas que duvida dos deuses e critica as idéias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras. E quando, na ruptura de controles racionais, culturais, materiais, há confusão entre o objetivo e o subjetivo, entre o real e o imaginário, quando há hegemonia de ilusões, excesso desencadeado, então o Homo demens submete o Homo sapiens e subordina a inteligência racional a serviço de seus monstros.

Ou seja, há que se olhar para o fenômeno das violências considerando a diversidade de fatores e dimensões que dão feições de mosaico ao mesmo. Estas feições tornam sua composição cheia de fraturas, encaminham sempre para além do imediatamente percebido. Nisto está à necessidade sugerida de se constituir estudos de casos de uma forma articulada com os sujeitos envolvidos, que atribuam relevância às suas falas e modos culturais de ser-estar no mundo, mas, na medida do possível, sem tomar como ponto de partida os prévios conceitos enrijecidos pela formalidade dos procedimentos e da formação técnica.

Nos registros documentais pesquisados entre os anos de 2002 a 2005, período em que a família permaneceu em atendimento junto ao Programa, um dos objetivos traçados pela equipe técnica que a acompanhava era a proteção das meninas que faziam parte do grupo familiar e residiam na mesma casa, onde também morava **Vento**, o abusador. Para isso, durante as intervenções esta equipe informava a **Constelação** suas tentativas “desesperadas” para afastar **Vento** da convivência com ela, para que a mesma passasse a proteger suas filhas. Talvez, em função das pressões externas que exigiam do Programa tal iniciativa, a equipe tenha adentrado em uma arena que não lhe diz respeito de fato, como exigir que a mulher se

separe do homem, mas aplicar as medidas legais cabíveis para impedir o abuso, caso a escolha dessa mulher seja permanecer maritalmente com o abusador de suas filhas.

Movida por tantas dúvidas, o que posso afirmar é que há um terreno pantanoso a ser trilhado pela equipe técnica para lidar com as violências praticadas por adultos, contra crianças e adolescentes, no ambiente familiar e nas suas proximidades. Há os marcos legais, mas as intervenções não se restringem a eles porque há também toda uma dimensão afetiva implicada nos enredos dessas histórias de vida. E o modo como cada nuance afeta a integralidade do fato, como as relações se afetam mutuamente, jamais se explica de forma simplificada. Se os artefatos objetivos permitem a efetivação de procedimentos também objetivos, há um universo de intersubjetividades que não se deixa apreender pelos interesses humanos, com seu afã de esgotar os desafios imersos nas realidades e de paralisar o movimento que emaranha a sociedade. Penso que não é possível para a ciência criar alternativas que suplantem a perspectiva intersubjetiva, mesmo que sustentada por teorias e discursos, por argumentações que insistam em aprisionar o conhecimento. Lançar algumas pistas é o que se abre como possibilidades.

Constelação chegou a concretizar a exigência da equipe e conseguiu mandar **Vento** embora de sua casa. Nos registros pesquisados enfatiza-se que logo após esta iniciativa **Constelação** teria atentado contra sua própria vida, ingerindo várias medicações de uma só vez. Em resposta a esta atitude, **Vento** retornou para casa a pedido da mesma, *porque era a única pessoa que poderia cuidar dela*. Segundo relato de **Constelação**, o fez com muito carinho porque *era a única pessoa que se importava comigo de verdade*. Na documentação contida no prontuário desta família, também está registrada a preocupação por parte da equipe do Programa com o retorno de **Vento**, evidenciando que um novo abuso já se delineava em torno de outra filha de **Constelação**, de nome **Lua**. Ao ser apontada esta possibilidade durante os atendimentos sistematizados, **Constelação** falava com convicção: *é possível evitar que ele faça algo a esta filha, pois estou ameaçando-o de forma violenta, prometendo que vou surrar ele se isto vier a acontecer; eu acredito que esta ameaça é suficiente para evitar possíveis tentativas de abuso por parte dele*. Narrativa que não poderia ser considerada como medida protetiva.

3.2.2. Narrativas de Constelação

Em 2008, quando retornei ao Programa como pesquisadora, constatei que **Constelação** novamente estava em atendimento, motivado por outra denúncia realizada pelo C.T. contra **Vento**. Existia a acusação de que ele estava abusando sexualmente de **Lua**. Isso me facultou o re-conhecimento do prontuário de **Estrela**, o qual já se encontrava guardado em arquivo morto. Ali encontrei **Constelação**, na sala de espera do Programa, cuja presença, naquele momento, estava relacionada à solicitação da equipe técnica para viabilizar outra entrevista de acolhimento, pois se tratava de um *novo caso*. **Constelação** estava sentada em uma das cadeiras com sua filha **Lua** e seu semblante deixava transparecer uma mistura de pertencimento àquele lugar, mas também exalava um cansaço em relação a tudo que contornava aquela sala de espera e suas representações. Demonstrava, com suas atitudes, certa intimidade com aquele ambiente destinado ao cumprimento de políticas públicas, como se ali estivesse segura.

Expressou um grande sorriso a me ver e perguntou se eu estava de volta como Assistente Social do Programa Sentinela. Seu sorriso autorizou um encontro mais caloroso entre nós, inclusive com uma troca de abraços para facilitar a explicação sobre a minha presença. Ao que me parece, quase todas as esferas da atividade humana se tornam mais aceitáveis quando mediadas por gestos afetivos. Por mais variados que sejam, estão na maioria das vezes relacionados com a utilização de uma outra linguagem, que todos podem compreender. Não é de surpreender que o caráter e os modos da utilização desta linguagem sejam tão variados, como as próprias esferas da celeridade humana, o que não se contradiz com a experiência pautada na seriedade que marca o cumprimento dos aportes legais. O sorriso é um desses gestos, o abraço é parte dessa linguagem.

Após o acolhimento realizado pela equipe do Programa, indaguei se **Constelação** teria um pouco mais de tempo para conversar comigo. Ela me respondeu com uma afirmativa e nós, sentadas frente a frente em uma das salas de atendimento individualizado pudemos ficar a sós. Comecei informando-lhe sobre a minha pesquisa e então perguntei se ela se disporia a fazer parte do trabalho, com seus objetivos. **Constelação** aceitou, mas a expressão em seu rosto deixava dúvidas em relação ao fato de ter aceitado o meu convite. Percebi que ela estava diferente, pois da última vez em que nos vimos em relação ao que se apresentava aos meus olhos e aos meus sentidos, ela parecia mais segura de si, mais cuidadosa com seu corpo, mais dona de sua vida e de seus desejos.

Quando pontuei a minha percepção, ela me falou de seu cansaço com relação ao contexto dos abusos sexuais de suas filhas, o que a obrigava a estar novamente cumprindo as determinações do Conselho Tutelar e a aceitar que a equipe técnica *invadissem sua vida porque tinham falado de Vento*, a partir desta nova denúncia de prática de abuso sexual com **Lua**. Narrava que *mais uma vez se sentia irritada com a grosseria com que foi e estava sendo tratada e com o fato de pessoas estranhas estarem entrando em sua casa, em sua vida, com acusações de que não cuidava de seus filhos*. Na relação comigo, **Constelação** se mostrava mais à vontade e trazia a seguinte preocupação: *o problema agora é que Vento está sendo acusado de mexer com Lua, mas ele nega*. Então, ela ressalta que quando seu companheiro foi acusado de abusar sexualmente de **Estrela**, ele não negou, e ao assumir a responsabilidade pelo abuso pediu perdão às duas mulheres, a mãe e a filha.

Para **Constelação** que parecia naturalizar as violências sexuais no âmbito doméstico, um dado cultural presente na sua trajetória e na de muitas outras mulheres que ela conhecia, a reprodução do “ciclo geracional” não se revelava como um grave problema, muito menos como violência, mas, como *coisa de homem*. Por essa razão, não conseguia acreditar que desta vez **Vento** tivesse *mexido com sua filha*, porque ele estava acamado, com os dois pés quebrados, em decorrência de uma queda no trabalho como pedreiro, na construção civil. O fato do mesmo estar preso na cama, sem poder se locomover fazia com que **Constelação** afirmasse: *a Estrela é que forçou a inventar esta história porque ela não se dá bem com Vento, tem raiva dele e não aceita que ele fique em casa*. Para **Constelação**, *esta acusação por parte de Estrela é fruto do ciúme que ela sente do relacionamento entre a Lua e o padrasto*, enfatiza. E continua sua narrativa transparecendo felicidade: *é que os dois se dão bem demais, Lua e Vento parecem pai e filha*.

Logo mudou o tom da voz e demonstrou certa preocupação ao informar que no momento em que **Vento** *soube da acusação que recaia sobre ele, do abuso sexual com Lua, ele ficou tão indignado que tomou todos os comprimidos que tinha em casa*. Encontraram **Vento** desmaiado em cima da cama, então chamaram o Sistema Móvel de Atendimento e o médico informou do risco de morte que **Vento** estava correndo, razão para que fosse hospitalizado e permanecesse vários dias na UTI. **Constelação** é firme e decidida quando diz *que a recomendação médica é que ele não pode ficar sozinho, porque está com depressão*. Enfatiza que não vai abandoná-lo, *vai cuidar dele*, lembrando que **Vento** *foi a única pessoa que a ajudou quando era moradora de rua, que estendeu a mão, que muita coisa mudou para melhor em sua vida depois que se uniu à ele*.

Nessa conversa ela relembra a acusação de abuso sexual em 2002, que foi direcionada para **Vento** e **Estrela**. Na ocasião ela tomou a iniciativa de mandá-lo embora de sua vida e *ficou um tempo sozinha com seus filhos, em sua casa*. Com a ausência de **Vento**, **Constelação** percebeu *que seu ex-marido, o qual ela define como drogado e agressivo, começou a interferir em sua vida, a entrar em casa sem permissão*. Relembra que sua família estava sendo novamente agredida por ele, *principalmente eu, ele me ameaçou de despejo de casa, porque aonde eu morava pertencia a mãe dele*. Diante das violências sofridas e sem ter a quem recorrer, **Constelação** foi procurar **Vento** e *pediu a ele que voltasse para dentro de sua casa como forma de proteção; assim aconteceu*. Salientou que *esta ajuda foi importantíssima, porque foi Vento que me defendeu das violências que sofria de meu ex-marido e que não deixou mais ele entrar em casa até que ele, seu ex-marido morreu* (em decorrência do uso abusivo de drogas, especialmente de álcool). Ao fazer referências à proteção que **Vento** oferece a ela e aos seus filhos, **Constelação** desvela com toda a sua corporeidade a importância que isto representa, diante das árduas tarefas que precisa enfrentar cotidianamente.

Tenho a intuição de que não é possível negar os efeitos e os embates que o outro desperta em nós, especialmente na constituição do que pede os corpos entrelaçados pela subjetivação. Em contrapartida, essa narrativa parece trazer uma idéia de inscrição, ou seja de marcas que o outro deixa no corpo misturado, na cumplicidade parceira que se constitui quase como uma situação erógena. Ela se faz como síntese de um processo pautado na sedução do outro e por parte do outro, alguém que se coloca em lugares distintos, diabólicos, mas também de uma mágica divindade capaz de salvar, fazer sofrer, dar prazer, violar regras, proteger, jogar, trapacear, tudo a um só tempo. Esse sentido humano tão difícil para mim de explicar racionalmente, parece propor que as ausências da vida material e afetiva, que a responsabilidade social, podem ser supridas assegurando territórios para permissão de práticas inescrupulosas, que transgridem desde a relação adulto-criança até as restrições impostas pela legislação criada para barrar comportamentos perniciosos ao desenvolvimento da infância. Uma espécie de alteridade pernóstica, se assim se pode falar, que produziria, em certas circunstâncias, o que a psicanálise nomeia como “zonas mortas no corpo” do outro, a quem se imputa aceitar a dor e a contravenção para manter certos confortos.

Constelação enfatiza mais uma vez com veemência que não tem como abandoná-lo, porque este momento de fragilidade que **Vento** está enfrentando, só ela tem condições de ajudá-lo. Lembra da importância dele na sua trajetória de vida, que nunca foi fácil ou

simples. Naquele instante **Constelação** fez uma pausa em seu relato, olhou firmemente para mim e disse: *vocês, só porque estão nos programas sociais, não podem impor que Vento tenha que sair de nossa casa, pois eu me preocupo com ele e tem a recomendação do médico para que ele não fique sozinho; olha, pra eu para estar neste momento falando contigo, tive que pedir a uma vizinha para cuidar dele.* **Vento** parece estar num lugar de devoção que é atribuído por **Constelação**, pois ela se diz em permanente dívida para com ele que cuidou dela quando estava nas ruas. Como romper esse laço? Como realizar intervenções que permitam deslocar sua percepção em relação? Como evidenciar que esse outro devotado é também danoso naquilo que faz com suas filhas?

Nesta conversa, sua narrativa viaja no tempo para relembrar o abuso sexual que sofreu em sua infância. **Constelação** salienta que *levou muito tempo para poder falar sobre o assunto* e destaca as inúmeras experiências de sofrimentos, de violências experimentadas quando criança, embalada pela fome e pela miséria. Na dança de uma vida de exclusões e ausências, de abandonos sociais, as violências eram protagonistas desde sua tenra idade, inscritas em seu corpo de criança para dilacerar sua inocência quando seu próprio pai, que deveria protegê-la, abusou sexualmente dela por volta dos dez anos de idade. Ao falar sobre este acontecimento informa que as sensações retornam a seu corpo e inundam sua alma de tristeza. *Vivo de novo o abandono e a dor de saber que meu pai mexeu comigo, uma criança, tão indefesa...*

Em decorrência desta experiência e diante de seus desdobramentos, **Constelação** se diz uma *mulher vitoriosa*. Legitima sua autonomia frente às dificuldades da vida e acredita que suas decisões são acertadas, particularmente quando resgata da memória a solidão sentida, a falta de apoio dos adultos que dela deveriam cuidar. Então me diz assertivamente: *não posso aceitar, não permito que outras pessoas venham dizer o que devo fazer, logo agora que já sou uma mulher adulta.* É firme quando fala que sabe o que quer e de suas necessidades. Com isso, pede desculpas para compartilhar sua queixa contra o Conselho Tutelar e o Programa Sentinela, alegando que suas intervenções e encaminhamentos não oportunizaram a ela o apoio que precisava para agir de acordo com as prescrições. Apenas se sentia *mandada e desrespeitada*, principalmente quando falavam o que ela deveria fazer. Nos despedimos e eu fui embora encharcada de suas falas, mas deixamos prevista uma nova conversa.

No encontro seguinte **Constelação** chegou na hora combinada. Trazia consigo uma certa apreensão com sua aparência para estar ali, mas também um sorriso aberto em seu

rosto. Foi novamente na sala de espera do Programa que nos vimos e ela já estava lá, sentada tranqüilamente. Havia um clima de satisfação ao me ver e essa percepção foi colhida de seu semblante quando me disse que trouxera uma sacola de lingerie para me mostrar o que estava fazendo, como um meio honesto para conseguir manter as despesas da casa.

Na sala de atendimento individualizado, **Constelação** com grande alegria espalhou sobre mesa o fruto de seu trabalho. Mostrou-me a *beleza das calcinhas e sutiãs* que confeccionara. Ali ela lembrou de suas dificuldades para acreditar que podia aprender trabalhos manuais e, conseqüentemente, transformar essa aprendizagem e peças que viriam a aumentar sua renda mensal. Com orgulho falou sobre a expansão de suas aprendizagens e a satisfação que isto representava em sua vida, principalmente porque *estas conquistas estavam permitindo que ela não precisasse mais catar papelão na rua*. Relatou ainda uma de suas atividades laborativas iniciada recentemente: sua barraca de tapetes artesanais que mantém no centro da cidade vizinha a que mora. E diz:

é porque a loja, agora é só tapete ... A associação é que é dona daquilo ali! A gente paga pra associação e expõe ali, daí eu só levo os meus documentos sabe? Como eu fiz. Eles botaram na Associação e eu pago por semana (...) Posso botar fuxico, meus tapete e... só! Não posso botar outra coisa... Meu cadastro é como artesã lá, como eu trabalho com artesanato... Daí é assim.... eu tenho meu documento só da associação, o CPF, a identidade de trabalho, eu tenho cadastro ali...

Narra que antes de estar envolvida com atividades de confecção e venda de tapetes nesta barraca que está situada no centro da cidade vizinha a que reside, lutou para aprender a costurar calcinhas e sutiãs. A estratégia criada para aprender foi pedindo ajuda a uma vizinha que já trabalhava com a produção de peças similares.

Com minha vizinha eu aprendi, perturbei ela até que eu aprendi... Porque a lingerie que vendia tinha muito calote. Trezentos e oitenta reais deram um calote e eu fiquei sem amigos! É porque daí eu dei para uma moça vender pra mim... e ela foi pegando, foi pegando, foi vendendo e daí não lucrou, ela não me pagou o meu dinheiro, não me pagou. Então comecei agora, mês passado! Eu comecei de novo, tô comprando as coisas aos pouquinhos...

Pude aprender com **Constelação** que apesar das adversidades o sujeito é capaz de não desistir do que acredita, porque ainda é hábil para sonhar com uma vida diferente daquela que tem. Ou seja, que há um espaço de rebeldia em cada um de nós, que nos possui, insurge e ressurge para nos dizer que nada está escrito para sempre, mesmo quando escrevemos nas estrelas. Que o reconhecimento de suas lutas, dos espaços que criou, de outros que ocupou, muitas vezes não se tornaram visíveis no processo de acolhimento e atendimento sistematizado que o Programa realiza.

Penso que este vácuo possa existir pelo fato de que ainda não se exercite cotidianamente a escuta sensível, aberta para ir além dos fatos. Acredito que relações pautadas pelo cuidado mútuo favorecem o reconhecimento do outro, como legítimo outro na convivência, com tudo que o constitui e traz para o encontro. Que é nesse contexto que pode ganhar evidência a valorização de cada um e de suas condições de vida, sem atribuir adjetivos que são fortes nos textos dos prontuários, tais como: *família desestruturada; pessoas sem cultura; família pobre; condições de vida miserável*. Ou como diz **Constelação**,

Às vezes não dá pra viver, mas eu sou meio teimosa. Já pensei em desistir dali (...) Todo mundo fala prá mim: não desiste porque é o começo; tens que fazer tua clientela e botar mais coisas... Então, não vale a pena desistir agora. Mas se eu botar mesmo na ponta do lápis tudo que eu gasto, prá mim não compensa! Porque passo o dia todo vendendo, tenho que almoçar e sou obrigada a tomar café por lá... Mais o que tu gasta por semana pela barraca, mais o cara que carrega, mais a sala... Na vida, não dá pra ser só de um jeito.

Maturana (1997:47) contribuiu nesta caminhada de renovação epistemológica ao trazer aportes diferenciados sobre a importância da infância, da relação entre adultos e crianças para a organização da vida do novo adulto que nasce deste encontro em convivência. Para ele, não podemos deixar de considerar a importância do amor como emoção fundadora do social, como conduta relacional que proporciona à criança a construção do autorespeito e da autoaceitação, para que ela possa, ao longo da sua vida, tornar-se alguém que sabe respeitar o outro e aceitá-lo na diferença e que desse modo pode se tornar um adulto livre, mas com responsabilidade social. Suas palavras inspiram a reflexão sobre como se desenvolve um ser humano social e a relevância de suas experiências para uma compreensão implicada de seu ser-no-mundo. No contraponto, a narrativa de **Constelação** mostra, em parte, as implicações de uma infância violentada.

Eu morei em Canoinhas até os meus dez anos, era uma época que foi boa em parte e em parte foi ruim Eu não fui criada com as minhas irmãs porque elas foram criadas no juizado de menores, e eu fui criada sozinha. Era eu, os cachorros e o gato....(risos). Porque minha mãe e meu pai bebiam demais. Aí, como eles bebiam, o juiz tomou as minhas irmãs do meu pai e da minha mãe... Eu não sei porque eu fiquei...

Os Programas Sociais não podem se eximir de reconhecer as condições em que as mães das meninas que foram abusadas sexualmente cresceram, pois esta me parece uma atitude fundamental para integrar as funções primordiais do processo de atenção, previsto pelo Sistema de Garantia de Direitos. Partindo da premissa de que a elas é imputada a responsabilidade primaz das práticas de abuso sexual de suas filhas, o que potencializa a não-proteção necessária, o processo de atenção deixa de valorizar suas histórias de vida e perde as referências guardadas da infância violentada, as emoções sentidas, a concepção de proteção que possuem, o que aprenderam com a própria história? É preciso buscar a criticidade das práticas pré-estabelecidas, permitir trilhar outros caminhos. É indispensável, a meu ver, fugir da prisão de certos preceitos para valorizar e proteger a escuta da criança e de sua mãe. A sensibilidade, como pauta primeira do encontro com o outro, crianças e mães inseridas em contextos de violências, pode oportunizar que as janelas profissionais do já conhecido sejam abertas para enxergar o que ainda está fora do alcance dos olhos apressados e viciados pela rigidez das formalidades institucionais. Assim, podemos sonhar em ampliar a compreensão e o enfrentamento destas práticas nefastas, que se apresentam complexas desde o princípio.

A complexidade aparece nas narrativas entrecortadas que anunciam o quão difícil é contar de si para o outro, um estranho. Se dizer em relação implica desnudar-se no palco do encontro da vida vivida, onde a alteridade demarca os lugares de cada um, neste caso, da pesquisadora e os sujeitos participantes de sua pesquisa. Nada é tranquilo naquilo que se aceita narrar quando o conteúdo é a própria vida, portanto dispensa interpretações prévias para que a abertura esteja presente como exercício de captação de informações. *A forma de evitar tirar conclusões é fazer perguntas. Se você não compreende, pergunte, mas seja zeloso em suas intenções*, é o que nos ensina, com grande sabedoria, Don Miguel Ruiz (2005: 64).

Para ilustrar a argumentação acima, vejamos a narrativa a seguir, apresentada por **Constelação,**

Eu sou a mais nova... Acho que o juiz não conseguiu me tirar de casa, daí eu fiquei com meu pai e com minha mãe. Só que... é assim; tinha..., quando eles não bebiam, era assim... era bom assim. Me tratavam bem, meu pai trabalhava na roça e eu trabalhava junto com eles...um pouco trabalhava... um pouco brincava. Lá ia, arrancava, brincava com milho verde, as bonecas de milho eram as minhas bonecas. As minhas irmãs foram criadas em Curitiba! O pai me batia de cinta, de fivela de cinto. A mãe também me batia, muito. Nosso cobertor, a nossa cama era feita de tarimba, de pau de mato cortado é feito uma cama; o nosso colchão era de capim! Hum, eu também usei.... Eu tome, eu bebi por que minha mãe botava açúcar na cachaça prá mim tomar!

Nestas histórias de vida pulsam humanidades e desumanidades que dão significados à convivência interpessoal, com os laços afetivos entre si. Nelas é possível capturar um pouquinho dos silenciamentos que entrecruzam a fala e aí perceber que o sofrimento é o maior protagonista a encharcar as vivências, a revelar as cores das experiências marcadas pela dor que transparece nas frases, nas atitudes corporais. Oportunizar ao outro se mostrar, a partir de si, requer o reconhecimento da alteridade que situa o contexto do encontro. Para tanto, a possibilidade de um olhar ético e comprometido com o cuidado com o outro se torna princípio. Cada um fala do lugar social em que se encontra, tomando como referência o território do seu olhar que é sempre implicado pela história, pela dimensão política, pelos enredos culturais. Etnograficamente, o que nos cabe é descrever como as pessoas vivem, e não como deveriam viver a partir de nossas prescrições.

*Ó pra mim foi uma época sofrida, aliás minha vida toda foi sofrida. Desde criança que eu lembro que eu vim de Canoinhas, da Lapa e encontrei com eles na barraca, aí fiquei nessa barraca, foi onde eu conheci o pai da **Estrela, Lua e Nuvem**. Daí ele começou a freqüentar a barraca, na frente da casa da mãe dele. Ele nem tinha barraca, era da mãe. Daí ele começou a freqüentar lá, a levar as coisa pro pai, a conversar comigo, então o pai disse: se tu queres ti ajuntar com ela, trás um litro de cachaça e vamos ver...*

Constelação em sua infância foi oferecida por seu pai a outro homem como um troféu que pouco valia, razão para ser trocada por um litro de cachaça. Mais relevante que qualquer interpretação sobre esse episódio, ou mesmo a explicação dos fatos de forma isolada, interessa refletir sobre a importância do conjunto, como ele foi vivido pelos atores deste

enredo, como foi comunicado a cada um, como foi perpetuado ao forjar a adaptação de quem chegava e se inseria na urdidura dos significados daquele encontro, sejam eles julgados corretos, ridículos, inocentes, cruéis... É preciso cuidado, todo o tempo, para que o outro não seja humilhado ou desqualificado na descrição da pesquisadora. De acordo com Boff (1999) cuidar é mais amplo do que um ato reduzido, é uma atitude abrangente que alcança mais do que um momento de atenção, de zelo e desvelo para com o outro. Cuidar representa uma maneira de ocupar-se do outro em relação, de pré-ocupar-se com ele, de responsabilização afetiva.

Durante os anos em que trabalhei no Programa Sentinela me dediquei, entre outras atribuições, a atender inúmeras mães que traziam em suas histórias de vida, e na história de seus/suas filhos/filhas, a denúncia marcada em suas corporeidades das violências vividas. Nesse sentido, a disposição desta mãe em participar da pesquisa, ilustra a apresentação de um mundo compartilhadas por tantas mulheres, anônimas e conhecidas, empobrecidas e em situação econômica estável ou de abundância. Todas elas têm em comum os sofrimentos, o que nos faz conhecer e se sentir parte social de sua tragédia real.

Assim, a suposta autonomia que é exigida destas mulheres, como a entrevistada, pelos discursos e encaminhamentos realizados nos espaços de intervenções profissionais para que assumam a responsabilidade privada na proteção da sua prole, parece sem propósito. Se apenas a elas é atribuída a tarefa social de evitar os abusos de suas filhas, essa decisão remete, ao meu ver, a uma certa “condição do uso” de seus corpos, de seus desejos, de sua vidas desde a mais tenra idade, pelo outro. É esperar um outro passivo, como problematiza Zuwick (2001: 86): *esta aparente passividade demonstrada por muitas mulheres ao serem violadas, freqüentemente, é interpretada como aquiescência. No entanto, a passividade (paralisação) nasce do pânico frente ao agressor e ao medo da morte.*

Não vou me trocar por um litro de cachaça, eu não vou com ele. Aí o pai disse: não! Tu vai sim; eu disse não, não vou, e me atravessei na frente do carro [na tentativa de se matar] e conheci meu marido. Esse que foi meu primeiro marido. Quando saí correndo e me atravessei na frente do carro dizendo que preferia morrer do que me ajuntar com ele [o homem que o pai tentou trocá-la por um litro de cachaça], aí foi onde ele jogou o carro pra cima da calçada, ele parou e me chamou de maluca. Disse: o que tais fazendo aí sua maluca?(risos)É que o pai quer me trocar por um litro de cachaça! E aí ele falou, entra aqui pra gente conversar. Aí eu entrei no carro e ele disse: o que você acha de a gente se

ajuntar? Eu disse; não, eu não quero me ajuntar, tá muito cedo e eu não quero! Tu que sabe, se quiser eu falo com o teu pai! E ele veio falar com o pai! Mas vale tu se ajuntar comigo e ter uma casa, do que tu ficar com teu pai apanhando do jeito que tu estás apanhando, sendo trocada por um litro de cachaça, pelo menos eu não vou te trocar. Foi aonde eu pensei, ou eu me junto com ele, ou vou apanhar muito ainda.

Nesta narrativa de **Constelação** aparece a modalidade de escolha que têm os sujeitos em determinadas circunstâncias. Aos onze anos de idade se sentia obrigada a encarar, ainda criança, uma experiência própria para adultos em condições de autodefesa. Ou seja, ela estava “se juntando” com um homem desconhecido, com vinte e cinco anos, para evitar *ser trocada por um litro de cachaça*. Quais memórias destas violências permaneceram com ela? Como se constitui essa menina, inserida em um contexto sócio-econômico de miserabilidades que a submeteu a esta experiência? Como responder, ainda criança, pelas ditas necessidades sexuais dos homens e não às suas próprias demandas infantis? A coisificação sentida, pelas violências e seus contornos, transformou, abruptamente, uma menina em uma mulher que precisou crescer na ruptura de seu tempo interno. Que viveu na pele e na alma, os reflexos brutais de uma cultura patriarcal, machista, sexista, para a qual é natural que o pertencimento do corpo feminino seja instituído a outrem, que a vida não seja sua.

Na adulteração da infância **Constelação** teve que se fazer mulher e mãe, sem o conhecimento de como seria sua existência neste enredo escrito sem a sua autorização. Tratada como objeto de gozo do outro, sua vontade foi anulada para assegurar a coerção da violência, e mesmo assim, **Constelação** se permitia sonhar. Sonhava com a possibilidade de construir uma família que seria sua e mais, fazer tudo para mantê-la unida. Em contrapartida, involuntariamente ela favoreceria o aumento de práticas que tornam o solo fértil para diferentes submissões femininas às várias formas de violências vividas por mulheres como ela e suas filhas.

*Olha, é alguma coisa assim dolorida, por que eu fui estuprada com dez anos! Eu esperava ter uma família, ter minha casa, ter filhos, ter minhas coisas dentro de casa, não precisava andar na rua, não precisava morar embaixo de uma barraca. Mas ele começou a me deixar em casa sozinha, a única coisa que ele não fazia no começo era me bater. Ele saía, não tinha horário pra voltar; a **Cometa** era pequenininha e ele deixava eu sozinha; esse é um bom trecho da minha vida, porque eu só*

tinha onze anos quando a gente se juntou; mas ele já tinha vinte e cinco. Eu tive seis filhos com ele...

Por que é tão difícil para alguns adultos cuidar das crianças sob sua responsabilidade? Boff (1999) ressalta que cuidar implica intimidade, não como penetração invasiva do outro, mas como acolhimento feito de respeito, de uma sensibilidade gestual que proporciona sossego e repouso. Cuidar significa entrar em sintonia com quem você se relaciona diretamente, auscultar o ritmo e afinar-se com ele. Então, a centralidade não é mais ocupada pela razão (logos), mas pelo sentimento (pathos). As consequências da naturalização e da banalização das relações violentas estão presentes, de maneira particular, no modo como um homem age em relação a uma mulher, o que é um dado cultural por excelência. As violências tem sido motivo de muitos estudos e preocupações nos espaços acadêmicos e quando se trata de abuso sexual que perpassa gerações, são as crianças as maiores vítimas desta forma de perversão, uma preocupação que se tornou pública e alvo de inúmeras intervenções.

Não podemos esquecer que **Constelação** é apenas uma entre tantas outras mulheres que no mundo inteiro foram abusadas sexualmente durante a infância. Mesmo assim, e diante de toda invisibilidade acerca da tragédia internalizada elas cresceram e se tornaram mães. Como exigir que elas protejam a si mesmas e às suas filhas, se o conteúdo internalizado tornou-se natural? Ainda nessa direção é possível afirmar que estas e outras mães não são protetivas? Há um conhecimento nas instituições sobre as estratégias que mulheres adotam para se proteger e proteger suas filhas das violências praticadas por homens, em convivência?

Na narrativa a seguir **Constelação** compartilha a forma como ficou sabendo do abuso sexual que envolveu sua filha mais velha e o pai dela.

*Ele mexeu com ela sim, mexeu, por que ele disse que não tinha feito filha pros outros comer. Ele mesmo ia comer. A **Cometa** devia estar com uns doze, treze anos. Ai, ele começou a se revoltar com os namorados dela e daí, um dia eu peguei e comecei a defender ela. Perguntei o que tem ela tá namorando? Ela já tem doze anos, mas é namoradinho de criança, eu me ajuntei com onze! Não tem nada.*

O ex-marido lhe respondeu:

mas eu não quero! Ela tá virando uma vagabunda! Eu disse: não! Vagabunda ela não é! E ele falou, tu bota muito a mão no fogo por causa da tua filha, tu não sabe a maior vagabunda que a tua filha é! Eu disse; tá, por que estás dizendo isso? Ai, nisso ela se sentou na cama; pai pelo amor de Deus, o pai não vai falar!

Seu ex-marido então enfatizou:

não, tua mãe tá botando a mão no fogo por causa de ti, então eu vou dizer a verdade pra ela e ela. Nisso a filha começou a chorar e a pedir pra ele não falar a verdade. Aí eu disse: não, agora eu quero saber a verdade. Ele contou: não, só vou ti dizer uma palavra: comi, como e não me arrependo, eu não fiz filha pros outros comer, quem come sou eu mesmo! Ai nós brigamos, pedi pra ele sair de dentro de casa.

Zuwick (2001: 89) põe em destaque as amarras que compõem as teias das violências quando diz que, *a vergonha de que deveria ser portador aquele que a agrediu volta-se contra a mulher e a silencia, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação*. Paradoxalmente, também pode se apresentar como uma mola para suscitar resistências neste mesmo espaço relacional, porque apesar de viver a partir das prescrições dadas pelos outros. **Constelação** buscou enfrentá-las, subvertê-las de acordo com as brechas que encontrou no Sistema de Garantia de Direitos,

Eu já tava, ou melhor, eu já morava na Rua São Sebastião. Aí foi aonde eu tomei a decisão de me ajuntar com o Vento, por que se ele tivesse saído de casa, eu não tinha conhecido outra pessoa, eu não tinha procurado sair de casa; mas como ele disse que comeu, ia comer e não se arrependia, eu fui obrigada a tomar uma decisão; eu me ajunto e saio de casa por que, pra onde que eu vou? Arrumar serviço com essa montoeira de filho não tem condições. Botar numa casa alugada, eu não tenho dinheiro! Prá onde eu vou com esses filhos aí? Foi aí que eu me ajuntei com o Vento e daí a gente veio morar aqui...

Assumindo também o lugar de sujeito em relação, tanto nas entrevistas quanto na coleta de informações em fontes documentais, me propus à tentativa de fugir das explicações simplistas que entendo configurem os cenários de forma linear. Aprendi que a dinâmica capturada das realidades pesquisadas tem sempre um caráter provisório e insuficiente, o que possibilitou aos meus sentidos acolher com cuidado as narrativas, para entender, por exemplo, as escolhas de **Constelação**. Reafirmei, desse modo, a necessidade de arrear os empecilhos e criar os espaços para uma compreensão abrangente, nascida do reconhecimento da complexidade identificada nos contextos em que as violências se fazem presentes. E ainda, deixar vir à tona os significados que estas violências assumem para todos que nela e com ela estão enredados. Ao romper com o estabelecido e criar diferentes contextos de resistências, compreendo que o enfrentamento do abuso sexual adquire mais vitalidade.

*Com a **Estrela** também. Ela foi mexida pelo pai e pelo **Vento**, agora tu só imaginas como eu fiquei nesse fogo cruzado. Foi difícil, mas eu tive que optar, eu tive que tomar uma decisão; não pude ficar em cima do muro, tive que optar. Porque quando o **Asteróide**, que é o pai de **Estrela** mexeu com ela, eu briguei muito com ele; pra se vingar ele deu um soco na boca da **Estrela**, deixou até inchada. Fui no Conselho Tutelar e registrei a queixa; fiz tudo conforme a lei, como diz o ditado! Queixa contra Ele; levei **Estrela** pra fazer o exame, tudo certo. Mas não deu nada! Ele continuou indo lá, pegava as crianças, saía com elas; ele continuou pedindo as crianças, indo preso e com as crianças. Só que depois aconteceu do **Vento** mexer também nessa menina, aí eu botei o **Vento** pra rua. O **Vento** é mais controlado; eu tenho mais controle sobre o **Vento**, do que com o **Asteróide**.*

Estes relatos podem nos indicar que há uma mãe presente na vida das filhas, do seu jeito, mas em sofrimentos com elas. Uma mãe que necessita garantir a sobrevivência da prole, mesmo não sendo poupada dos entraves da vida cotidiana, feitos também destas violências. Ao se tornarem crônicos, os efeitos colaterais da miséria e da falta de oportunidades acendem seus reflexos na lida diária, produzem sequelas nas relações interpessoais e afetam o conjunto societal. Portanto, nenhum aspecto pode deixar de ser considerado e contextualizado. Também tenho claro que não basta a vontade de **Constelação** para que as situações de abusos sexuais sejam contidas e retiradas do seio de sua família. A condição material de existência contribui significativamente para favorecer que outras

violências se instalem, mesmo quando as práticas de abusos, que neste caso são o foco do Sistema de Garantia de Direitos, estiverem superadas.

*Eu botei o **Vento** pra rua, eu mandei ele embora. Só que quando o **Vento** saiu, o **Asteróide** entrou pra dentro de casa e ele queria entregar o terreno da nossa casa, comprar uma Kombi, uma barraca e ir prá baixo de uma ponte. Aquele terreno que eu moro hoje, que foi a mãe dele que comprou. Aí eu disse, não! Daqui eu não saio! E ele foi logo dizendo: a minha mãe que comprou, eu vou ligar pra ela e tu vai ter que sair! E tu vai me acompanhar; ou tu me acompanhas, ou eu te mato!*

E Constelação responde a **Asteróide**:

*eu prefiro trazer um homem pra dentro de casa, do que sair daqui! Aí **Asteróide** falou assim: se tu trazer um homem eu mato os dois. Quando o **Vento** foi lá pra ver **Netuno** (filho de **Constelação** com **Vento**), eu conversei com ele: **Vento**, o negócio é o seguinte, tu mexesse com a **Estrela**, isso aí que tu fez é errado. Tu não fez certo, eu sei. E ele me disse: pois é **Constelação**, eu sei que eu tô errado, mas eu me arrependi do que eu fiz! Só que tu não quer acreditar em mim, então, o que eu posso fazer? Ficar longe de ti! Só que aí eu falei prá ele: então, tem como tu voltar? Tu tem como ficar dentro de casa, porque o outro [**Asteróide**] está querendo vender tudo pra ir morar debaixo de uma barraca! Tu vai deixar teu filho, **Netuno**, também ir pra debaixo de uma barraca? Sabe o que ele disse pra mim? Não, eu não vou deixar, nenhum deles eu vou deixar! Então se ele quer vender o terreno eu venho prá cá! Eu volto pra dentro de casa de novo, mas ele sai!*

Imersa em um contexto social de carências, em que não há um sistema de garantia de direitos que inclua o direito à dignidade, o direito à vida, o direito à segurança, por exemplo, **Constelação** entende como alternativa para suas dificuldades se aliar ao violentador, sujeito também violentado, para enfrentar, pelo menos, uma parcela ínfima de tantas outras violências que marcam a sua trajetória. Nasce aí um jogo de cumplicidade que pode conter permissões para retorno aos abusos sexuais, que pode criar uma convivência onde nem tudo precise, ou tenha condições de ser visto ou dito. São formas de violências gestadas e

escondidas nos intradiscursos, nos gestos dissimulados, nas rotinas diárias travestidas de parcerias. É defrontar-se, outra vez, com uma vida sentida sem a graça que se esperava dela, onde se descortinam ambiguidades nascidas do ventre das necessidades vitais. Reatar os laços familiares com aquele que proporciona, supostamente, menores taxas de violências, talvez seja uma maneira de conviver e de desejar a felicidade do grupo, pois, a cada dia surge uma nova busca que desvela uma mulher incansável, uma mãe que luta para que seus filhos permaneçam juntos. A contradição e a ambiguidade sentam-se juntas neste enredo, já que esta convivência não deixa de revelar certa banalização das violências. Para compreender essa proposição reflexiva se fez necessário reconhecer o movimento dúbio que gera o encontro entre o controle e as (in)subordinações, os contrastes e as semelhanças.

*Minha vida não foi fácil, já chorei por muitas coisas... Então, eu tive que tomar essa decisão, pois ou eu fazia isso, ou não sei o que ia acontecer comigo e as crianças! Hoje, eu tenho uma profissão, por que na época eu não tinha; essa profissão aí foi de tanto o **Vento** insistir pra mim aprender. Ele dizia, não, **Constelação** tu é inteligente, tu vai aprender, a dona Maria taí, vai aprender com ela, vai ajudar ela, tenta aprender alguma coisa. Ali foi aonde eu comecei a aprender; se não fosse ele, hoje eu não seria ninguém. Talvez hoje eu taria no mundo das drogas; mas eu tenho uma cabeça forte, graças à Deus, isso eu tenho!*

Convido ao leitor a navegar nas ondas turvas que dúvidas como estas me habitam: que lugar de importância **Vento** ocupa na vida de **Constelação**? Esse lugar é tão viril que a faz escolhê-lo em prejuízo do bem-estar de suas filhas? Que fragilidades lhe constituíram que a força necessária para enfrentar uma situação é solicitada ao agressor? Parceiro? Amante? Protetor? Encorajador de sua história? Penso que só mesmo **Constelação** e suas experiências podem decifrar essa mistura de afetos que atravessam seu viver. Sobreviver, a partir das condições que lhe foram impostas, inclui também relacionamentos pautados em bases violentas, em desigualdades inscritas em seu corpo-alma, que vibra diante da mais insignificante (para nós) oportunidade de proteção. É nesse processo que realiza a sua socialização e o exercício de sua cidadania? Experimentou, como mulher-menina as violações dos direitos mais fundamentais de sua subjetividade. Foi violada pelos abusos direcionados ao seu corpo. Como ser-no-mundo com outras referências? E quem deve

prescrevê-las? Reafirmo o entendimento que, só mesmo **Constelação** sabe o que sente a partir de suas marcas entranhadas na sua pele.

*Às vezes eu pergunto pros meus filhos se eu sou uma boa mãe. Eles ri. Se eu tivesse ido prá debaixo da barraca, nois tava de que jeito hoje? Com um monte de filho, não tinha um ganho, como é que eu ia viver? De que maneira eu ia viver? Não ia ter como! O que ia acontecer? Que o juiz ia tomar as crianças todas eu corria risco, eu ia ficar sem filho. Eu já disse a **Vento** que a minha vida é de enfrentar. O **Vento** ri da minha cara, ele sabe que eu só posso ser feliz com meus filhos junto de mim; a minha felicidade é só meus filhos (risos). Eu tava cuidando deles, mesmo com essa minha vida assim, desde o começo sofrida e ainda sofrendo. Agora até deu uma amenizada sabe? Graças à Deus, eu tenho onde tomar um banho, eu tenho aonde lavar minha roupa, eu posso; agora tenho minha casa, pra me tirar dali só com ordem de despejo e isso demora.*

Diante de tantas pedras que feriram seus pés durante a caminhada nesta sociedade, a solidão foi sua grande companheira vestida de abandono e enfeitada de negligências. **Constelação** é parte de uma trajetória que encontra similaridade na trajetória de tantas outras **Constelações**, e isso me faz lembrar o que ela mesma verbalizou: *ela é uma vitoriosa!* Reconhece as poucas oportunidades oferecidas na teia tramada desse viver e poderia ter assumido um estilo derrotista, que paralisasse a sua luta. Com seu texto vivenciado acreditava que alguma coisa poderia ser mudada, saindo da mera conformidade para repousar por um tempinho no berço da esperança que a embalava. Trocou os sentimentos de culpa, vergonha e medo, pela confiança de que *amanhã vai ser* melhor, como ela afirma em uma das entrevistas. Se impõe, ao meu ver, e partindo destas narrativas, aos que ocupam o espaço de intervenção profissional, o compromisso ético e estético de reconhecimento da legitimidade de tantas **Constelações** que ocupam as cadeiras, os prontuários, os discursos dos profissionais de atendimentos as vítimas de violências.

As explicações científicas que tentamos construir como exigência de um trabalho de pós-graduação confronta-se com uma realidade incerta, tecida por fronteiras imprecisas e em contínua mutação. Ao explorar a complexidade dos cenários, a imprevisibilidade das narrativas e os inéditos que atravessaram essa experiência de pesquisa, vivi de algum modo, uma aventura permeada por sentidos e significados, os quais nem sempre consegui descrever.

O encontro com a história de vida de **Constelação** se materializou no encontro ora solidário, ora indignado com ela, mãe, mulher, sujeito multidimensional, mas sem a obsessão de instituir a consonância de idéias para então acalmar a sede de meus inúmeros questionamentos. Nesse encontro, muitas aprendizagens, e um esforço para sair de um olhar judicativo diante do outro.

3.3. JÓIA

JÓIA, 30 anos e de cor branca; se denomina católica e informa que estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental, por isso, sua atividade restringe-se ao cuidado de sua família. Uma mulher que transparece jovialidade, que tem gestos expressivos quando fala e quer explicar o que está sentindo. Teve um relacionamento duradouro com o pai de suas duas últimas filhas, enquanto a geração de sua filha mais velha resultou de um relacionamento breve em sua juventude. Até a denúncia do abuso sexual desta sua filha, ela vivia com confortos materiais e com acesso a bens de consumo e de serviços. **Jóia**, quando criança foi abusada sexualmente pelo seu padrasto, um trágico episódio que se repetiu com sua filha. Este caso continua em processo de atendimento junto ao Programa Sentinela pesquisado, embora **Jóia** não esteja conseguindo cumprir os procedimentos pré-estabelecidos.

O caso da filha de **Jóia**, **Diamante**, foi registrado através de denúncia formalizada pelo Conselho Tutelar da cidade, em 21 de novembro de 2007, sendo acolhido pelo Programa Sentinela pesquisado, em 18 de fevereiro de 2008. O motivo apontado para justificar a denúncia do referido Conselho era a suspeita de abuso sexual, tendo como autor da violência o seu padrasto. Consta do prontuário deste caso um Boletim de Ocorrência com as seguintes informações, colhidas pelo escrivão da delegacia que atendeu **Jóia** para a formalização da acusação: *relatou-nos que tomou conhecimento através de sua filha e vítima de 11 anos que o autor, padrasto dela desde os dois anos, abusou dela sexualmente, tirando sua calcinha enquanto estava dormindo onde ela acordou assustada e ele disse para não contar nada a Jóia, pois ele (padrasto) é curioso, sendo que ele mexeu nos órgãos sexuais dela. Que tomou conhecimento dos fatos somente em abril deste ano, e até agora não tomou providencia porque vive sob ameaça financeira do autor que tirou o veículo da comunicante, tirou dinheiro, não paga as contas, tudo para constranger a comunicante a ficar quieta e a não tomar providencias.*

No prontuário da criança há também a documentação do Instituto Médico Legal, o qual apresenta um relatório da psicóloga do referido instituto que informa que a mãe, **Jóia**, já havia passado no IML para realizar exames de corpo delito, já que sua filha sofrera lesões corporais por parte do seu atual companheiro. Nesta ocasião relatou que a filha, **Diamante**, *sofreu abuso sexual por parte dele, que não é seu pai biológico, tendo tomado conhecimento seis meses antes*. De acordo com relatório, na época a mãe explicou a psicóloga que não queria fazer a denúncia por medo de retaliação por parte do agressor, mas que se separou em seguida. Para a psicóloga, **Jóia** estava alterada e afirmou ter sido agredida por seu companheiro. Na avaliação psicológica da criança, a mesma profissional do IML escreve: *conforme relato da criança, houve uma única investida sexual de seu padrasto, mas guardou segredo por bastante tempo por não querer atrapalhar o casamento da mãe*.

Durante a entrevista, **Diamante** chorou muito e dizia se sentir, como filha mais velha, responsável pelo que estava acontecendo com sua mãe. Ao mesmo tempo estava assustada com o descontrole que a mãe demonstrara, ressaltando que *seu tom de voz era o oposto dela, que fala baixo e se diz perdida no meio da situação caótica que se estabeleceu*, especialmente pela falta dos recursos materiais que eram financiados pelo padrasto, o que a faz sentir-se culpada. Tanto a mãe, quanto a filha estavam atravessando necessidades de muitas ordens, principalmente de atenção em psicoterapia para que se sentissem acompanhadas no enfrentamento da situação.

A dimensão etnográfica deste trabalho amadureceu no processo de identificação com o campo, quando, em conjunto com a equipe técnica do Programa elegemos este caso para integrar a pesquisa. Compreendia ali que estar em campo me desafiava a entrar num movimento dialógico com os/as profissionais, para que pudesse “colher” as informações pertinentes à família em pauta, que se encontrava em processo de acolhimento. Foi no decorrer das visitas domiciliares realizadas pelos responsáveis do Programa, com o objetivo de marcar a entrevista inicial, que **Jóia** falou sobre o abuso sexual que a sua filha havia sofrido, para inserir a sua própria experiência.

Conforme o entendimento dos profissionais envolvidos, **Jóia** não demonstrava resistências para sua história, o que autorizou a minha participação como observadora, na entrevista de acolhimento, a partir da mediação da assistente social responsável pelo caso. Conheci **Jóia** sentada na sala de espera do Programa, onde bichos, árvores, livros infantis, cadeirinha pequenas sobre um tapete colorido faziam parte do cenário. Ela trazia a sua bolsa apertada junto ao colo e mexia no celular. Sua aparência retratava, aos meus olhos, uma

mulher que expressava cuidado de si, com adereços que realçavam a sua feminilidade. Nesta mesma sala recebi muitas mães, talvez por essa razão eu tivesse olhado **Jóia** como a uma imagem deslocada daquele contexto, evidenciando um desconforto corporal em função do espaço da “cadeirinha” onde aguardava o atendimento. É como se ela não fizesse parte da peça em curso ou não se reconhecesse naquele lugar destinado ao cumprimento de políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes. Aproximei-me com cuidado e ao me apresentar pude me reconhecer implicada naquele encontro. Ali éramos mulheres e mães. **Jóia** pediu desculpas pelo pequeno atraso e se justificou com razões pertinentes às rotinas domésticas.

Convidei-a para a sala de atendimento e ao sentarmos em volta de uma mesa redonda, lhe informei a respeito do sigilo das informações compartilhadas, para que se sentisse protegida naquele espaço de atenção individualizada. **Jóia** deixou transparecer um sorriso largo em seu rosto, ao mesmo tempo revelou claramente sua indignação com tudo que estava acontecendo e não economizou palavras e gestos para expressar sua tristeza, o modo como as inquietudes dos fatos transformaram o cotidiano de sua família, a partir da denúncia formalizada e da separação do casal.

Contou-me que *já estava separada a sete meses de **Calcário**, porque não poderia mais viver com ele depois da safadeza que ele fez com sua filha mais velha, que não é filha biológica dele. **Calcário** é o pai de suas duas filhas, as mais novas, por isso ela ainda não sabia como tudo vai ficar após o episódio. **Jóia** é uma mulher bonita e parecia ser conhecedora de sua beleza; demonstrava uma singular articulação ao expressar o que sentia e o que pensava, por entender do que precisava para alcançar seus desejos. Contudo, falava com muita dor o quanto estava sendo difícil *deixar de ter a família com que sempre sonhou*. Naquele encontro ela relatou os passeios que faziam juntos, as brincadeiras que tornavam as relações familiares permeadas de afetos, companheirismo, alegrias. Então, olhou sem direção e perguntou *como seria de agora em diante, com o sofrimento causado pelo abuso que assombrou sua vida e de suas filhas, porque ainda amava seu ex-marido*.*

Enfatizou suas dificuldades financeiras com a separação do casal e o quanto estava tentando superá-las, quais os caminhos que já estava percorrendo, mas não escondia o cansaço. Começou a chorar para me dizer que estava dependente de remédios para poder suportar tanta dor e encarar a solidão naquele momento tão difícil. Na continuidade de sua narrativa ela diz: *fui morar com **Calcário** quando **Diamante** tinha um ano e nove meses. Desde então, ele cuidou da menina como se fosse sua filha e ambos se tratavam com muito*

*amor e carinho, o que me encorajou a ter duas filhas com **Calcário**, **Rubi** de oito anos e **Brilhante** de cinco. Com o que aconteceu eu me afastei repentinamente dele e por isso me sinto muito triste, preocupada.*

Com falas entrecortadas que as vezes pareciam sem nexos, **Jóia** me contava *que no ano de 1999 tinha uma família de inquilinos em sua propriedade, na qual havia uma menina de treze anos que se apaixonou por seu marido. A mãe da referida adolescente registrou um Boletim de Ocorrência contra **Calcário** e alegou abuso sexual. Durante este processo, conta **Jóia** em voz alta e marcante, como se precisasse lembrar a si mesma este fato, *eu omiti propositadamente em meu depoimento, na delegacia, fatos que prejudicariam meu ex-companheiro, em detrimento da adolescente envolvida. Ao se defrontar com a experiência vivida por sua filha, ao reconhecer a “repetição” do ciclo geracional passou a acreditar que **Calcário** seduziu a garota, deixando transparecer sentimentos de culpa por não o ter denunciado por abuso sexual. E se pergunta: *será que não poderia ter evitado que ele fizesse isso com a minha filha?* As desconfianças em torno de seu ex-marido e suas investidas sexuais contra crianças e adolescentes não se resumiam a estes dois casos. Pesquisando a trajetória dele descobriu que o mesmo estava envolvido em outras práticas de abusos sexuais: *uma com a sobrinha dele, de quatorze anos, que frequentava sua casa; numa das vezes em que foi pernoitar com eles, durante a madrugada, minha filha **Rubi** flagrou seu pai e a prima se beijando. Na manhã do dia seguinte, **Jóia** reconheceu um comportamento estranho em sua filha e questionou-a. Aos prantos sua filha contou o que havia visto na noite anterior. Novamente exprime sua culpa *por não ter enxergado o que aparecia aos meus olhos, por não ter encarado os fatos e assumi que estava diante de um pedófilo; o quanto fui adoecendo por estas situações que a família vivenciava, razão que me levou a utilizar tanta medicação para suportar esta realidade. Para **Jóia**, naquele contexto precisava aceitar a proposta de acompanhamento que o Programa lhe oferecera, mas queixava-se da forma como foi atendida pelos órgãos que acolhem as denúncias, entendendo que sofreu preconceitos em decorrência de sua forma de ser e de agir, ao exigir o que entendia ser seu de direito. Não me senti respeitada e ouvida.****

Após essa conversa, nos despedimos calorosamente e marcamos outro encontro para que as entrevistas cumprissem o planejamento destinado à pesquisa. No encontro seguinte a recebemos na sala de espera e **Jóia** disse que se sentia fragilizada e que, por isso, chegara a pensar em não cumprir sua promessa de vir até o Programa. Ao iniciar a entrevista, **Jóia** tinha um sorriso aberto no rosto e então comunicou ao grupo que havia pensado bastante, mas

decidiu aceitar participar da pesquisa. *Sempre me considerei uma pessoa feliz e conversar vai me fazer bem, principalmente agora que estou buscando emprego e já tenho uma possibilidade se concretizando.*

Jóia estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental e nunca trabalhou fora do espaço doméstico; agora enfrentava o desafio de com pouca qualificação profissional entrar num mercado exigente, e assim prover as necessidades elementares de sua família, até que o processo de separação de **Calcário** fosse definido com as novas regras. Persistindo com o sorriso inicial **Jóia** evidenciava certo esforço para demonstrar que estava em condições de assumir sua “nova” vida. Após a separação vendeu seu carro e salientou que era daquele dinheiro que estava pagando as contas mensais para assegurar a sobrevivência sua e de suas filhas, embora soubesse que o recurso não duraria para sempre. Com admissível nervosismo repetiu, muitas vezes: *eu era feliz e não vou deixar que nada abale isso, vou voltar a ser uma pessoa sorridente. Ao que a cena indicava, Jóia precisava acreditar no que dizia.*

Em seguida estava com os olhos marejados para verbalizar o que sentia: *ai, como é difícil ir ao encontro do que nos acontece, das conseqüências do que Calcário fez com minha filha; estou me recordando das outras meninas quando elas o acusaram de abuso, porque, naquele momento, eu preferi ficar ao lado dele, da minha família, da estabilidade que a gente tinha. Que tonta!* Emocionada conta que parecia que tínhamos uma família perfeita, inclusive, isso era motivo de comentários dos amigos que admiravam a nossa convivência; a gente passeava e se divertia muito, nada faltava para nossas filhas. Imersa naquele enredo, só agora percebia que seu relacionamento havia começado a desmoronar desde as denúncias de abuso sexual das outras meninas e que, mesmo que não quisesse assumir que seu marido era o autor responsável, não estava mais conseguindo se sentir feliz e segura ao lado dele. Necessitava de medicações para “aplar suas dores”, para dormir e repousar seu corpo. Observa que tudo nele a irritava, já não conseguia enxergá-lo sem sentir desprazer.

Ao descobrir o abuso sexual cometido por **Calcário** a sua filha, **Jóia** afirma que *isto a impulsionou a tomar a decisão de separar-se, decisão esta que a tempo não estava tendo coragem de assumir.* Foi muito difícil enfrentar as conseqüências de uma separação, e com um sorriso imenso em seu rosto, se diz feliz e que inclusive já está se relacionando com uma pessoa que está fazendo muito bem a ela, sentindo-se apaixonada.

Lembra que a experiência *com o abuso sexual* também fez parte de sua infância: *quando eu tinha dez anos meu padrasto mexeu em minhas partes íntimas e eu me vi muito assustada com aquela experiência, por isso, eu fui imediatamente buscar proteção ao lado*

da mãe. Mas recorda que para sua surpresa, ao contar à sua mãe o que havia ocorrido, *ela preferiu ficar com ele. Até hoje a cena está em minha cabeça, pois vi minha mãe colocando minhas roupas em uma caixa de papelão e me mandando ir sozinha para a casa da minha avó materna.* Chorosa, com a voz embargada, ressalta a profunda solidão que sentia na subida do morro que separava as duas casas, a de sua mãe e a de sua avó. Fala da escuridão que a envolvia quando se viu relegada por aquela que *tanto amava; quanto isto feriu minha alma! Até hoje eu não consegui perdoá-la, pois ela não me acolheu em seus braços quando eu mais precisava que ela me protegesse de todos os males.* **Jóia** entende que *teve sorte*, pois sua avó era uma *boa mulher, carinhosa; de minha mãe nunca recebi o que uma criança precisava, então, eu cresci sendo tratada a base de palavrões, agressões verbais; era constantemente diminuída por ela e eu sempre buscava seu carinho e compreensão; acho que é por isto que até hoje meu relacionamento com ela é distante e sem carinho.* **Jóia** não consegue falar de seu pai. Quando tenta, sua voz sai entrecortada, seus olhos se enchem de lágrimas. Em sua narrativa afirma que mesmo como um casal separado, desde sua infância, seu pai foi muito presente e que se sentia muito próxima dele, cuidada e amada pela figura paterna. Há poucos anos seu pai faleceu, mas deixou uma memória de pessoa importante em sua vida: *um grande pai, eu não quero mais falar sobre ele.*

Nos encontros seguintes, agendados em conjunto, **Jóia** não compareceu. Os contatos ficaram restritos aos telefonemas e ela informava que seu estado de saúde estava preocupante, pois o médico havia diagnosticado um quadro depressivo, que a fazia se sentir sem forças para vir ao Programa Sentinela. Constatamos, em alguns contatos telefônicos, que sua voz estava baixa, anunciando muita tristeza e que, muitas vezes, parecia não compreender o que falávamos. Quando lhe perguntamos sobre a possibilidade de não mais fazer parte da pesquisa, argumentando que entendíamos e respeitávamos a fase que estava atravessando, **Jóia** com firmeza disse-nos que não desejava desistir, apenas não conseguia cumprir os combinados.

Em um dos telefonemas, entre frases chorosas e outras permeadas por forte expressão de raiva ela me perguntou: *pensa que está sendo fácil tudo isto para mim? Pensa que eu deixei de gostar de Calcário? Eu ainda o amo! Isso é muito triste, é uma loucura.* Estava muito emocionada falando da família que não tinha mais, dos sonhos que foram destruídos e dos que não serão concretizados em decorrência do que aconteceu. Isso pode sugerir a impotência que sentia por não ter conseguido manter sua família unida, de acordo com o modelo previsto pela cultura patriarcal: uma família nuclear, de convivência idealizada.

Embora com a pouca vivência em uma família nuclear durante a sua infância e vida adulta, o desejo de ter uma casa com o pai, a mãe e as filhas era evidente em sua fala. Esta concepção é reforçada pelo sentimento de abandono que guarda de sua mãe biológica, de quem reclama não ter recebido carinho, nem amor quando era criança; tê-la mandado embora quando pediu ajuda em consequência do abuso sexual que sofreu com seu padrasto; a falta de convivência com o próprio pai.

Este telefonema aconteceu perto das festividades da Páscoa e esta comemoração pareceu sensibilizar ainda mais **Jóia**, porque trouxe recordações do que faziam nesta época do ano, das viagens que faziam juntos, *de como se sentia protegida, amada quando estava em família, como era bom este sentimento e como isto está lhe fazendo falta*. Falou também *que percebia que sua tristeza e prostração estavam influenciando suas filhas, e que todos estavam sofrendo, mas que não conseguia fazer diferente*.

Em um dos encontros marcados e que **Jóia** compareceu nós pudemos conversar sobre a possibilidade de gravação das entrevistas. Como ela havia autorizado, já naquele dia eu pensei que a narrativa compartilhada estava sendo gravada, mas, ao final constatei que o gravador apresentava problemas e não registrou o nosso encontro dialógico. Recuperei as informações, novamente, a partir de meu diário de campo, parceiro permanente nesta aventura. As anotações me ajudaram a perceber que foi a **Jóia** a mãe que mais me aproximou da complexidade destas violências, pois o conteúdo de suas narrativas evidenciava as sequelas produzidas pelo sofrimento, especialmente quando este sujeito vem de uma experiência familiar que considerava feliz. Reconstruir outros referenciais para o arranjo familiar, resgatar o seu papel feminino nesta relação, reconhecer suas ação protetora a sua filha violentada, deixar de amar o agressor, perdoar sua mãe, entre outras vivências, não pode se efetivar de forma mágica para um ser humano inserido nesta rede de relações e acontecimentos. **Marias, Constelações, Diamantes, sejam quais nomes tiverem...** Mulheres, muitas violências e diferentes processos de dominação que resultam da força viva de uma cultura patriarcal, a qual constituiu cada uma de nós, cada um dos outros, para solidificar nosso-ser-junto-no-mundo (Maffesoli). Nos afazeres domésticos, nas relações situadas entre os pares, nos detalhes escondidos de um protótipo de família feliz e harmoniosa, nos recôncavos de suas relações de proteção e abandono, da falta-presença de cuidado, de não-lugares vividos e negados. **Jóia** se despediu do seu jeito porque não conseguiu mais comparecer aos encontros acordados.

3.4 MARGARIDA

MARGARIDA, 37 anos, de cor branca, natural do Paraná, estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. É professora e se confessa de fé evangélica; casada desde a juventude é mãe de dois meninos e de uma menina, com idades de 15, 10 e 3 anos. Seu esposo tem emprego fixo, pois trabalha como marceneiro e vidraceiro, embora com um salário mínimo, o que proporciona viver com restritas condições além do que é básico. Reside na periferia da cidade, em casa própria, de madeira. Tem o abuso sexual como vivência a partir da própria experiência, de uma de suas irmãs, de sua sobrinha e de sua filha, vidas sensivelmente entrelaçadas pelo irmão, que é acusado de abusar sexualmente de todas. Este caso foi encerrado do Programa em 18 de dezembro de 2007, por entendimento técnico de que foram alcançados os objetivos propostos e possíveis.

O caso da filha de **Margarida, Pétala**, de cinco anos, deu entrada no Programa Sentinela em 30 de outubro de 2003, após um encaminhamento do Conselho Tutelar. No relatório situacional que justificava tal medida, encontrei as seguintes informações:

*No dia 30 de outubro de 2003, a mãe veio solicitar ajuda psicológica para a filha **Pétala**, pois esta foi vítima de abuso sexual praticado por seu irmão, tio materno da criança. Ela informa que o irmão tem mais ou menos 48 anos, nunca se casou e mora com o próprio pai. Já abusou sexualmente de cinco meninas da família. Salienta que já registrou a denúncia através de um Boletim de Ocorrência, que levou a filha para fazer exames no IML, onde não foi constatado o estupro, mas que isto não lhe retira a certeza do abuso sexual sofrido por sua filha e tendo seu irmão como autor. A mãe relatou ainda que sua irmã que é deficiente mental foi abusada recentemente pelo mesmo irmão, já que reside com o pai na mesma casa, lugar onde os abusos ocorrem. **Margarida** informa que numa das visitas realizadas a casa paterna, sua filha **Pétala** e seu outro filho de 10 anos foram brincar na roça. Ao retornarem da brincadeira, **Pétala** comentou que o tio pediu para ‘namorar’ com ela. Assim é o relato deste episódio que foi descrito pela mãe: que o tio a puxou e a levou para um lugar; que o tio ‘tinha um pau’ e disse que queria namorar com ela, mas ela respondeu que não; que ele tirou sua saia e sua calcinha. Ele tirou o calção e colocou o ‘pinto na minha perereca’; que só depois ele colocou uma camisinha. **Pétala** diz que sentiu dor porque ele ‘esfregou o pinto em sua perereca’; que ele lhe deu um beijo na boca e passou a mão em seu rosto. Ela pediu para ele parar, mas ele não parou; que o abuso terminou com o tio a*

*ameaçando, impondo que **Pétala** não contasse nada para sua mãe, para que ele não fosse preso. A mãe salienta que também sofreu abuso sexual quando tinha 12 anos, e que este irmão foi o seu violentador.*

Esta é uma mãe que também conheci durante o processo de acolhimento do caso junto ao Programa Sentinela, quando ali trabalhava como assistente social responsável pelo mesmo, no ano de 2003. Lembro-me do impacto que me causou a sua história de abusos sexuais intrafamiliares, quando tive acesso ao relatório enviado pelo Conselho Tutelar, com o conteúdo acima descrito e desde aquela época, uma pergunta insistentemente fazia parte de meus afazeres: como esta mãe permitiu que sua filha ficasse em situações de vulnerabilidade para ser violentada por seu irmão, já conhecido como abusador, através de sua própria história?

Ao encontrá-la na entrevista de acolhimento reconheci **Margarida**. Uma mulher de estatura baixa, muito magra, cabelos longos devido à religião que postula, com olhos expressivos e que fala sem constrangimentos o que pensa. Lembrei-me de como me incomodava seu jeito prolixo para narrar o que acontecera naquele contexto e como isso dificultava o entendimento do que estava falando e atropelava as possibilidades de diálogo. Contudo, seu discurso não deixava dúvida de que ela acreditava no relato de **Pétala** e que estava pronta para protegê-la no que fosse necessário. Era esse o meu olhar dirigido a **Margarida**.

Na tessitura dos enredos que foram sendo construídos durante o tempo de acolhimento, **Margarida** falava com desenvoltura sobre o que pensava a respeito de seu irmão. *Ele usa drogas ilícitas e bebida alcoólica, não me conformo, sofri abuso por um longo período, isso que eu tinha só onze anos quando essas coisas começaram a acontecer. Que horror!* Indignada e magoada expressava, através de seu corpo miúdo, a dor de um tempo que se repetia agora com a sua filha, tendo o mesmo abusador como pivô destes episódios. **Margarida** ressaltava o papel de abusador de seu irmão, informando que *sobre ele recaiam várias acusações de abuso sexual, inclusive envolvendo mais duas sobrinhas minhas. Queixava-se que, apesar das várias denúncias contra ele, nunca foi feito nada para que ele parasse.*

Com imensa tristeza que transparecia em seu semblante, ela lembrou *que sua mãe faleceu há quatro meses, em decorrência de um acidente de trânsito; ela estava na garupa da moto de um de meus irmãos e não resistiu as ferimentos.* Diante da ausência materna em casa, seu pai ficou sozinho e ela, como uma das filhas entre as quatro irmãs decidiu assumir

os afazeres domésticos. Para tanto, **Margarida** se mudou para a casa do seu pai, enquanto seu marido vinha ficar com eles periodicamente, já que ficou cuidando da habitação do casal. Ela diz: *no mesmo terreno do pai tem casa desse meu irmão que faz os abusos sexuais, mas ele vem pouco na casa do pai, nosso convívio, do restante da família com ele é muito raro. Numa destas visitas, relata Margarida, ele convidou Pétala para passear no pasto; mas eu acreditava que ele não seria capaz de abusar sexualmente da pequena, por isso eu deixei ela ir no passeio com o desgraçado.* Então, no retorno do passeio e ao avistar a filha, **Margarida** disse que *se encheu de preocupação* e passou a questionar **Pétala** com insistência, para que ela contasse como foi o passeio com seu tio, sobre o que falaram e fizeram.

Foi aí que ficou sabendo pela filha *que o tio quis namorar com ela.* Emocionada narrou o desespero que lhe invadiu a partir desta informação trazida por sua filha e assim, imediatamente foi buscar ajuda junto ao seu pai, pedindo-lhe uma intervenção *naquela tragédia que se repetia.* Lembrou-lhe que não foi diferente quando sofreu os abusos sexuais do mesmo irmão e que seu pai nada fez naquela época. Novamente sentiu o abandono paterno e mesmo assim permaneceu naquela casa, cuidando de seu pai e dos afazeres domésticos. Numa tarde, enquanto descansava após ter realizado todos os serviços domésticos, sem que ela percebesse seu irmão abusador levou novamente sua filha até um pasto próximo e, de acordo com o relato de **Pétala**, *gozou entre pernas dela.*

Margarida diz que esta foi a situação limite para o rompimento com aquelas pessoas. Sua indignação e sua revolta falaram mais alto, ela deixou a casa do pai e retornou a sua. Então se dirigiu ao Conselho Tutelar, conjuntamente com o irmão que é responsável por sua irmã, com deficiência mental, para denunciar os abusos sexuais cometidos pelo outro irmão. A partir desta ação veio à tona a revolta e a indignação que guardou durante anos, convivendo silenciosa com as violências sofridas. Não consegue, enquanto fala separar o acontecimento do passado, em que ela foi a vítima, deste que agora afetou a **Pétala**, mesclando detalhes que envolveram as duas. Relembra com carinho a importância de sua mãe em sua vida, com quem vivenciou relações de mútua consideração e respeito. Destaca que quando ela era presente em sua vida parecia que tudo era mais fácil, porque ela a apoiava.

A falta que sentia de sua mãe se misturava com as responsabilidades assumidas para cuidar de seu pai, o que justificou a sua mudança de casa, o provisório abandono de seu marido e o impedimento de continuar usufruindo da parceria diária com ele. Neste dia reclamou da suposta ingratidão de seu pai: *trabalhei muito na casa dele e mesmo assim ele*

não se preocupou com a segurança de minha filha, permitindo que meu irmão frequentasse a mesma casa. Novamente **Margarida** trouxe à cena o que já havia compartilhado em outro encontro, como se precisasse manter viva a memória das violências que atravessou a sua infância. Angustiada afirmou: *quando eu era pequena não senti a proteção que esperava dele quando estava sendo abusada por meu irmão; tinha um silêncio em volta desta situação, o que me maltratou muito e eu não encontrei espaço dentro da minha família para que pudesse gritar e pedir ajuda para denunciar aquelas violências.*

Margarida não pode deixar de fazer associações com as dificuldades que enfrentava nas relações sexuais com seu marido, pois considerava que estas eram reflexos da maneira como a vida sexual lhe foi apresentada, através de atos que ela não compreendia que provocavam dores, que geravam culpas porque era o seu irmão o violentador de sua infância. Considerava-se uma pessoa nervosa, que não conseguia se sentir tranqüila. Pela primeira vez faz referência ao seu esposo ao identificá-lo como uma pessoa muito calada, o que, para ela, se configura como omissão de sua parte, em relação a tudo que estão vivendo. O acusava de estar muito afastado dela: *entendo que seu comportamento revela um tipo desprezo direcionado a mim como mulher.* Ao mesmo tempo reconhece as dificuldades que está gerando para que as outras pessoas possam conviver com ela e enfatiza que seus *comportamentos* dificultam em demasia a sua convivência familiar e social.

Durante os atendimentos posteriores ao acolhimento, a relação com **Margarida** foi se tornando mais próxima, o que facilitou o compartilhamento dos detalhes que conformaram as violências sofridas no passado e que não considero necessárias ao texto. Não há por parte da pesquisadora a intenção de espetacularizar a dor do outro, para com isso dar sentido a sua escrita. Mas, destacar aspectos que foram autorizados em nossos encontros, como por exemplo, o fato de **Margarida** se considerar uma pessoa que cresceu com o sentimento de rejeição familiar, principalmente pelo pai, a quem descreve como um sujeito rígido e com problemas de relacionamento. Também se definia como uma mulher que sentia medo, que era insegura e nervosa, mas apontava sua luta em torno do que queria: *quando soube do abuso da minha pequena eu vi minha história retornar, então decidi que não iria me calar como fez minha família quando soube do meu abuso sexual.* E logo refletia que seu casamento era feito de muitas diferenças significativas entre o casal, por isso, achava que seu marido a desprezava. Fazia questão de tornar público que amava seus filhos, porém, suas fragilidades físicas e emocionais a faziam considerar que não tinha condições para cuidar e

lidar com eles. Durante sua permanência no Programa, **Margarida** teve várias crises de depressão e continuou sob acompanhamento psiquiátrico.

Como trabalhei no Programa Sentinela em que fiz a minha pesquisa, não pude deixar de sentir certa responsabilidade técnica enquanto estava mergulhada no campo, o que me convidava todo o tempo ao estado de vigília necessário para *estranhar o familiar*. Nas entrevistas, nas visitas domiciliares, nas conversas de corredores brotavam em mim um excesso de questões que geravam mais precisão de entender o lugar das mães na proteção de suas filhas. Enredadas em episódios de violências essas mulheres-mães mostraram como vivenciavam, cotidianamente, a dor das próprias violências vividas na pele e na alma, da falta de proteção de alguém da família, do descaso que sentiam quando contavam sobre seus dramas e as pessoas com quem conviviam nem sempre oportunizavam uma escuta sensível.

Reencontrá-las agora, como pesquisadora, criava um misto de gratificação e responsabilidade porque, afinal, elas estavam dividindo comigo informações preciosas de suas histórias de vida. Para elas, o processo de atenção do Programa é feito de contradições porque, ao mesmo tempo em que acolhe suas dores e esclarece dúvidas, encoraja a busca dos direitos e a permanência nas atividades, carrega nas tintas dos julgamentos, que nem sempre ajudam na superação dos dilemas. Mas, consideram imprescindível o fortalecimento institucional do mesmo, para que continue a efetivar políticas públicas essenciais às crianças adolescentes e seus familiares. Ali se oportuniza a percepção de situações importantes de suas vidas, com nuances diferentes daquelas conhecidas, o que, de alguma maneira contribuía para minimizar a dor do presente.

No intervalo de nossas biografias em movimento, em que percorremos caminhos e direções dessemelhantes, **Margarida** teve mais um filho e se sentia exercendo sua maternidade de forma mais completa. Se o espaço familiar com seus atributos não conseguia assegurar relacionamentos inteiramente protetivos e vínculos de confiança, nem por isso deixaram de ser relevantes para todos os envolvidos neste enredo que hoje se faz texto. Momentos singulares foram marcados por experiências de abrigo e proteção, de contatos carinhosos que não provocavam dores, de aprendizagens fundamentais para que se tornassem as adultas de agora. As relações com o sexo masculino aparecem desde sempre mescladas por desconfortos. **Margarida** o exemplo de quando conheceu seu esposo e começou a namorá-lo, lembrando que seu pai não conversou com ela a respeito do que achava do namoro, como se não tivesse nenhuma obrigação com esse momento da menina que tornar-se-ia uma mulher casa.

*Ah, o pai sempre foi muito fechado com a gente. Ele gostava muito de mandar e quando eu e o **Caule** começamos a namorar, meu pai não correu com ele como fez com os outros. Daí ele pegou as coisas dele e foi prá lá morar com a gente, tudo junto. A gente tava namorando cada um no seu quarto, aí o pai falou: **Caule** namorando e morando na mesma casa eu não quero! Eu quero que se casem logo! Só que ele não chegou a falar prá gente isso.*

Para Riccota (1999: 13), as violências que atravessam as relações familiares trazem consequências generalizadas pelo seguinte, *quando as pessoas se relacionam, são capazes de gerar um grau de tensão em função de seus conflitos, frustrações e insatisfações, a ponto de promover gestos, atos e situações violentas na convivência.* **Margarida**, por exemplo, narrou como foi arrumado seu casamento, de que forma ele iniciou, qual a sua não participação nos encaminhamentos, o que oportuniza a reflexão do contínuo processo em que a cultura patriarcal exerce sua influência. Seu destino foi traçado por outros e ao se dar conta desta realidade demonstrava tristeza porque entendia que era também uma forma de violência, que acarretava humilhações. Sua vida, seus desejos, seu corpo não lhe diziam respeito, não incluía o direito sobre ele. Há uma prescrição dos papéis familiares com a prevalência dos valores patriarcais, o que denuncia a rígida divisão que assinala os laços intrafamiliares os abusos que são permitidos para garantir as diferentes funções previstas para homens e mulheres. Diz **Margarida**:

*Fomos no cartório pra ver se dava pra casar porque eu já tinha dezoito e o **Caule** tinha dezessete. Eu sou um ano e quatro meses mais velha que ele. No cartório a gente queria saber se lá faziam o casamento com um rapaz de dezessete anos. Daí, a guria da informação, falou que fazia. A gente noivou, logo em seguida. Eu não tava entendendo aquilo ali! Porque daí, no final, o pai começou a me pressionar e disse assim: tá bom, se é assim mesmo, se tu não tá junto com ele, não tá grávida, nada, tem que esperar ele fazer dezoito anos. Eu fiquei com um pouco de raiva do pai, porque eu passei aquilo ali por culpa dele, ora, se eu podia morar junto ali com um monte de rapaziada, eu não podia morar junto com meu namorado? O plano era a gente ficar se conhecendo, pra deixar o **Caule** servir o exército, pois pra gente adquirir alguma coisa na vida é assim, depois casar! Aí o **Caule**, que é mais novo do que eu, queria que eu esperasse ele fazer uns vinte e um anos, vinte anos, vinte e um. Não tinha*

pressa assim de casar! A gente achou melhor então fazer como ele tava dizendo.

Mães, mulheres, meninas subjetivadas por desejos e imposições que gravaram feridas em seus corpos com almas, feitos de misturas humanas nem sempre humanizadas. Suas narrativas dão a tonalidade de suas histórias tramadas em desencontros e encontros que oportunizaram o exercício de romper com paradigmas até então utilizados, para compreender também as (im)possibilidades do tempo-espaço de ser-aqui. No drama de suas filhas, seus próprios dramas ganharam feições definidoras destas violências e os veredictos foram tornados públicos com o julgamento institucional de que não são “mães protetivas”. Sentiam que as exigências destinadas às funções maternas tinham por objetivo encaixá-las em conceitos fechados, bipolares, que negavam lugares sociais e afirmavam culpas. Como não se sentir visceralmente feridas em sua humanidade? Como se sentir merecedoras de outras oportunidades?

Permanecer diante da dor do outro durante a pesquisa, entre outras coisas me ajudou a rever os conceitos introjetados na minha formação para me transformar em uma profissional do Serviço Social, a quem cabe acolher denúncias e verificar a veracidade dos fatos junto aos Programas. Aprendi a construir reflexões pautadas pela complexidade que dão os contornos das violências intrafamiliares, determinante para gestar encaminhamentos mais acolhedores. A constituição dos sujeitos numa cultura patriarcal é marcada por hierarquias verticalizadas que sobrepõe uns a outros, assim, se não houver uma escuta sensível para qualificar os atendimentos, os sofrimentos não terão lenitivos mais imediatos. Na dor do outro a ambivalências das relações humanas, necessárias e abjetas a um só tempo, o que torna o enfrentamento das práticas de abuso sexual nada simples de se concretizar. Como relata **Margarida,**

a gente gostava tanto desse irmão, mas o tipo de pessoa que ele foi deixava a gente traumatizada. Olha, eu não sei se eu tenho pena ou se eu tenho raiva, sei lá. Toda vida ele nunca fez nada! Era sempre um santo e um demônio porque fazia novas vítimas, mas um santo! Abusou da pequena, mas quando foi feito exame, não deu nada. Ele não era violento! Não é, ele vai, como se diz, na maciota; comigo ele foi ignorante, porque a gente discutia em casa. Daí ele era violento no palavrão, né!

Numa convivência familiar desenhada pelos abusos sexuais, a infância de cada uma delas ficou apartada da criança que consumia sua inocência diante da brutalidade dos homens que as violentaram por um longo período, que inscreveram marcas em suas corporeidades. As consequências são plurais, feitas de silenciamentos e medos que repercutem na condição adulta, com outras ameaças que falam: *a violência oprime, instiga o medo, promove o abandono, tortura psicologicamente, controla a liberdade do comportamento e da conduta* (RICCOTA, 1999:14). O que se pode exigir dessas mulheres-mães? Que lugares se colocam os profissionais no âmbito de suas funções no Programa? Como perspectivar que estas violências sejam encaradas com toda objetividade? Talvez o relato a seguir nos ajude a saber,

Eu tinha mais ou menos uns cinco/seis anos, eu lembro! Faltou luz e nós tava no Paraná, outra cidade. Eu me lembro que ele me pegou no colo e ficava me apertando assim, nas partes dele assim. Mas, pra mim era normal, só depois eu fui entendendo; então aquilo lá, aquela vez que eu senti assim, aquela coisa no meio das minhas pernas, dura, era isso que ele fazia. O negócio dele era que ele via que eu que eu tava achando estranho, daí ele ia de noite lá! Acordava, ele já tava já ali na cama. Aí, ele se satisfazia assim, lambuzando minhas pernas, então voltava pra cama dele. Eu ficava ali, naquela situação. De manhã, quando eu acordava, aquilo ali tava seco em mim. Eu devia ter um catingão quando eu acordava de manhã assim, pois só ia tomar banho à tarde. Ah, isso passou nos seis, sete anos, até os onze. Isso não é normal eu pensei assim. É coisa de homem, de certo. Teve uma época que eu cheguei a contar, ele ia lá uma noite sim, uma noite não. Ele ai quando todo mundo dormia, às vezes eu tava dormindo e ele me acordava, às vezes eu nem acordava. Teve vezes dele me pegar na minha cama e me colocar na cama dele.

Nas trajetórias de vida está a oportunidade de reescrever acontecimentos, entre os quais, aqueles que dizem respeito à transgeracionalidade do risco nas relações estabelecidas pelos modelos familiares. Não é, portanto, a abordagem de uma história individual, mas a história coletiva de subordinação sexual das mulheres. Em cada dia, em cada noite uma menina é ainda submetida aos caprichos de seu abusador e cresce em ambientes de extremas violências. Muitas nem são ouvidas e não tem reconhecida sua narrativa de sofrimentos, portanto, vivem anos alimentadas por ansiedades até que naturalizam o bizarro.

*Só sabia que era coisa de home, homem que faz isso com menina devia fazer com mulher. Não entendia o que acontecia. Uma vez ele tava vindo e daí a minha irmã tocou ele: ô **Espinho**, o que tu tá fazendo aí? Eu dormia no beliche, em cima, e ele tava subindo lá. No outro dia foi o comentário, mas logo depois ninguém mais comentou! Uma vez aí eu caí na real e disse assim; não, isso aí não é normal! Eu vou fazer alguma coisa, por que ninguém tá fazendo nada. Ouvia dizer que com doze anos ia ficar mocinha, que podia ficar grávida, não sei o quê! Ai eu disse assim; eu vou acabar ficando grávida desse rapaz. Criei coragem e briguei com ele, discuti feio com ele, mas ele só me ridicularizava com palavrão.*

O abuso sexual se constitui, por suas características, como um fenômeno extremamente impactante e seus excessos são garantidos pela teia que aprisiona aquele que é submetido ao gozo do outro, experiência permeada por relações de dominação e de recusa do lugar de sujeito para as mulheres. Nesse campo, compreender as questões que envolvem gênero e violências tem centralidade porque não é possível camuflar a desigualdades entre homens e mulheres. De um ponto de vista ético é indispensável reconhecer, como profissional e como pesquisadora, as alterações que provocaram as escolhas destas mulheres, com as possibilidades que encontraram nos Programas Sociais em que estavam inseridas, ainda que delineadas de forma obrigatória. Elas permanecem angustiadas, as violências não foram apagadas de suas memórias.

*Há uma angustia tão grande, uma coisa assim... Meu Deus, eu fico pensando no momento em que eu recebi a notícia: o **Espinho** morreu! Parecia que eu ia ganhar na loteria! Me dá a impressão sempre que ele vai vir, vai pegar a minha filha e fazer mau! A gente lê muito a bíblia, lá fala que a gente tem que amar até nosso próprio inimigo, mas não é fácil.*

Saffioti (2004: 23) expõe que *as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização de culpa.* Nos encontros com as pessoas que generosamente se dispuseram a participar desta pesquisa, de forma sistemática vi renascer argumentos questionadores daquilo que banalizavam. Nas ambigüidades das narrativas, no contraditório das informações, no conhecimento do desconhecido, ora conexo, ora desconexo, a pesquisadora renascia nos braços das intersubjetividades para entender que não se pode definir o ser

humano, apenas configurar suas atitudes na comunidade em que vivem. O reconhecimento das fronteiras entre todo e parte é tênue e os relacionamentos envolvem afetos matizados pela história cultural dos sujeitos, o que os faz, inclusive, autores de violências.

Eu queria que ele fosse preso na época, agora eu acho que se eu pensar assim, não, ele tem que ser preso, eu vou acabar ficando louca! Ele tem advogado para deixar ele em liberdade. Penso que é melhor deixar rolar porque, talvez, se eu tivesse dinheiro pra pagar um advogado a coisa seria diferente. Ele não vai mais lá em casa, o ruim é responder o que ele pergunta, e eu já viro as costas, deixo ele lá, ele também não insiste muito. Eu acho que Deus trabalha muito assim, na minha vida. Porque fazer ter as atitudes que eu tenho, só Deus mesmo prá movimentar tudo isso. Conseguir apertar a mão dele, olhar o rosto dele, conversar e olhar pro olho dele, eu não consigo. Não sei se eu perdoei ou se não, na verdade, pensando bem eu perdoei porque ele não machucou ela. Quando fui fazer exame não deu nada, mas fica a falta de respeito, aquele medo dele continuar...

Nesta narrativa a ambivalência pede licença para participar da vida destas mulheres vítimas de abusos e que, pela referência traumática recorrem a estratégias de adaptação passiva, na maioria das vezes. Uma das intenções, ao escolher histórias de vidas narradas por mães que sofreram abuso sexual na infância, era desvelar, na provisoriamente do texto, a complexidade de um estudo sobre violências, especialmente quando se quer retratar o cotidiano de mulheres-filhas e meninas-mães. Poder pensar sobre o significado da singularidade de cada caso e destes em afinidade com o coletivo, como tentativa de perceber e religar alguns fios da teia que emaranha o fenômeno das violências nas interações sociais. Quais as repercussões para o ser humano em particular e para a sociedade? As histórias de vida apontam as fragilidades das instituições responsáveis pelo Sistema de Garantia de Direitos? Que referências estão sendo ensinadas às crianças para que possam cuidar da sua sexualidade?

Muitas perguntas, com respostas em curso. Pertencemos a uma sociedade que não cuida dos seus filhos, mas que os deixa abandonados na própria Pátria em que nascem para tornarem-se adultos. Pensar as estratégias instituídas e consideradas necessárias para a inclusão destas pessoas, no acolhimento de suas demandas, requer outro olhar sobre o planejamento das intervenções e dos objetivos de proteção às mulheres vítimas de violências.

Esta dissertação provocou meu deslocamento conceitual ao me oportunizar o conhecimento destas histórias pesquisadas, à medida que me obrigava a olhar o campo de um outro jeito para capturar os pormenores das violências.

Como nos ensina Morin (2003:11), é necessário para a nossa humanidade raciocinar em torno de um futuro planetário, com uma qualidade de vida implicada mutuamente para se dar conta dos desafios inerentes às nossas escolhas, muitas delas predatórias. Ou seja, *saber quem somos o que nos atinge, o que nos determina, o que nos ameaça, nos esclarece, nos previne e o que talvez possa nos salvar*. Isto me parece importante pelo fato de situar o que é primordial para aperfeiçoar as políticas públicas de atenção primária. A prioridade é a vida. As certezas não podem pretender adequar todas as vidas em uma só caixa, por a história de cada uma delas é imbricada na dinâmica existencial. Nesse sentido, o projeto que fez germinar esta dissertação buscou na solidariedade das histórias que se desnudaram através das narrativas, a medida e o tamanho do possível. As entrevistas e outras informações coletadas nos prontuários proporcionaram percorrer este caminho complementar, sempre sinuoso, sem um ponto de chegada que possa esgotar a fluxo dos acontecimentos.

Em cada uma destas mulheres-mães, no conteúdo de suas vivências, na agonia da superação das dores incorporadas, na tragédia revisitada permanece a responsabilidade da sociedade, seja por sua omissão, seja pelo que realiza, seja também pelas fragilidades de suas políticas.

Tudo pode ser terminado e inconcluso...

Voltar a olhar bem, isto é, voltar o olhar mais para a literatura do que para os dicionários, mais para os rostos do que para as pronúncias, mais para o inominável do que para o nominado. E continuar desalinhados, desencaixados, surpresos, para não continuar acreditando que nosso tempo, nosso espaço, nossa cultura, nossa língua, nossa mesmidade significam todo o tempo, todo o espaço, toda a cultura, toda a língua, toda a humanidade.

Carlos Skliar.

Acredito que aquilo que começamos pode ser terminado, embora eu não possa concluir os versos e anversos que dizem das violências, de maneira particular do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes e marcadamente contra meninas e mulheres. Terminei um projeto iniciado em 2007, acalentado desde muito tempo na rebeldia de não aceitar a normalidade dos acontecimentos, mesmo sem finalizar a dor compartilhada com os sujeitos desta pesquisa e com os tantos anônimos que são violentados diariamente. O que posso agora? Voltar para olhar o meu lugar e o lugar das mães na proteção de suas filhas, mas, desalinhada pela experiência desta dissertação, aberta mais para as hipóteses do que para as certezas, convencida de que o texto das políticas públicas não cumprirá seu papel social se os profissionais responsáveis por sua concretização não transfigurarem o seu olhar sobre o que já sabem e já viram.

É com esse sentimento que agora posso me despedir desta comprida e gratificante trajetória de braços dados com Skliar (2003), reconhecendo-me amorosamente desencaixada dos espaços que me confortavam anteriormente e entendendo que a pretensão de findar o tema pesquisado não me pertence. São meus agora os inevitáveis questionamentos, outras inquietudes, a disposição visceral de percorrer outros territórios fora e dentro daquilo que aos meus olhos teima em se apresentar como provável.

Nesse percurso dividido com muitas pessoas e reflexões tenho comigo alguns aspectos a considerar, apresentados a seguir como síntese possível da formação neste curso de pós-graduação em educação:

- Percorri os caminhos acadêmicos abraçada com os saberes que eu trazia de minhas práticas e com outros que me proporcionaram professores e colegas, para que melhor compreendesse as feições da realidade pesquisada. Neles assumi a condição de aprendiz em parceria e me

coloquei com abertura para avançar por logradouros explicativos que ofertassem condições originais para inovar o meu olhar, para significar de um jeito outro meus afazeres. Surpresa, eu tive que perguntar *onde fica o outro irreduzível, misterioso, inominável, nem incluído nem excluído, que não é regido pela nossa autorização, nem pelo nosso reconhecimento para ser aquilo que já é/ou aquilo que está sendo e/ou aquilo que poderá ser?* (SKLIAR, 2003: 23);

- Reconheci como legítimo o convite para atentar para as sutilezas que transversalizam as relações humanas e principalmente, para o aprendizado que as pessoas em encontro nos oportunizam, senão do modo como esperamos, mas do jeito delas e que nem sempre coaduna com o que desejamos. Afinal, nenhum de nós se dobra inteiramente às expectativas do outro.

- A sistematização desta dissertação me abriu o olhar para o que é vital nos processos de atenção à criança e ao adolescente, inseridos em contextos de violências: a afetividade relacional; a qualidade do acolhimento; a estética na construção do vínculo e da confiança; o papel fundamental dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos para assegurar a ampliação dos espaços institucionais de cuidado; a relevância de práticas que se pautem por uma compreensão da dinâmica complexa que caracteriza as mulheres envolvidas em situações de violências; a importância de uma escuta sensível, que minimize os julgamentos e a recuse a internalização das culpas.

- Durante o processo de pesquisa, o ritual para organizar o diário de campo e a escrita do texto me via enredada pela incerteza de minhas afirmações e argumentos. Isso me leva a pensar que o mosaico construído com as informações coletadas no decorrer da pesquisa não representa uma certeza inabalável, porque a pesquisadora estava lidando com pessoas, inacabadas e indefiníveis desde a sua gênese. A dissertação, como texto pensado escolhe, pois, a dúvida de suas explicações, para dar prevalência ao respeito às famílias em condições de sofrimentos e cuidar para não fazer da tragédia um espetáculo que provoque, por antecipação, o interesse do leitor.

- Estar nos espaços destinados a execução de políticas públicas, como acadêmica, me permitiu renovar a atenção com o *analfabetismo afetivo*, uma conduta que é problematizada por Restrepo (1998: 18). Ancorada na sua importância mergulhei em aportes que me auxiliassem a aprofundar a reflexão acerca do mundo contemporâneo, com suas raízes presas nas práticas de maus-tratos e intolerâncias, tão presente na convivência interpessoal e nos procedimentos que separam **os que ajudam e os que necessitam desta ajuda**. Paradoxalmente, Restrepo (1998:18) ressalta que *cada vez estamos mais dispostos a reconhecer que o tipicamente humano, o genuinamente formativo não é a operação fria da*

inteligência binária, pois as máquinas sabem dizer melhor que nós que dois mais dois são quatro. O que nos caracteriza e diferencia da inteligência artificial é a capacidade de nos emocionarmos, de reconstruirmos o mundo e o conhecimento a partir de laços afetivos que nos impactam.

- Uma das lembranças que guardo desde muito pequena é de como me sinto tocada pelas injustiças e desigualdades, pelas sujeições que a sociedade insiste em inscrever para as mulheres. A vivência de campo despertou em minha alma corpórea uma urgência visceral de denunciar todas as formas de desrespeito imputadas a qualquer pessoa, independente das justificativas que sejam apresentadas. Por isso, problematizar o lugar das mães na relação de proteção com as suas filhas abusadas sexualmente me remeteu a conexão indissociável entre concepções e práticas, para assimilar outra reflexão apresentada por Restrepo (1998:17): *discurso é também um agora que pode encher-se de ternura, sendo possível acariciar com a palavra sem que a solidez argumental sofra detrimento por fazer-se acompanhar da vitalidade emotiva.*

- A realização das entrevistas com cada uma das mulheres participantes se fez acompanhar de diferentes emoções, mobilizadas pelas percepções do que não podia ser dito, pelo reconhecimento mútuo ao olhar nos olhos, tocar as mãos, dividir abraços, gestos que se tornaram significativos para composição deste estudo. Por essa razão, uma das intencionalidades que cumpre esta dissertação é servir como palco para que as vozes narradas tenham destaque.

- Lidar com as dificuldades inerentes ao tema, com sua multiplicidade de significados, também fez parte desta temporalidade de idas e vindas a campo, as aulas na universidade, aos encontros de orientação. Desse modo, a exigência acadêmica para o término do Mestrado em apenas dois anos contribuiu para o não aprofundamento de conceitos e categorias de análises que estão presentes nesta dissertação. O que implica afirmar que este é o resultado possível de um trabalho construído sob condições pouco adequadas para assegurar uma qualidade mais abrangente: a ausência de bolsa, o estar trabalhando durante a formação, o tempo reduzido para cumprimento dos créditos, a pressa constante para dar conta das leituras semanais, os percalços para que as atividades planejadas acontecessem.

- Através das entrevistas e da pesquisa documental para sistematização das histórias de vida foi possível observar que as violências também estão associadas com a situação social, cultural e histórica das vítimas. Alguns fios apreendidos tornaram-se condutores para localizar, nas trajetórias destas mães, os detalhes silenciados no processo de atendimento

junto ao Programa Sentinela, sem ampliar o conhecimento do contexto enfrentado por estas e outras mulheres imersas em contextos de violências.

- O processo de reconhecimento do abuso sofrido pela criança e/ou pelo adolescente e o acolhimento assegurado pelo Sistema de Garantia de Direitos tem início a partir da denúncia realizada. Contudo, no ato profissional de assumir as conseqüências desta denúncia para a dinâmica familiar e social, alguns equívocos comprometem o estudo do caso e a seleção dos encaminhamentos, como por exemplo: o registro nos prontuários é limitado e as observações são repetitivas; o atendimento é orientado por relações verticais de mando e obediência, hierarquizadas pelas autoridades formais que integram o Sistema; as considerações impressas nos atendimentos criam enredos de violências porque culpabilizam as mães a partir de conceitos que particularizam o sujeito. As mães muitas vezes não têm como não enfrentar os ditames da lei e da ordem, então, de alguma maneira investem em atitudes de manipulação, relegam as conseqüências dos abusos, contestam como podem as tentativas de colocar em prova a sua lucidez. Nestas condições parece não sentir diferenças quando adultas encaram a denúncia do abuso de suas filhas. É como se estivessem apenas reiterando o próprio abuso sofrido na infância.

Conforme Volnovich:

de alguma forma, estamos diante de uma verdadeira revitimização do familiar que notifica o abuso quebrando o muro do silêncio ao qual se acomodou. Como são adultos, existe um princípio pouco manifestado, mas profundamente enraizado no imaginário de profissionais da saúde mental, da justiça e até no julgamento popular, de algum grau de responsabilidade que tem o denunciante do abuso intrafamiliar e isso desqualifica, de fato, todo o seu relato (2005:47).

- Talvez seja neste aspecto que reside uma das fragilidades dos Programas Sociais que atendem crianças e adolescentes vítimas das violências. A compreensão epistemológica predominante sugere um esquiteamento das famílias atendidas, do papel designado às mães no processo de atendimento e acompanhamento de seus filhos abusados sexualmente. Elas passam a ser depositárias de exigências, de cobranças, de agendas unilaterais de atendimentos, caracterizando-as como um “elemento inanimado” que precisa responder as requisições impostas para que não sofram as representações legais dos órgãos judiciais, ao considerá-las negligentes.

Por fim, quero enfatizar meu reconhecimento a estas mulheres, que de jeitos muito controversos buscam formas de proteger seus filhos e, como mostra esta dissertação, as suas filhas, principais vítimas dos abusos sexuais. Transfiguradas pelo sofrimento elas precisam de uma acolhida que as identifiquem como sujeitos de direitos, que merecem um atendimento humanizador e um acompanhamento sistematizado que as façam superar qualquer possibilidade de sujeição às violências.

Estas mulheres-mães que sofreram com práticas de abusos, ou que ainda sofrem, estão presentes na vida de suas crias. Como apontou a pesquisa documental, nos prontuários dos casos pesquisados as informações relacionadas aos pais se resumem ao indicativo do nome, da idade, raça, religião, escolaridade, local de trabalho, renda, ocupação, telefone. O ideário da paternidade responsável não toma assento nos procedimentos e os profissionais envolvidos no atendimento sistematizado dos casos acolhidos pelo Programa, quase sempre se sentem satisfeitos com estes dados para a realização de suas intervenções. Não se observa uma exigência da figura paterna, em quase nada responsabilizada por não zelar de sua prole.

Predomina nas instituições uma cultura de normalização dos aspectos que permeiam o cotidiano das populações empobrecidas, ou um desconhecimento por parte dos profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos, da realidade vivenciada pelas famílias atendidas. Percebi que era recorrente o sentimento de baixa importância das mães ao evidenciarem podiam ser ouvidas pelos profissionais envolvidos com a Rede de proteção de seus filhos. Nas entrelinhas das comunicações e mensagens que se estabelecem entre os profissionais e as famílias se delineia uma relação em que a prioridade da fala e da escuta é dada à vítima (no caso do Programa Sentinela, a criança e/ou adolescente). As pessoas que acompanham assumem papéis de coadjuvantes das violências sofridas.

Mas é importante salientar que nós, profissionais, somos sujeitos coletivos, constituídos culturalmente nos espaços de sua formação. Na graduação nunca me ensinaram a grandiosidade de ser amorosa na acolhida do outro, porque o amor não é tema adequado para estar no currículo dos cursos. O cuidado sempre foi confundido com assistência e a reflexão não nos indicava os caminhos para que desenvolvêssemos a empatia, já que havíamos escolhido uma profissão necessariamente cuidadora. Portanto, quando aponto limites do Sistema não o faço na perspectiva acusatória que particulariza o que é social. Avaliar desempenhos técnicos exige que se garantam as condições íntegras de trabalho e incentivo à formação continuada, para que assistentes sociais, psicólogos, pedagogos,

médicos, enfermeiros, administradores, entre outros, busquem alternativas qualificadas para o desempenho de suas funções. Esta é uma decisão vital para quem se ocupar desta atividade.

O que desejei intensamente foi construir uma narrativa que trouxesse ao leitor relevantes informações sobre violências. Agora termino esse trabalho com o coração ansioso pela expectativa de ter alcançado o propósito inicial. Estou ciente de que esta dissertação foi pensada por dentro, a partir de uma relação inusitada e íntima de afetos com as pessoas que participaram de cada uma de suas linhas, para que ela tivesse importância social. Do mesmo modo, de que o conhecimento objetivo e o autoconhecimento pertencem a uma mesma localidade, pois são duas dimensões de um único processo. Um texto escrito também é feito dos princípios que tornamos públicos, os quais nos fazem adotar uma ética que valoriza o diálogo, mesmo quando o conflito está presente. É isso que me incentivou a enfrentar os obstáculos para vencer as dificuldades, as quais remetiam à responsabilidade como pesquisadora e como participante do campo pesquisado, pois ambos os lugares fazem parte do universo em que estava inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo:Contexto, 2007.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FG, 2004
- ALMEIDA, Maria da Conceição de. “Complexidade do casulo à Borboleta”. In: CASTRO, G. e outros (Orgs.). *Ensaio de complexidade*.3.ed., Porto Alegre:Sulina, 2002.
- AMARO, Sarita. *Crianças vítimas de violência: sombras do sofrimento à genealogia de resistência*. Porto Alegre: AGE/EFIPUCRS, 2003.
- ANAIS DO SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL, *Proteção Integral para crianças e Adolescentes: fiscalização do trabalho, saúde aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2001.
- ANDRÉ, Marli E.D.A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo [1950]*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARPINI, Dorian Mônica. *Violência e Exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ARRILA, Margareth, UNBEHAUM, Sandra G. e MEDRADO Benedito. (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/ ED 34, 1998.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- AZEVEDO, MARIA Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- BARBOSA, Hélia. “Abuso e exploração sexual de crianças: origens, causas, prevenção e atendimento no Brasil.” In: *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- BARCELOS, Mariana (et al.). *Projeto Analisado: Programa Sentinela do Município de Palhoça – SC*. Universidade Gama Filho: Pós Graduação Lato Sensu em Administração e planejamento de projetos Sociais, 2006. in mimeo.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 34 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 5. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOGDAN, Robert C., e BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal, Editora Porto, 1994.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, 1970.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. *Crianças em contextos de violências sexuais: a gestão do atendimento num Programa Sentinela de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 2006. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Direitos humanos e violência intrafamiliar: informações e orientações para agentes comunitários de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUNN, Neylen Bruggemann. *A Pessoa Humana como fundamento da Ação do Serviço Social*. Florianópolis, UFSC, 1987. Monografia Conclusão de curso.

CASTRO, Gustavo. (Org.). *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002. 3ª ed.

CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Susana (Orgs.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANTERA, Leonor M. *Casais e Violência*. Um enfoque além do gênero. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CELATS. *Serviço Social crítico: problemas e perspectiva*. São Paulo: Cortez, 1985.

CENTRO LATINO AMERICANO DE TRABAJO SOCIAL. *Serviço Social crítico: problemas e perspectivas: um balanço latino-americano*. São Paulo: Cortez. CELATS, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 5 ed. São Paulo : Ática, 1996.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COUTO, Sonia M. A. *Violência doméstica – uma nova intervenção terapêutica*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

DADOUN, Roger. *A violência: o ensaio acerca do “homo violens”*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: DURHAM, Eunice. *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: Revista História Oral. N° 06, 2003.

DESSEN, Maria Auxiliadora e BRAZ, Marcela Pereira. *Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos*. Universidade de Brasília UnB Psic.: Teoria e Pesquisa vol.16, n.3 Brasília Set/Dez. 2000.

DUARTE, André, LOPPREATO, Cristina e MAGALÂES, Marion, (Orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arent*. Rio de Janeiro: Relume Domurá, 2004.

DUNAIGRE, Patrice. “O ato pedófilo na história da sexualidade humana”. In: *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da educação, Assessoria de comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2005.

ESTUDOS FEMINISTAS / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. – v.7, n. 1-2, Florianópolis: UFSC, 1999 – vol 12 N.1

ESTUDOS FEMINISTAS / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. – v.7, n. 1-2 Florianópolis: UFSC, 1999 – vol. 11 N.2

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.

FURNISS, Tilman. *Abuso Sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: a etnografia de relações de gênero e violência de grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

- GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- GAUER, Gabriel J. Chittó (Org). *A fenomenologia da Violência*. Curitiba: Juruá, 1999.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, FAPERJ, 2003.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GONDRA, Jose G. (Org.). *História, Infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo e. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2001. 4ª ed.
- GUIA ESCOLAR: *Métodos para a identificação de sinais de Abuso e exploração sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília: SEDH e ME, 2004.
- GOODRICH, Telma Jean (et al.). *Terapia feminista da família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. A construção teórica sobre a violência sexual. In: COSTA, João de Jesus da. *et alii* (Org.). *Rompendo o silêncio*. São Luís: CEDCA, 1997.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. Violência Intrafamiliar e as respostas Institucionais para o Enfrentamento do fenômeno – Um estudo preliminar. In: GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- LIBÓRIO, Renata M.C. e SOUSA, Sônia M. G. (Org.) *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.
- LIMA, Claudia Annie e MAY, Viviani Ayroso. Ensaio sobre o atendimento psicológico às crianças e adolescentes vítimas de violência no Programa Sentinela de Florianópolis. In: SOUSA, Ana Maria Borges de, VIEIRA, Alexandre e LIMA, Patrícia de Moraes. (Orgs.) *Ética e gestão no cuidado: a infância em contextos de violências*. Florianópolis, CED/UFSC/ Núcleo Vida e Cuidado, 2006.
- LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e experiência. In: SOUSA, Ana Maria Borges, VIEIRA, Alexandre e LIMA, Patrícia de Moraes (Org.). *Ética e Gestão do Cuidado: a infância em contextos de violência*. Florianópolis: CED/UFSC/Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

LOURO, Guacira L.L., NECKEL, Jane F. e GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes Louro. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOHAN, Walter O. *Infância. Entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN JR., Moysés e FERNANDES, Rogério. Sentidos da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *A Infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária: ensaios de antropologia política*. Tradução Zahar. Editores S.A. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Tradução de Juremir M. da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto. *Formação Humana e Capacitação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MATURANA, Humberto. e VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Tradução e Organização Cristina Magro [et al.]. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDEZ, Emílio García. *Infância e Cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, Maria C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6 ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Santos: Martins Fontes, 1964.

MORAIS, Regis de. *Violência e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MORIN, Edgar. “Complexidade e ética da solidariedade”. In: CASTRO, G. e outros (Orgs). *Ensaio de complexidade*. 3.ed., Porto Alegre:Sulina,2002.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Organização e Tradução Paula Yone Strob. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MORIN, Edgar. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOTTA, Maria Euchares. A naturalização da violência contra a criança. In: GONÇALVES, Hebe Signorini. *Infância e Violência no Brasil*. RJ: NAU Editora, 2003.

NEUMANN, Marcelo Moreira. Faces Ocultas da Violência Sexual: Fragmentos Críticos. In: LIBÓRIO, Renata M.C. e SOUSA, Sônia M. G. (Org.) *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. (Org.). *Interesse, Pesquisa e Ensino: uma Equação para a educação escolar no Brasil*. Florianópolis: PRELO, 2004.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995.

PIRES, Joelza Mesquita A. ‘Violência na Infância. Aspectos Clínicos’ In *Violência Doméstica*. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – AMENCAR, 1998.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: Conanda, 2006.

PRIORI, Maria Del (Org). *História das crianças no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007

PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. – Plano Nacional: Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo política para as mulheres. Brasília: a Secretaria, 2003.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

RESTREPO, Luiz Carlos. *O direito a ternura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RICOTTA, Luiza. *Quem grita perde a razão: a educação começa em casa e a violência também*. São Paulo: Annablume, 1999.

RUIZ, Don Miguel. *Os quatro compromissos: o livro da sabedoria tolteca*. 7. ed., Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

SANDERSON, Christiane. *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHPUN, Mônica Raisa. (Org.). *Gênero sem fronteira: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Pessoa e Existência: iniciação ao personalismo de Emmanuel Mounier*. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1983.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Ano XXIII – nº 70. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, Fernando Leocino da Silva. *O Ginásio Diocesano e a reafirmação das elites da serra catarinense*. Florianópolis, UFSC, 2005. Monografia de conclusão do curso de História.

SILVA, Hélio R. S. A Língua-Geral da Violência. In: GAUER, Gabriel J. Chittó. (Org.) *A Fenomenologia da Violência*. Curitiba: Juruá, 1999.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUSA, Ana Maria Borges de Sousa. *Infância e violência: o que a escola tem a ver com isso?* Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado.

SOUSA, Ana Maria Borges. O sentido institucional de acolher. In SOUSA, Ana Maria Borges de, VIEIRA, Alexandre e LIMA, Patrícia de Moraes. (Orgs.) *Ética e gestão no cuidado: a infância em contextos de violências*. Florianópolis, CED/UFSC/ Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

SOUSA, Sônia M. Gomes e Neto, Otaliba L. de Moraes. *Exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiana-1992-96*. Goiana: 1997.

STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. Petrópolis: Cortez, 1974.

SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Loudes. (Orgs). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

TEDRUA, Dora M. de A. S. *A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e em escolinhas de Campinas*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

UNICEF. *Violência doméstica*. Brasília, AMENCAR, 2000.

VEIGA, Cyntia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A Infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry e OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e adolescente*. Blumenau: Nova letra, 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Entre Violentados e Violentadores*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

VERONESE, Josiane Rose Petry e COSTA, Marli Marlene Moraes de. *Violência doméstica: quando a vítima é a criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar*. Florianópolis, Editora OAB, 2006.

VOLNOVICH, Jorge R. (Org.) *Abuso Sexual na Infância*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005.

ZUWICK, A. N. O corpo violado. In P. K. Grossi e G. C. Werba (Orgs.). *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.